



COLEÇÃO UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL

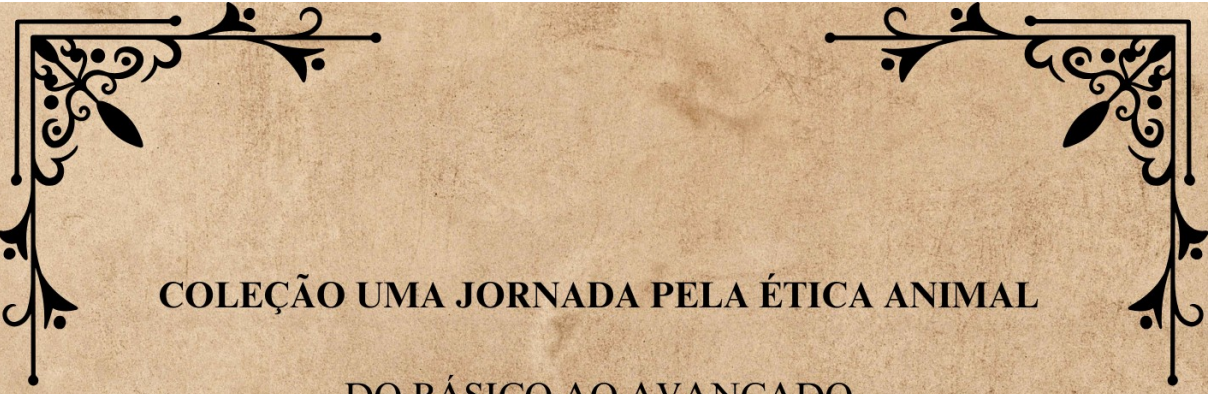
DO BÁSICO AO AVANÇADO

VOLUME VIII

UM ATIVISMO EFICIENTE

CRITÉRIOS PARA ESCOLHER
QUAIS PROBLEMAS PRIORIZAR E
QUAIS ESTRATÉGIAS ADOTAR

Luciano Carlos Cunha




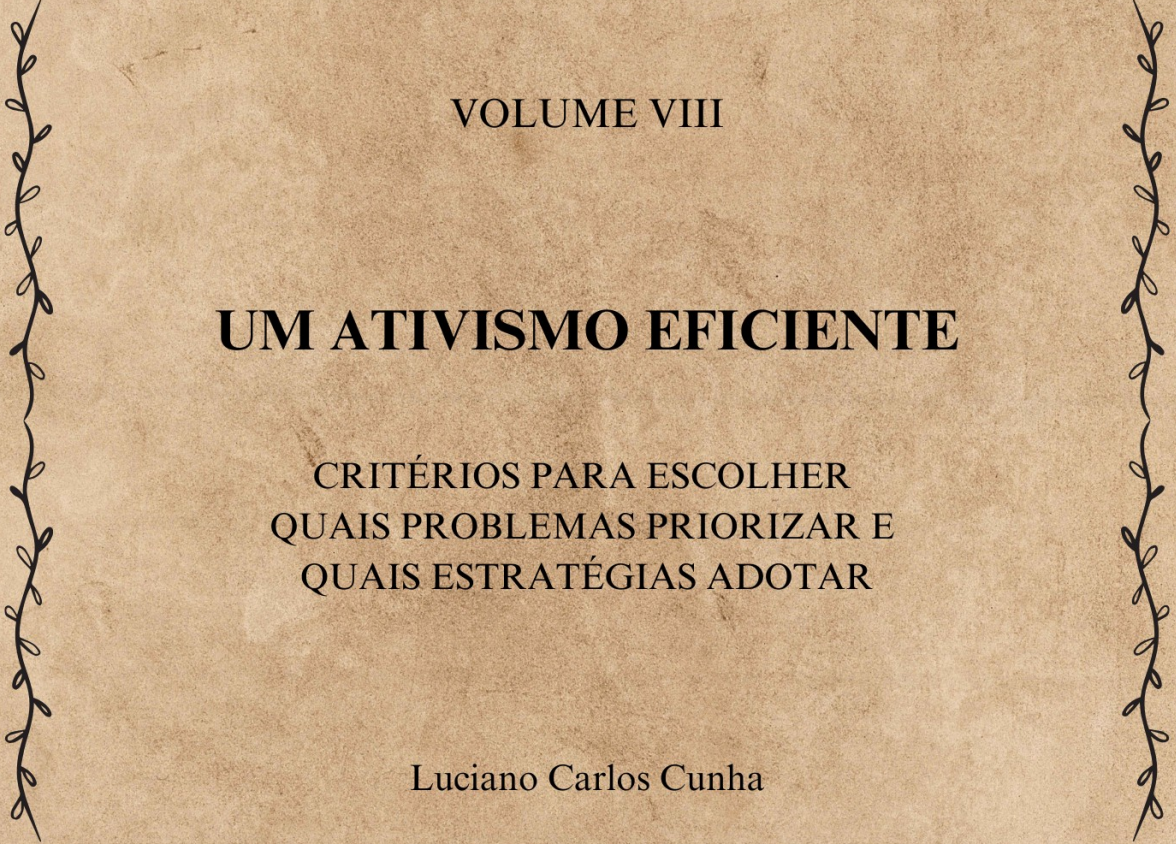
COLEÇÃO UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL
DO BÁSICO AO AVANÇADO

VOLUME VIII

UM ATIVISMO EFICIENTE

**CRITÉRIOS PARA ESCOLHER
QUAIS PROBLEMAS PRIORIZAR E
QUAIS ESTRATÉGIAS ADOTAR**

Luciano Carlos Cunha



**COLEÇÃO UMA JORNADA PELA ÉTICA ANIMAL
DO BÁSICO AO AVANÇADO**

VOLUME VIII

UM ATIVISMO EFICIENTE

**CRITÉRIOS PARA ESCOLHER QUAIS PROBLEMAS
PRIORIZAR E QUAIS ESTRATÉGIAS ADOPTAR**

Luciano Carlos Cunha

SOBRE O AUTOR

Doutor em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, coordenador geral no Brasil das atividades da organização [Ética Animal](#) e criador do site [Senciência e Ética](#). É também autor dos livros [Uma breve introdução à ética animal: desde as questões clássicas até o que vem sendo discutido atualmente](#) e [Razões para ajudar: o sofrimento dos animais selvagens e suas implicações éticas](#). Publicou também capítulos em outras obras e artigos em periódicos especializados, que [podem ser lidos aqui](#).

Orcid: 0000-0003-3022-8121



SOBRE A OBRA

Este livro apresenta os principais critérios para selecionar quais causas priorizar e quais problemas priorizar dentro dessas causas. Também apresenta critérios para avaliar o grau de eficiência das estratégias de ativismo e aplica esses critérios a várias questões práticas.

ISBN nº 978-65-01-52404-7 1ª edição Junho de 2025.

Esta obra faz parte da coleção *Uma Jornada pela Ética Animal: Do Básico ao Avançado*, coleção que tem como objetivo oferecer, com textos didáticos porém aprofundados, uma análise das muitas questões discutidas na área de ética animal desde o seu surgimento até os dias atuais.

A produção deste trabalho foi financiada pela organização [Ética Animal](#).



SUMÁRIO

1. Como escolher quais causas e problemas priorizar e quais as melhores estratégias?	9
1.1. Introdução.....	9
1.2. O quão grave é a situação?	10
1.3. O quanto do problema é possível tentar resolver?.....	12
1.4. Escolhendo as melhores soluções.....	13
1.5. Para causar o maior bem possível, é necessário levar em conta o longo prazo.....	14
1.6. Tratando sintomas ou causas?	15
1.7. Quantas pessoas já se preocupam com o problema?	16
1.8. Conclusão	18
2. Como a causa animal se sai quanto aos critérios de prioridade?.....	19
2.1. Introdução.....	19
2.2. Gravidade da situação de cada vítima	19
2.3. Quantidade de vítimas	19
2.4. Há tantas vítimas que até especistas teriam que priorizar a causa animal.....	20
2.5. Quantas pessoas já se importam com essa questão?.....	22
2.6. Tratabilidade e quantidade de benefício que poderia ser causado.....	22
2.7. Conclusão	23
3. Dentre os problemas que afetam os animais, quais são mais importantes?.....	24
3.1. Introdução.....	24
3.2. Negligência em relação aos animais explorados para fins alimentícios.....	24
3.3. Negligência da exploração sobre animais aquáticos e invertebrados.....	25
3.4. Negligência em relação aos animais na natureza vítimas de processos naturais.....	26
3.5. Negligência em relação ao futuro	28
3.6. Conclusão	29
4. O uso de argumentos antropocêntricos e ambientalistas na causa animal	30
4.1. A estratégia de usar argumentos antropocêntricos ou ambientalistas	30
4.2. Alguns problemas com o uso de argumentos antropocêntricos e ambientalistas.....	31
4.3. Por que motivações diferentes têm consequências diferentes	31
4.4. Argumentos indiretos facilitam aceitar considerar os seres sencientes?	32
4.5. Riscos do uso de argumentos não centrados na consideração por seres sencientes..	33
4.6. Conclusão	34
5. A abordagem total e a abordagem suficiente.....	35

5.1. Introdução	35
5.2. Leques de compatibilidade: abertos e fechados	35
5.3. Exemplos de visões compatíveis com múltiplas visões em ética e política	36
5.4. A abordagem total e a abordagem suficiente.....	37
5.5. Conclusão: é importante combinar ambas as estratégias.....	44
6. O desvio de foco em debates: por que o especismo é raramente discutido?	46
6.1. O desvio de foco	46
6.2. Caindo na cilada	47
6.3. Por que o desvio de foco é aceito pelos defensores dos animais?	49
6.4. Conclusão	53
7. Crenças morais, motivação para agir e o papel da reflexão sobre ética	55
7.1. O caso dos especialistas em ética animal que consomem animais.....	55
7.2. Talvez não considerem errado consumir animais.....	55
7.3. Talvez considerem pouco errado consumir animais.....	56
7.4. Talvez não estejam sendo sinceros quanto ao que reportam	56
7.5. Talvez tenham vontade fraca.....	57
7.6. Talvez decidam não fazer o que se sentem motivados a fazer	57
7.7. Conclusão	57
8. Objeções normativas disfarçadas de objeções estratégicas	59
8.1. Objeções normativas e objeções estratégicas	59
8.2. A alegação de que "isso seria ótimo, mas não vai dar certo"	59
8.3. Exemplos em questões de ética animal	59
8.4. Uma possibilidade: a motivação real não ser aquela que é declarada.....	62
8.5. É possível detectar uma objeção normativa disfarçada?	63
8.6. Por que isso ocorre?.....	63
8.7. Um padrão comum em objeções desse tipo.....	64
8.8. De quem é o ônus da prova?.....	65
8.9. Razões para se rejeitar as alegações	67
9. Foco no veganismo versus foco na redução do consumo	69
9.1. Evitando vieses na hora de avaliar estratégias.....	69
9.2. Entendendo quando a divergência é sobre estratégias e quando é sobre metas	70
9.3. O raciocínio por trás do foco na redução.....	71
9.4. Argumentos a favor do foco na redução.....	71
9.5. Argumentos a favor do foco no veganismo.....	72

9.6. Conclusão e algumas questões adicionais	74
10. Por que o termo bem-estarismo é altamente ambíguo.....	75
10.1. Introdução	75
10.2. Várias posições chamadas de bem-estaristas.....	75
10.3. Conclusão	77
11. O debate sobre regulamentar a exploração animal.....	78
11.1. Introdução	78
11.2. O debate em torno da relação causal entre regulamentação e abolição.....	78
11.3. O debate em torno da relação causal entre regulamentar e diminuir sofrimento	81
11.4. Vários pontos adicionais de discussão	85
11.5. Conclusão	91
12. O debate sobre a carne cultivada	93
12.1. Introdução	93
12.2. O que é carne cultivada	93
12.3. Potencial de aceitação/rejeição da carne cultivada.....	94
12.4. Discutindo as principais objeções à carne cultivada	95
12.5. A objeção de que não é natural.....	95
12.6. A objeção de que envolveria riscos para os consumidores	96
12.7. A objeção de que ela ainda não é sustentável.....	98
12.8. A objeção de que prejudica os humanos mais vulneráveis	99
12.9. A objeção de que os produtores não se importam com os animais	101
12.10. A objeção de que a carne cultivada não resolve todos os problemas	102
12.11. A objeção de que o impacto poderá ser menor do que o esperado.....	102
12.12. A objeção de que carne cultivada ainda é de origem animal.....	103
12.13. A objeção de que a carne cultivada ainda prejudica os animais.....	104
12.14. A objeção de que a carne cultivada reforça o especismo	107
12.15. Vantagens e desvantagens do foco em mudanças na tecnologia alimentar.....	109
12.16. Conclusão	113
REFERÊNCIAS	115

1. Como escolher quais causas e problemas priorizar e quais as melhores estratégias?

1.1. Introdução

Existem muitas causas no mundo, cada uma lidando com problemas importantes. Como escolher a quais delas se dedicar e quais problemas priorizar dentro dessas causas?

As respostas a seguir são muito comuns:

- (1) Devemos priorizar causas que visam ajudar humanos.
- (2) Cada pessoa deveria escolher as causas e problemas com os quais mais simpatiza, ou que tem algo a ver com sua história de vida.
- (3) Todas as causas e problemas são igualmente importantes (então devemos dividir nossa dedicação igualmente para cada causa e para cada problema dentro de cada causa).

Em contraste a todas essas respostas, existe outra possibilidade:

- (4) Ter a meta de tornar o mundo um lugar menos ruim da maneira mais eficiente possível, isto é, causar o maior bem possível, dados os recursos de que dispomos (dinheiro e tempo gasto, por exemplo).

Se adotarmos essa meta, precisaremos avaliar quais causas priorizar, quais problemas priorizar dentro dessas causas, e quais as melhores estratégias para abordá-los¹. Isso por conta do seguinte:

- Diferentes causas lidam com problemas que afetam quantidades diferentes de vítimas, com sofrimentos de diferentes magnitudes e taxas de mortalidade diferentes.
- Além disso, as diferentes causas são negligenciadas em maior ou menor grau, o que reflete no número de ativistas e na quantidade de recursos de que dispõem.
- Por fim, dependendo de se aplicamos certo recurso nesse ou naquele problema, e de se usamos essa ou aquela estratégia para tentar resolver o problema que selecionamos, causaremos um bem maior ou menor.

¹ Para vários textos e links sobre esse tema, ver Šimčíkas (2019).

Essa é uma decisão das mais importantes pois, dependendo de como decidamos, seremos eficientes em maior ou menor grau em diminuirmos o que há de ruim no mundo. Além disso, como veremos nos capítulos seguintes, caso não façamos uma boa escolha, correremos até mesmo o risco de, sem querer, aumentarmos ainda mais o sofrimento e as mortes no mundo.

Veremos a seguir alguns critérios que podem nos auxiliar nesse tipo de decisão.

1.2. O quão grave é a situação?

Um primeiro tipo de critério para escolher quais causas priorizar e quais problemas priorizar dentro dessas causas é *o quão grave* é cada situação abordada (o que por vezes é chamado de *escala de dano*). É claro, as pessoas discordam sobre quais critérios utilizar para avaliar o quão grave é uma situação. Entretanto, dois critérios são amplamente aceitos: a *quantidade de vítimas* e *o quão ruim é a situação das vítimas*. Por essa razão, os exemplos a seguir usam esses dois critérios, mas é importante lembrar que podem existir outros (como os níveis de desigualdade entre as vítimas, por exemplo).

Uma dificuldade quando temos mais de um critério para avaliar a gravidade de uma situação é que eles podem apontar na mesma direção em algumas vezes, mas em direções opostas em outras. Por exemplo, por vezes o problema que tem a maior quantidade de vítimas é também aquele no qual as vítimas estão na pior situação. Em outras vezes um problema tem mais vítimas, mas é outro no qual as vítimas estão em situação pior. Quando os parâmetros não coincidem, como proceder? Há várias possibilidades. A seguir veremos algumas.

(1) *Escolher com base em apenas um dos parâmetros*. Entretanto, uma crítica a esse método é que parece arbitrário escolher um dos dois. Se for a quantidade de vítimas, por que não a gravidade da situação das vítimas, e vice-versa?

(2) *Estabelecer uma hierarquia fixa entre os parâmetros*. Entretanto, uma dificuldade para esse método seria demonstrar por que um dos parâmetros seria o mais importante e não o outro. Além disso há tanto situações onde parece preferível ajudar um número muito maior de vítimas, mesmo que não estejam na pior situação, quanto situações onde parece preferível ajudar vítimas que estão em uma situação bem pior, mesmo que não sejam a maioria.

(3) *Se basear no saldo total de sofrimento.* Este é obtido somando-se o sofrimento de cada vítima. Por exemplo, se em certo problema temos a vítima A com -35 de sofrimento e a vítima B com -10, o saldo total agregado é de -45. De acordo com esse método, a quantidade de vítimas e o quão grave é a situação de cada vítima não importam *por si*: importam apenas indiretamente, por influenciarem no saldo total agregado. Entretanto, uma crítica a esse método é que ele poderia considerar mais grave uma situação que apresenta um número muito maior de vítimas, mas que cada uma individualmente tem um dano muitíssimo mais leve.

(4) *Dar peso proporcional à gravidade da situação.* Esse método também se baseia no saldo total de sofrimento, mas nele o peso de cada indivíduo é proporcional ao quão ruim é a sua situação (quanto pior, mais peso tem). Esse método evita em grande medida o problema do método anterior mas, em certos casos ainda poderia considerar mais grave uma situação onde uma maioria tivesse danos muito menores. Entretanto, para isso ocorrer nesse método o tamanho dessa maioria teria de ser muito maior do que no método anterior.

(5) *Estabelecer linhas absolutas de prioridade.* Nesse método é estipulado um nível de bem-estar abaixo do qual os indivíduos uma situação é a mais grave, não importando o quão mais indivíduos acima desse nível outras situações apresentem.

(6) *Estabelecer linhas variáveis de prioridade.* Esse método é similar ao anterior, com a diferença que, a partir de um certo número de vítimas que estão acima do nível limite (por exemplo, N vezes maior do que o número de vítimas que está abaixo), mas que ainda estão em uma situação ruim, a situação em que essa maioria se encontra é considerada mais grave.

Esses são apenas alguns exemplos de métodos, mas há outros. Por questões de espaço não discutiremos aqui quais os melhores métodos. Essas dificuldades não devem nos levar a pensar que não há como avaliar qual situação é mais grave. Mesmo que não consigamos precisão nessas avaliações, tentar fazê-las tem mais probabilidade de trazer melhores resultados do que decidir a esmo. Esse é um desafio que teremos de encarar se nossa meta é sermos eficientes na ajuda que podemos dar.

Além disso, mesmo que não chegássemos a nenhuma conclusão satisfatória em situações onde os parâmetros conflitam, há muitas situações onde [o problema que apresenta o maior](#)

número de vítimas é também o problema no qual as vítimas estão na pior situação. As diversas situações nas quais se encontram os animais não humanos, sejam os explorados pelos humanos², sejam os que vivem na natureza³, são bons exemplos disso na atualidade.

1.3. O quanto do problema é possível tentar resolver?

Suponhamos que tivéssemos chegado a uma conclusão sobre quais problemas são mais graves. Temos então já uma resposta sobre quais situações priorizar? Ainda não, pelo seguinte motivo: é possível que não haja nada que possa ser feito para ajudar uma parte das vítimas de certas situações. Precisamos investigar o quão tratável é cada problema (por essa razão, esse parâmetro é chamado de *tratabilidade*). Ele é ilustrado pelo exemplo a seguir.

Considere as três informações a seguir:

- O problema A afeta 900 mil vítimas.
- O problema B afeta 500 mil vítimas.
- Todas as vítimas de A e B estão em situações igualmente ruins.

Se nos basearmos apenas no quão grave é cada situação, priorizaremos o problema A.

Contudo, adicionemos agora as seguintes informações:

- Em relação às 900 mil vítimas de A, o melhor que conseguiríamos fazer com os recursos de que dispomos é ajudar 400 mil delas: não há nada que possamos fazer para ajudar as outras 500 mil (infelizmente, elas já estão condenadas).
- Já em relação às 500 mil vítimas de B, é possível ajudar 450 mil delas, proporcionando a elas a mesma quantidade de benefício que proporcionaríamos às 400 mil vítimas do problema A com o mesmo recurso.

Assim, levando em conta a parte de cada situação que é possível melhorar, temos uma razão para priorizar o problema B pois, apesar de A ser uma situação pior, é B que apresenta a pior situação possível de ser melhorada.

² Ver *Ética Animal* (2016c).

³ Ver *Ética Animal* (2016a).

Importante: tratabilidade de cada problema é *mutável*, pois depende da tecnologia disponível no momento. Ou seja, um problema pouco tratável atualmente pode vir a ser mais tratável no futuro, dependendo do quanto investirmos em pesquisar como resolvê-lo.

1.4. Escolhendo as melhores soluções

1.4.1. A importância da quantidade de benefício que poderíamos causar

Os critérios anteriores são importantes para detectarmos quais *problemas* merecem ser o foco de nossa atenção. Entretanto, não ajudam a descobriremos quais *soluções* seriam as mais eficientes. Para isso temos de estimar qual seria a quantidade de benefício produzida se investirmos uma certa quantia de recursos nesse ou naquele problema⁴. A seguir está um exemplo que ilustra a importância desse parâmetro e mostra como ele se relaciona com os critérios que vimos antes para selecionar os problemas mais importantes.

Considere o seguinte:

- O problema A tem 100 vítimas, cada uma com um sofrimento de -50.
- O problema B tem 90 vítimas, cada uma com um sofrimento de -40.

O problema A é mais grave, seja pelo critério da quantidade de vítimas, seja pelo critério da gravidade da situação de cada vítima. Imagine também que é possível ajudar todas as vítimas de ambos os problemas. Isto é, são problemas igualmente tratáveis.

Contudo, imagine que, com uma mesma quantidade de recursos, nossas únicas opções sejam:

- Ou passar todas as vítimas de A de -50 para -49 (um alívio muito leve).
- Ou passar todas as vítimas de B de -40 para -10 (uma melhora considerável).

Nesse caso, priorizando o problema B causaríamos um bem muito maior com a mesma quantidade de recursos.

⁴ Sobre isso, ver Dickens (2016).

1.4.2. O fator quantidade de benefício é sempre o mais importante?

O que vimos acima não significa que necessariamente o tamanho do benefício será sempre o fator decisivo. Por exemplo, dependendo da situação, poderíamos preferir causar um benefício total um pouco menor, mas que fosse direcionado às vítimas que estão em uma situação bem pior, ou que ajudasse uma quantidade muito maior de vítimas. Por exemplo, suponhamos que, no exemplo acima, a decisão fosse entre:

- Ou passar as 100 vítimas do problema A de -50 para -30. Benefício total = 2.000,
- Ou passar as 90 vítimas do problema B de -40 para -10. Benefício total = 2.700.

Nesse caso, algumas pessoas já diriam que devemos escolher a primeira opção (pois assim o benefício vai para as vítimas que estão na pior situação, e vai para um número maior de vítimas), mesmo que na segunda opção produzamos um benefício maior (seja em termos de benefício para cada vítima, seja em termos de benefício total, multiplicando-se o número de vítimas pelo benefício que cada uma teria).

Mas, como saber quando pesa mais a quantidade de benefício e quando pesa mais a gravidade da situação? Há várias maneiras possíveis de se proceder. Os critérios poderiam ser equivalentes a alguns dos que vimos no [item 1.2](#). Um exemplo seria buscar maximizar os benefícios, mas estipulando que uma unidade de benefício tem mais valor quanto mais grave for o problema ao qual seria direcionado (isso seria o equivalente do critério 4 do [item 1.2](#)).

1.5. Para causar o maior bem possível, é necessário levar em conta o longo prazo

Outra coisa importante a ser considerada ao se avaliar a eficiência de cada estratégia é o seu impacto ao longo do tempo⁵. Assim, se o objetivo é causar o maior bem possível, então temos de tentar estimar as [consequências de longo prazo](#) de cada estratégia.

Por exemplo, comparando-se duas estratégias, é possível que uma cause mais benefícios inicialmente, mas que, levando em conta os efeitos de longo prazo de cada uma, seja a outra que causará um benefício total maior ao longo do tempo. Por exemplo, pode ser que certa

⁵ Sobre isso, ver O'Brien (2023).

estratégia ajude mais animais no curto prazo, mas que o seu impacto diminua gradualmente ao longo do tempo, enquanto que outra, apesar de ajudar menos animais inicialmente, tenha um impacto positivo do tipo "bola de neve" ao longo do tempo e que, tendo terminado o impacto de ambas depois de alguns anos, seja a segunda que tenha o maior impacto positivo.

Além disso, também é possível que uma estratégia que cause grandes benefícios em curto prazo tenha desdobramentos negativos em longo prazo, podendo até mesmo ter um saldo total negativo. Por essa razão, é importante [tentar estimar os potenciais efeitos de longo prazo](#), mesmo que isso seja algo difícil de ser estimado com precisão.

1.6. Tratando sintomas ou causas?

O impacto ao longo do tempo é um fator que sugere fortemente priorizarmos estratégias que atacam as causas de um problema, e não apenas os sintomas. Por exemplo, se compararmos uma estratégia que ajuda muitos animais caso estes venham a se encontrar em um incêndio com outra que previne a ocorrência de incêndios, provavelmente é esta segunda que possui o melhor impacto ao longo do tempo.

A predominância de uma mentalidade especista é uma das causas da situação extremamente negativa na qual os animais se encontram (sejam os que vivem na natureza, sejam os explorados pelos humanos)⁶, pois ela influencia as pessoas a darem pouca importância às situações que prejudicam os animais. É por essa razão que esforços educacionais para combater o especismo têm um grande potencial de impacto positivo ao longo do tempo, pois atacam diretamente uma das principais causas dos problemas que afetam os animais.

É claro, esses não são os únicos tipos de esforços que atacariam as causas. Por exemplo, um programa que investigasse quais tipos de elementos presentes em um ecossistema tendem a favorecer uma maior ou menor quantidade de nascimentos nas espécies de animais cujas vidas são predominantemente negativas atacaria diretamente outra das principais causas do sofrimento animal⁷.

⁶ Sobre especismo, ver Horta (2022 [2010]).

⁷ Para investigações nesse sentido, ver Tomasik (2013b; 2015c; 2016b; 2016c; 2018 [2016])

1.7. Quantas pessoas já se preocupam com o problema?

A quantidade de benefício que poderemos causar, curiosamente, depende do que as outras pessoas com poder de ajudar estão já fazendo e provavelmente farão, pois isso determina o quanto cada problema é negligenciado (por isso esse parâmetro é chamado de *grau de negligência*).

Tudo o mais sendo igual, quanto menor a quantidade de pessoas se importando com uma situação grave, mais fortes as razões para apoiarmos a causa que lida com ela. *Tudo o mais sendo igual* porque, é claro, esse fator tem de ser pesado em relação a outros fatores importantes, como o quão grave é a situação que cada causa lida. E, novamente, esses fatores podem apontar para a mesma direção em certas circunstâncias (os piores problemas serem os mais negligenciados), mas não em outras.

A seguir veremos duas razões pelas quais averiguar o grau de negligência é importante para a eficiência na ajuda.

1.7.1. Distribuição ineficiente dos esforços

A primeira razão é que o grau de negligência pode revelar que há uma *distribuição ineficiente dos esforços*. Para ilustrar esse ponto, considere o exemplo a seguir.

Imaginemos que o problema A seja o mais grave de todos, e que o problema B seja o segundo mais grave, e que ambos sejam igualmente tratáveis. Por isso, decidimos focar no problema A. Contudo, imaginemos também que outro grupo de pessoas, fazendo o mesmo raciocínio, também decidiu focar no problema A. Imagine que o problema A foi então resolvido. Porém, se soubéssemos que outras pessoas já tentariam resolvê-lo, poderíamos ter focado no problema B, o que aumentaria as chances de ambos os problemas serem resolvidos (algo que não ocorreu porque ambos os grupos de pessoas investiram no mesmo problema).

Assim, quanto mais pessoas já envolvidas em tentar resolver determinado problema, maiores as probabilidades de o problema ser minimizado (ou mesmo resolvido) sem a nossa ajuda.

1.7.2. Retorno marginal decrescente

A segunda razão é que, quando uma causa é ainda bastante negligenciada, cada pessoa adicional faz mais diferença do que em causas que já possuem mais adeptos. Isto é, as causas (e os problemas específicos dentro das causas) experimentam o que é chamado de [*retorno marginal decrescente*](#). Esse conceito será explicado em mais detalhes a seguir.

Quando uma causa é muito negligenciada, existem muitas oportunidades fáceis e baratas de se fazer progresso significativo. Essas oportunidades são como os frutos pendurados nos galhos mais baixos de uma árvore, mais fáceis de serem colhidos. Os primeiros indivíduos que atuam em certa causa ou problema podem identificar e explorar essas oportunidades, e assim terão um grande impacto. Porém, à medida que mais pessoas passam a trabalhar na causa, as oportunidades mais baratas e impactantes tendem a ser aproveitadas primeiro. Cada vez mais o que vai restando são tarefas mais difíceis, caras, lentas ou com impacto menor por unidade de esforço. Assim, o *impacto marginal* de cada nova pessoa trabalhando em uma causa tende a diminuir com o tempo (isto é, há um *retorno marginal decrescente*).

Vejamos um exemplo. Imaginemos que uma doença esteja matando uma população de humanos mas que, felizmente, há uma vacina disponível. Os primeiros voluntários que promovem a vacinação têm um impacto enorme, porque podem vacinar os grupos de maior risco e conter surtos rapidamente. Conforme mais pessoas entram na campanha, os grupos mais fáceis de alcançar e de maior risco já estão vacinados, e os novos voluntários precisam então trabalhar com pessoas em locais mais difíceis de serem alcançados, mais resistentes à vacinação etc. Isso requer mais tempo, dinheiro e esforço para cada vacinação adicional, o que significa que o impacto de cada novo voluntário é menor do que o dos primeiros. Agora, compare esse caso com um problema ainda muito negligenciado, onde quase ninguém trabalhou, como a [*vacinação de animais selvagens*](#). Nesse caso, as chances de você estar entre as primeiras pessoas que irão explorar as soluções mais eficazes é muito maior.

1.7.3. Quais são os problemas mais negligenciados?

Um ponto importante a se observar sobre grau de negligência é que os problemas mais negligenciados (exatamente aqueles em que cada um de nós teria o maior impacto) talvez a

maioria das pessoas nem saiba que existem, pois os problemas noticiados na mídia e abordados pelos movimentos sociais são os que muito mais pessoas já estão focando.

Falaremos dos problemas mais negligenciados no [Capítulo 2](#) e no [Capítulo 3](#).

1.8. Conclusão

Vimos acima vários critérios que podem nos ajudar a escolher quais causas e problemas priorizar e quais as melhores soluções.

As dificuldades em pesar os distintos critérios não devem nos fazer pensar que é impossível de se chegar a alguma conclusão satisfatória sobre esses problemas. Por exemplo, como veremos [no próximo capítulo](#), a causa animal parece cumprir muito bem os critérios de prioridade, bem como [vários problemas relacionados ao futuro](#). [Há uma incerteza maior quanto às melhores estratégias](#) mas, mesmo quanto a isso, também podemos constantemente reavaliá-las⁸.

Como você certamente percebeu, os critérios que vimos não fornecem uma resposta pronta e simples. Isso é esperável, pois essas questões são bastante difíceis. Entretanto, esses critérios oferecem orientação para avaliarmos essas questões com a seriedade que o assunto merece.

⁸ Para uma lista de discussão sobre vários tópicos em relação a estratégias, ver Reese (2019).

2. Como a causa animal se sai quanto aos critérios de prioridade?

2.1. Introdução

Os defensores dos animais são frequentemente criticados por lutarem pelos animais enquanto há ainda humanos necessitando de ajuda. Entretanto, se nosso objetivo é um mundo com menos sofrimento, não faz sentido negligenciar ou dar menos importância aos animais não humanos. Caso o façamos, estaremos negligenciando ou dando menor importância à maior parte do sofrimento que ocorre no mundo. Nesse caso, não seremos eficientes em diminuir sofrimento: pelo contrário, é provável que o aumentemos ainda mais. Assim, não são os defensores dos animais que precisam se explicar. Quem precisa se explicar é quem foca nos humanos, uma vez que a maior parte do sofrimento mundo é padecida pelos outros animais.

Devido à predominância do [especismo](#), a maioria das pessoas, quando escolhe apoiar uma causa, opta por causas humanas. Entretanto, se aplicarmos de modo não tendencioso os critérios amplamente utilizados para determinar o grau de prioridade de uma causa, que vimos no [Capítulo 1](#), parece impossível evitar a conclusão de que a causa animal deveria ser uma de nossas maiores prioridades. Para exemplificar esse ponto, a seguir veremos como a situação dos animais não humanos se sai perante esses critérios.

2.2. Gravidade da situação de cada vítima

A vasta maioria dos animais não humanos nasce, ou no [sistema de exploração](#), ou [na natureza](#). Em ambos os casos, a norma é terem vidas repletas de sofrimento (em boa parte dos casos sem nenhuma experiência positiva) e uma [morte bastante prematura](#), geralmente extremamente dolorosa. É claro, existem humanos que têm vidas repletas de sofrimento, morrem prematuramente e têm mortes muito dolorosas. Entretanto, os humanos normalmente não padecem de um destino equivalente ao dos animais nas granjas industriais ou na natureza.

2.3. Quantidade de vítimas

Contabilizando as mortes de vertebrados e invertebrados, terrestres e aquáticos, a exploração animal mata entre 34 e 54 trilhões de animais anualmente⁹. Importante: esse número diz respeito somente às mortes de animais em decorrência de sua exploração. Não estão computadas as que são resultado indireto de atividades humanas nem de processos naturais.

Para efeito de comparação, considere que as mortes de humanos (somando-se todas as causas, incluindo causas naturais) é estimada em 55,3 milhões anualmente¹⁰. A diferença entre esses números é tão gigantesca que é difícil visualizá-la. Para efeito de argumentação, deixemos de lado a quantidade de invertebrados mortos e computemos apenas a quantidade de peixes, aves e mamíferos mortos anualmente: "apenas" cerca de 2 trilhões¹¹. Só essa quantia já significa que na exploração animal *por dia* são mortos em torno de 5,5 bilhões de vertebrados (compare esse número com a população humana mundial, que é 8 bilhões). Se incluirmos os invertebrados, algo entre 93 bilhões e 147 bilhões de animais são mortos *por dia*.

Além disso, quantidades literalmente astronômicas de animais que vivem fora do controle direto humano (como os que vivem na natureza) possuem vidas repletas de sofrimento e morrem prematuramente já [por conta dos próprios processos naturais](#). Não há estatísticas precisas sobre essa quantidade de vítimas, mas de acordo com algumas estimativas, em um dado momento, haveria entre 1 e 10 quintilhões de animais sencientes na natureza¹². A diferença de tamanho em comparação à população humana é tão astronômica que, para visualizá-la claramente, temos de recorrer a analogias. Por exemplo, se fizermos uma analogia com o período de um ano, a população humana seria, no máximo, 0,25 *segundos* do ano. Todo o restante (364 dias, 23 horas, 59 minutos e 57,5 segundos) seriam os animais na natureza. Isso é como pegar uma folha A4 e fazer um ponto com uma caneta esferográfica (o ponto seria a população humana; toda a parte branca seria a população de animais na natureza).

2.4. Há tantas vítimas que até especistas teriam que priorizar a causa animal

⁹ Somente a quantidade de camarões pescados diretamente no mar já gira em torno de 25 trilhões ao ano, Sobre isso, ver Waldhorn; Autric (2023). Para estatísticas sobre a exploração de invertebrados terrestres, ver Schukraft (2019) e Rowe (2020, 2021a, 2021b). Sobre a exploração de vertebrados e invertebrados aquáticos, ver Waldhorn; Autric (2023) e Fishcount (2019). Sobre vertebrados terrestres, ver Our World in Data (2018) e Sanders (2018). Para mais detalhes, ver o primeiro capítulo do [quarto volume desta coleção](#).

¹⁰ Estatísticas disponíveis em: <https://www.worldometers.info/>. Acesso em: 26 out. 2022.

¹¹ Estatísticas disponíveis em Our World in Data (2018) e Fishcount (2019).

¹² Ver National Museum of Natural History & Smithsonian Institution (2008) e Tomasik (2019 [2009]).

Esses números são tão gigantescos que, mesmo se fosse dado um peso muito maior ao bem dos humanos, curiosamente, ainda teríamos que concluir por priorizar tentar mudar a situação dos animais não humanos. Vejamos por quê:

Suponhamos que um sofrimento de mesma magnitude importasse 10 vezes mais se as vítimas forem humanas. Isso significaria que, para investirmos em ajudar animais não humanos a mesma quantia de recursos que investiríamos em ajudar humanos, teria de haver 10 vezes mais animais não humanos sofrendo o equivalente (ou então, quantidades iguais de humanos e não humanos sofrendo, mas com os não humanos sofrendo 10 vezes mais).

Suponhamos agora que a quantidade anual de animais não humanos em uma situação de sofrimento extremo fosse muito menor do que realmente é: imaginemos que fosse "apenas" um trilhão indivíduos. Imaginemos que a quantidade anual de humanos padecendo de um sofrimento equivalente àquele do qual padecem os animais não humanos fosse muito maior do que realmente é: suponhamos que fosse o total da população humana (isto, é 8 bilhões de indivíduos). Se o sofrimento humano importasse 10 vezes mais do que o sofrimento equivalente de animais não humanos, então, o sofrimento dos 8 bilhões de humanos seria multiplicado por 10 (isto é, equivaleria ao sofrimento de 80 bilhões de animais não humanos). O sofrimento de cada animal não humano, por sua vez, seria multiplicado por 1 (isto é, 1 trilhão). Mesmo fazendo todas essas concessões, nesse caso ainda teríamos de investir 12,5 vezes mais recursos para ajudar os animais não humanos.

Se levarmos em conta os números reais, a proporção é astronomicamente maior. Como vimos, a população mundial de humanos gira em torno de 8 bilhões e a de animais não humanos sencientes de 1 a 10 quintilhões¹³. Isto é, para cada humano existe algo entre 126 milhões a 1,26 bilhões de animais não humanos sencientes. Para se negar a prioridade de melhorar a situação dos animais não humanos, teria que ser postulado que o sofrimento humano importa pelo menos 126 milhões de vezes mais do que o sofrimento equivalente de animais não humanos. De um ponto de vista não tendencioso, [não há sequer justificativa para se dar um peso levemente maior ao bem dos humanos](#), muito menos para uma discrepância desse nível.

¹³ Ver Tomasik (2019 [2009]).

2.5. Quantas pessoas já se importam com essa questão?.

A quantidade de pessoas se dedicando a cada causa e os recursos arrecadados não são proporcionais à quantidade de vítimas que cada causa lida.

Por exemplo, de todas as doações feitas nos Estados Unidos, 97% do montante arrecadado vai para causas humanas¹⁴. Os outros 3% vão para causas ambientalistas e de defesa animal (e não se sabe o quanto desses 3% vai para a causa animal; sabe-se apenas que a popularidade da causa animal é muito menor do que a da causa ambientalista).

Mesmo entre as pessoas que costumam doar para a causa animal, em média mais de dois terços de suas doações vão para causas humanas¹⁵. Além disso, uma parte dos recursos destinados às causas humanas é utilizada na compra de produtos da exploração animal, o que contribui para o aumento da quantidade de animais que sofrem e morrem.

Assim, não é apenas que os outros animais recebem menos ajuda do que recebem os humanos: na vasta maioria dos casos não recebem ajuda alguma e, além disso, são usados como se fossem coisas, o que implica normalmente em suas [mortes](#) e em [uma vida de sofrimento extremo](#).

Como vimos no [Capítulo 1, item 1.7](#), quanto mais negligenciada uma causa, mais diferença faz cada pessoa adicional trabalhando nela. Assim, se nosso objetivo é tornar o mundo menos ruim de forma eficiente, o fato de a causa animal ser amplamente negligenciada (apesar da enorme quantidade de vítimas e da gravidade da situação das vítimas) é uma razão adicional para a priorizarmos.

2.6. Tratabilidade e quantidade de benefício que poderia ser causado

Poder-se-ia pensar que não há nada que se possa fazer para mudar a situação dos animais não humanos e que, então, o fato de eles representarem uma quantidade astronômica de vítimas não diz nada em termos de prioridade, se não há nada que possamos fazer para ajudar a

¹⁴ Kateman (2021).

¹⁵ Anderson (2018, p. 9).

maioria delas. Mas, há muitas coisas que podemos fazer pelos animais não humanos, e nossas decisões afetam uma grande quantidade deles. A seguir estão alguns exemplos.

(1) Em relação aos animais explorados é possível escolher não consumi-los, [reduzindo assim a demanda por produtos de origem animal e a quantidade de animais que nasceria para uma vida de sofrimento](#).

(2) Ainda em relação aos animais explorados, é possível investir no desenvolvimento, barateamento e implantação de substitutos ao uso de animais, como a [carne cultivada](#).

(3) Também é possível reivindicar mudanças de atitude no público e [na legislação](#) com a meta de reconhecer os animais como seres sencientes que deveriam ser protegidos com direitos¹⁶.

(4) [Há várias maneiras pelas quais os animais selvagens já vêm sendo ajudados](#), e [muito mais poderia ser pesquisado nesse sentido](#). Estudos desse tipo poderiam contribuir muito para aumentar a eficiência no uso de recursos para diminuir o sofrimento. Por exemplo, poderiam ser conduzidos [estudos sobre o impacto de cada tipo de solo](#) nas taxas de nascimentos nas espécies [daqueles animais que tendem a ter vidas predominantemente negativas](#) ou positivas. Isso poderia evitar que, literalmente, quantidades astronômicas de animais chegassem a nascer apenas para experimentar sofrimento extremo.

2.7. Conclusão

Se a análise acima estiver correta, a causa animal cumpre muito bem todos os critérios de prioridade. A predominância de uma mentalidade especista é o que faz com que ela não receba a importância que merece.

Entretanto, duas questões permanecem: (1) A causa animal lida com vários problemas. Quais priorizar? (2) Existem outros tópicos que cumprem tão bem quanto (ou talvez, ainda mais) os critérios de prioridade, que até mesmo ativistas da causa animal costumam não perceber? Discutiremos essas questões no próximo capítulo.

¹⁶ Para um resumo do debate sobre diversas estratégias possíveis para a causa animal, ver Reese (2019).

3. Dentre os problemas que afetam os animais, quais são mais importantes?

3.1. Introdução

Em decorrência do especismo, a maioria das pessoas têm priorizado problemas humanos e, com isso, têm negligenciado problemas que afetam uma quantidade astronomicamente maior de vítimas. Discutimos esse ponto no capítulo anterior.

Veremos agora como o mesmo problema (negligência de situações que afetam uma quantidade vastamente maior de vítimas) afeta também os ativistas da causa animal. A seguir estão quatro exemplos.

3.2. Negligência em relação aos animais explorados para fins alimentícios

Os dados a seguir dizem respeito a um único país e a certos tipos de animais, mas representam bem o que acontece em geral.

De todos os vertebrados terrestres explorados nos EUA¹⁷:

- Mais de 99,7% são mortos na pecuária.
- 0,2% são mortos em laboratórios
- 0,07% são mortos na indústria de vestimentas
- 0,03% são mortos em abrigos.

Contudo, a quantidade de doações não é proporcional à quantidade de animais afetados em cada situação. Na verdade, é quase que inversamente proporcional.

De todas as doações feitas para a causa animal nos EUA¹⁸:

- 66% vão para abrigos.
- 32% vão para grupos com atividades mistas.
- 0,7% vão para organizações focadas em animais em laboratórios.

¹⁷ Ver Animal Charity Evaluators (2016).

¹⁸ Id.

- Apenas 0,8 % vai para organizações focadas em animais na pecuária.

3.3. Negligência da exploração sobre animais aquáticos e invertebrados

Mesmo quando os animais usados para consumo são mencionados, a vasta maioria dos animais usados para esse fim é negligenciada. Por exemplo, os ativistas da causa animal costumam mencionar que em torno de 80 bilhões de animais são mortos anualmente para consumo. Entretanto, essa estimativa refere-se apenas ao número de mortes de mamíferos e de aves, o que deixa de fora os animais aquáticos (vertebrados e invertebrados) e os invertebrados terrestres, que são a esmagadora maioria dos animais explorados para consumo.

A seguir estão alguns dados sobre mortes anuais de animais explorados para fins alimentícios. Essas estatísticas estão em escala curta, utilizada no Brasil, onde 1 bilhão corresponde a 10^9 , um trilhão corresponde a 10^{12} e assim por diante.

- Mamíferos e aves: cerca de 80 bilhões¹⁹.
- Peixes criados em fábricas: entre 51 e 167 bilhões²⁰.
- Peixes capturados diretamente no mar: entre 787 bilhões e 2,3 trilhões²¹.
- Animais aquáticos utilizados como ração para os peixes que os humanos criam em fábricas para consumir diretamente: entre 462 bilhões e 1,1 trilhão²².
- Decápodes (camarões, siris e lagostas) criados em fábricas: entre 255 e 604 bilhões²³.
- Bichos-da-seda mortos para a produção de seda: entre 420 bilhões e 1 trilhão²⁴.
- Insetos mortos para consumo: entre 2 e 3,2 trilhões²⁵.
- Não há dados sobre a quantidade de abelhas mortas para a produção de mel, mas a população de abelhas criadas para a fabricação de mel está entre 1,4 e 4,8 trilhões de indivíduos em um dado momento²⁶.
- Cochonilhas mortas na produção do corante carmim: entre 4,6 e 21 trilhões²⁷.
- Camarões mortos pescados diretamente no mar: em torno de 25 trilhões²⁸.

¹⁹ Our World in Data (2018), Sanders (2018).

²⁰ Fishcount (2019n).

²¹ Id.

²² Id.

²³ Id.

²⁴ Rowe (2021).

²⁵ Rowe (2020b).

²⁶ Schukraft (2019).

²⁷ Rowe (2020a).

A soma desses números sugere que são mortos algo entre 34 e 54 trilhões de animais para consumo anualmente em nível global. Isso significa que os 80 bilhões, normalmente mencionados pelos ativistas, representam apenas algo entre 0,1 % e 0,2% dos animais mortos para consumo. Os camarões, que representam algo entre 46% e 73% dos animais explorados, raramente são mencionados pelos ativistas e por autores da área de ética animal.

Essa negligência pode ocorrer devido a diversos fatores. Eis alguns exemplos:

- Um deles é a possibilidade de os próprios ativistas e autores darem menos consideração a animais como insetos, crustáceos e peixes. Isso, por sua vez, pode ocorrer por motivos diversos como, por exemplo, o fato de esses animais despertarem menos empatia nos humanos, o fato de serem menores, o fato de terem menores capacidades cognitivas etc.
- Outro é o viés da [insensibilidade ao alcance](#) (também chamado de *negligência do escopo* ou *insensibilidade ao escopo*). Quando comparamos duas quantidades muito grandes, esse viés impede que percebamos a diferença de magnitude entre elas. Então, é possível que mesmo alguém que dê [igual consideração a todos os seres sencientes](#) negligencie os problemas que afetam uma quantidade vastamente maior de animais simplesmente por não perceber o quão maior é essa quantidade.

3.4. Negligência em relação aos animais na natureza vítimas de processos naturais

A situação dos animais na natureza em decorrência dos processos naturais é ainda mais negligenciada. Novamente, isso ocorre por diversos fatores. Eis alguns exemplos:

- Há um amplo desconhecimento de que [os processos naturais maximizam a quantidade de animais que nascem apenas para sofrer intensamente e morrer prematuramente](#).
- Por conta desse desconhecimento, muitas pessoas pensam equivocadamente que a quantidade de animais sofrendo na natureza é menor do que a quantidade de animais explorados. [Aqui você pode ver uma comparação desses números](#).

²⁸ Waldhorn, Autric (2023).

- Há uma crença prevalente de que devemos limitar nossa atenção aos danos que os animais padecem em decorrência de práticas humanas.
- Outra crença muito comum é a de que, se deixarmos a natureza seguir o seu curso, o resultado será predominantemente positivo para os animais.
- Também é comum a crença de que intervir em processos naturais (desde que seja para ajudar os animais) é uma atitude arrogante.
- Quando as pessoas pensam em animais na natureza, tendem a pensar em animais que não são representativos da vida padrão na natureza²⁹. Tendem a pensar em animais de grande porte, como leões, zebras, gazelas, elefantes, e pensam em adultos dessas espécies. Esses animais são uma ínfima minoria dos animais na natureza. A vasta maioria dos animais na natureza é de pequeno porte, e a vasta maioria dos indivíduos que nascem morrem geralmente muito jovens.

Como resultado dessas e de outras crenças, os ativistas da causa animal têm negligenciado um problema que possui uma escala de dano tão gigantesca que faz até mesmo os números da exploração animal (que, como vimos, já são gigantescos) quase desaparecerem em comparação. Não há estatísticas sobre o número de mortes anuais dos animais na natureza, em decorrência dos processos naturais. Mas, para termos uma ideia da diferença de proporção, podemos fazer uma comparação dos tamanhos das populações em um dado momento.

- A população total de animais sencientes na natureza em um dado momento está, de acordo com algumas estimativas, entre 1 a 10 quintilhões de indivíduos³⁰.
- Comparemos, por exemplo, com a população mundial em um dado momento de animais criados como estoque para serem explorados:
 - Vertebrados terrestres: 24 bilhões³¹.
 - Peixes: 180 bilhões³².
 - Camarões: 230 bilhões³³.

²⁹ Sobre como isso influencia as pessoas a terem uma visão distorcida da situação dos animais na natureza, ver *Ética Animal* (2017).

³⁰ Ver National Museum of Natural History & Smithsonian Institution (2008) e Tomasik (2019 [2009]).

³¹ Tomasik (2019 [2009]).

³² Fishcount (2019a).

³³ Waldhorn, Autric (2023).

- A soma desses números dá 434 bilhões.

Se fizermos uma analogia com o período de um ano, a soma das populações de animais na exploração representariam no máximo 14 segundos. Todo o restante do ano (364 dias, 23 horas, 59 minutos e 46 segundos) seriam os animais na natureza. Isso nos dá uma dimensão aproximada do quão grande é a quantidade de animais na natureza.

3.5. Negligência em relação ao futuro

A maneira como nossas decisões influenciam a história de mundo daqui para frente (e, conseqüentemente, como elas afetam os seres sencientes que existirão no futuro) é uma questão amplamente negligenciada. As pessoas em geral (incluindo ativistas da causa animal) normalmente se preocupam quase que exclusivamente com os problemas do presente. Na decisão sobre quais estratégias adotar para beneficiar os seres sencientes, também normalmente é levado em conta somente o impacto nos seres sencientes vivos agora (ou, no máximo, que viverão em um futuro próximo).

Isso se deve, em parte, à presença do *viés temporal*, que faz com que, quanto mais longe um evento esteja no futuro, menos importância ele receba. Entretanto, se nossa meta é conseguir o melhor para todos os seres sencientes, o que nos importará será a magnitude dos danos, e não a época em que eles ocorrerão. Assim, se essa é nossa meta, ao decidirmos quais problemas priorizar e quais estratégias adotar, temos de imaginar o máximo que conseguirmos como as conseqüências de nossas escolhas afetarão o futuro, e [escolher aquele curso de ação que for melhor ao longo do tempo](#) (e não apenas, melhor no presente ou no futuro próximo)³⁴.

A quantidade de seres sencientes futuros poderá vir a ser muito vasta, seja *diacronicamente* (porque o futuro poderá ser muito longo), seja *sincronicamente* (pois a população de seres sencientes poderá vir a aumentar muito em cada momento). Assim, a quantidade de seres sencientes que afetaremos em longo prazo com essas decisões excede em muitas ordens de magnitude os seres sencientes que existem agora ou que existirão no futuro próximo. Por essa razão, esse tópico é de importância crucial³⁵.

³⁴ Para uma introdução a esse tópico, ver *Ética Animal* (2018).

³⁵ O tópico do futuro em longo prazo é discutido em mais detalhes [nesses textos](#) e será o tema do Volume XIX desta coleção.

3.6. Conclusão

Os quatro exemplos acima parecem suficientes para mostrar que a quantidade de atenção dada a cada problema não tem sido proporcional à magnitude de cada problema. Na verdade, tem sido geralmente inversamente proporcional (isto é, os problemas mais graves têm sido também os mais negligenciados).

Isso nos dá razões duplas para focarmos nesses problemas. Primeiro, simplesmente por estarem entre os problemas mais graves. Segundo porque, como são altamente negligenciados, é exatamente aí que poderemos fazer uma maior diferença.

4. O uso de argumentos antropocêntricos e ambientalistas na causa animal

4.1. A estratégia de usar argumentos antropocêntricos ou ambientalistas

Há muitas possibilidades de se fazer a defesa da consideração moral de todos os seres sencientes. Essas possibilidades incluem não apenas apresentar argumentos para se rejeitar o [especismo](#) e outras discriminações contra seres sencientes, mas também quaisquer outras formas de ativismo que promovam essa consideração, mesmo que *indiretamente*.

Um exemplo de *estratégia indireta* é argumentar contra a exploração animal, mas com argumentos não centrados na consideração pelos animais. Exemplos são defender:

- Que a pecuária tem um impacto ambiental negativo.
- Que os produtos de origem animal são prejudiciais à saúde humana.
- Que consumir animais não é natural para os humanos.
- Que torturar animais é um treino para torturar humanos.
- Que a maneira como os produtos de origem animal são feitos é nojenta.
- Que a experimentação animal apresenta riscos para os humanos.
- Que a pecuária tem relação com a fome dos humanos.
- Que a alimentação vegetal era o modo original de alimentação de certos povos.

...e assim por diante.

Essa estratégia está fundada em duas premissas:

- A primeira é a crença de que as consequências para os animais são as mesmas, quer as pessoas parem de explorá-los por consideração a eles, quer por outros motivos ("para os animais o que importa é o que você faz, não o que você pensa").
- A segunda é a crença de que esses argumentos antropocêntricos ou ambientalistas são mais eficientes para conduzir as pessoas a não explorarem os animais porque, como as pessoas são especistas, se convenceriam mais facilmente com eles.

No presente texto, discutiremos essa estratégia³⁶.

4.2. Alguns problemas com o uso de argumentos antropocêntricos e ambientalistas

Existem pelo menos duas maneiras pelas quais é possível questionar as duas premissas acima:

- Não é só a exploração sobre os animais que importa. Também importam [os danos padecidos pelos animais na natureza em decorrência dos processos naturais](#)³⁷ e as [novas formas de sofrimento que poderão surgir no futuro](#)³⁸. Como veremos no item a seguir, os argumentos antropocêntricos e ambientalistas, além de não abordarem esses problemas, podem aumentá-los.
- Ao contrário do que pode parecer inicialmente, as diferentes motivações para deixar de explorar os animais não têm as mesmas consequências.

Ambos os pontos serão explicados em mais detalhes no item a seguir.

4.3. Por que motivações diferentes têm consequências diferentes

No planejamento de uma estratégia precisamos levar em conta todas as prováveis consequências que conseguimos estimar, e não apenas algumas. Assim, temos de levar em conta não apenas o impacto direto do uso de produtos de origem animal, mas também, crucialmente, o impacto da visão de mundo que fortalecemos com cada estratégia.

A influência que cada pessoa tem por meio de seu consumo dura até o final de sua vida. Já os efeitos decorrentes da visão de mundo que passa adiante se estendem ao longo de séculos ou milênios, pois afetam o modo como outras pessoas vão decidir e como vão influenciar outras pessoas a decidirem. Os valores que as pessoas adotam guiam a maneira como tomam todas as decisões ao longo da vida, e também determinam quais valores passam às outras pessoas, incluindo às gerações futuras. Em resumo, há um efeito bola de neve.

³⁶ Para uma discussão mais detalhada, ver Cunha (2021, p. 210-223).

³⁷ Para mais sobre esse tópico, ver Cunha (2022) e *Ética Animal* (2023 [2020]).

³⁸ Para mais sobre esse tópico, ver Baumann (2017, 2022) e Tomasik (2015d).

Tendo isso em vista, temos razões para pensar que os argumentos centrados na consideração pelos animais teriam um melhor impacto, [especialmente em longo prazo](#), pois ajudam a aumentar a consideração moral pelos seres sencientes, algo que qualquer outro argumento não faz. Na verdade, como veremos nos itens a seguir, o uso de argumentos não centrados na consideração pelos animais poderia até mesmo aumentar os danos para os seres sencientes.

4.4. Argumentos indiretos facilitam aceitar considerar os seres sencientes?

Poderia ser objetado que frequentemente o especismo é defendido não porque as pessoas acreditam que ele esteja correto, e sim como uma desculpa, simplesmente porque gostam do sabor dos produtos de origem animal. Assim, em defesa do uso de argumentos antropocêntricos ou ambientalistas, poderia ser dito que, se as pessoas pararem de consumir animais, seja lá por que motivo, será mais fácil para depois aceitarem uma visão antiespecista.

O mesmo valeria para outras formas de exploração animal, como a experimentação animal. Segundo essa visão, as pessoas que a defendem não o fazem porque a consideram justa, mas simplesmente porque não querem descartar os benefícios que obtiveram com ela (por exemplo, terem construído carreiras científicas fazendo experimentos em animais).

Por isso, segundo essa visão, conseguir, seja lá de que maneira, que as pessoas deixem de explorar os animais pode ser mais eficiente para conseguir um mundo onde os seres sencientes recebem plena consideração do que a própria defesa dessa consideração.

Esse argumento tem base em uma ideia que parece correta. Porém, se o argumento tiver êxito, a conclusão que se segue é que devemos combinar essa estratégia com a defesa da consideração pelos seres sencientes. Por quê? Porque o argumento só indica que as argumentações não centradas na consideração pelos animais ajudariam na consideração pelos seres sencientes. Mas essa consideração continuaria sendo necessária para prevenir os danos no longo prazo. Assim, mesmo se o argumento estivesse correto, o uso de argumentos não centrados nos animais no máximo facilitaria a expansão da consideração moral pelos animais. No entanto, se é assim, então faz sentido pensar que, para alcançá-la, é provavelmente mais eficiente difundi-la diretamente do que difundir outras ideias.

Além disso, é possível que as pessoas que defendem a exploração animal o façam simplesmente por darem muita pouca consideração aos animais não humanos (e não que consideram a exploração como algo errado e a defendem simplesmente para disfarçar que não querem largar de consumir os produtos de origem animal). Se considerassem os animais, mesmo um pouco, a enorme quantidade de sofrimento e de mortes causados pela exploração animal já deveria ser uma razão mínima motivadora para tentarem abandonar ou pelo menos diminuir o seu consumo de animais. Agora, se isso não ocorre, e se essas pessoas abandonariam o consumo de animais por razões antropocêntricas ou ambientalistas, isso é um sinal de que acreditam fortemente em valores antropocêntricos e ambientalistas. Então, é no mínimo incerto se o fato de pararem de consumir animais por motivos antropocêntricos ou ambientalistas facilitaria aceitarem posteriormente considerar todos os seres sencientes.

4.5. Riscos do uso de argumentos não centrados na consideração por seres sencientes

O risco de dar a entender que os animais não importam

Há também o risco de o uso de argumentos antropocêntricos e ambientalistas atrasar (ou mesmo impedir) a consideração pelos seres sencientes. Por exemplo, se mesmo quando o assunto é a exploração dos animais, os argumentos empregados para considerar a questão não têm a ver com o prejuízo para os animais, isso pode contribuir para enfatizar que o sofrimento e as mortes dos animais é algo que não importa muito (ou mesmo que não importa nada). Assim, o uso de argumentos não centrados na consideração pelos animais pode contribuir para fortalecer a visão especista, que é exatamente a causa da terrível situação na qual os animais se encontram.

O risco de fortalecer visões contrárias à consideração pelos animais

Já que o [antropocentrismo](#) e o [ambientalismo](#) envolvem valores diametralmente opostos à consideração pelos seres sencientes, utilizar argumentos que são fundados nesses valores tem um grande risco de dificultar a aceitação de valores centrados na senciência.

O risco de aumentar a exploração animal

Outro possível efeito do uso de argumentos indiretos é passar a ideia de que, se os animais estiverem a ser prejudicados sem afetar negativamente os humanos ou o meio ambiente, então tudo bem. Isso pode contribuir para incentivar a busca de formas mais sustentáveis de explorar os animais que podem ser ainda piores para eles, como confiná-los em espaços ainda menores, promover o consumo de animais aquáticos e de insetos, [o que faria com que morresse um número vastamente maior de animais, pois esses animais são muito menores](#). Essas práticas podem, inclusive, ser benéficas para os humanos ou de um ponto de vista ambientalista.

Nesses casos, o uso de argumentos não centrados nos animais pode contribuir para aumentar consideravelmente o número de animais explorados, resultando em mais animais sendo mortos até mesmo do que se não tivesse sido dito nada contra a exploração animal.

O risco de aumentar o sofrimento dos animais selvagens

O uso de argumentos antropocêntricos e ambientalistas também pode contribuir para uma negligência do [sofrimento dos animais selvagens em decorrência dos processos naturais](#) e para uma rejeição da proposta de ajudá-los³⁹. Além de poder levar as pessoas a aprovarem formas de exploração animal sustentáveis ou vantajosas para os humanos, também pode fazer com que as pessoas defendam práticas como a expansão do território natural⁴⁰, a colonização espacial⁴¹ e a desconsideração por possíveis seres sencientes futuros não orgânicos⁴². Todos esses riscos, se concretizados, gerariam muito mais sofrimento do que a exploração animal⁴³.

4.6. Conclusão

Uma das razões principais pelas quais [há riscos de ser gerado sofrimento de magnitude astronômica no futuro](#) é o fato de que aqueles que poderiam afetar positiva ou negativamente os seres sencientes não lhes dão consideração moral. Assim, para reduzir tais riscos, é essencial não adiar a defesa da consideração moral de todos os seres sencientes.

³⁹ Há um estudo que sugere que as pessoas que deixam de consumir produtos de origem animal por razões ambientalistas se tornam mais resistentes à proposta de ajudar os animais na natureza. Ver Greig (2017).

⁴⁰ Sobre por que tal expansão maximizaria o sofrimento, ver o capítulo 37 do [Volume VII desta coleção](#).

⁴¹ Sobre por que esse é um risco ver Tomasik (2013a), O'Brien (2022); Baumann (2022, p. 23-4, 50-3, 56, 84).

⁴² Sobre esse risco, ver Mannino *et al.* (2015); Tomasik (2015b); Baumann (2022, p. 12-3, 82-3).

⁴³ [Aqui](#) você pode ver uma explicação resumida sobre todos esses riscos.

5. A abordagem total e a abordagem suficiente

5.1. Introdução

Neste capítulo veremos duas possíveis abordagens para tentar fazer com que mais pessoas aceitem a meta de buscar um mundo melhor para todos os seres sencientes: a *abordagem total* e a *abordagem suficiente*. Veremos algumas vantagens e desvantagens de cada uma dessas abordagens e será defendido que é mais promissor combiná-las, pelo menos em grande parte dos contextos. Serão também apresentados vários exemplos de contextos particulares nos quais é possível aplicá-las e combiná-las e como isso poderia ser feito.

5.2. Leques de compatibilidade: abertos e fechados

O que chamaremos de *leque de compatibilidade* diz respeito à quantidade de ideias adicionais que precisam ser aceitas para se aceitar determinada ideia. Quanto mais ideias adicionais forem necessárias, mais *fechado* será o leque, pois é menor a quantidade de pessoas que aceitam essas ideias adicionais em conjunto. Quanto menos ideias adicionais forem necessárias, mais *aberto* será o leque, pois nesse caso é maior a probabilidade de mais pessoas aceitarem a ideia, seja lá o que pensem sobre outras questões.

É importante identificar qual a amplitude do leque de compatibilidade de uma ideia, pois se pensarmos que uma ideia possui um leque mais fechado e na verdade ela possui um leque mais aberto, perderemos a oportunidade de fazer com que muito mais pessoas a aceitem. Isso é ilustrado pelo exemplo a seguir.

Suponhamos que queremos defender a ideia A, e acreditamos que, para aceitá-la, seja necessário aceitar também a ideia B. Nós passamos então a defender B, para fazer as pessoas aceitarem A. Ao fazer isso, damos a entender para o público que, para se aceitar A, tem-se que aceitar B. Imagine que conseguimos convencer algumas pessoas a aceitarem A, mas que outras pessoas não a aceitam justamente porque não aceitam B. Porém, imagine que depois descobrimos que, para se aceitar A, não era necessário aceitar B. Então, poderíamos ter convencido muito mais pessoas a aceitarem A se não tivéssemos defendido B (ou, pelo menos, se não tivéssemos dado a entender que, para aceitar A, era necessário aceitar B).

Assim, se para as pessoas aceitarem uma ideia A, não for necessário que concordem em relação a outras ideias B, C, D, E etc., então é melhor enfatizar que, seja lá o que pensem sobre essas outras ideias, ainda podem aceitar A.

Enfatizar que, mesmo que haja discordância sobre outras coisas, ainda poderia haver concordância em relação ao que estamos propondo tem pelo menos duas vantagens. A primeira, evidente, é que ela aumenta a probabilidade de um número muito maior e diversificado de pessoas aceitarem o que estamos propondo. A segunda, é que ela tende a [diminuir a polarização](#)⁴⁴, pois enfatiza que, apesar das muitas divergências, pode haver algumas metas em comum.

5.3. Exemplos de visões compatíveis com múltiplas visões em ética e política

Para se aceitar as metas a seguir, não é necessário adotar uma visão específica, seja em termos de [teoria ética](#), seja em termos de vertente política:

- [Consideração por todos os seres sencientes](#).
- [Rejeição do especismo](#).
- [Abolição da exploração animal](#).
- [Veganismo](#)
- [Redução do sofrimento dos animais selvagens](#).
- [Prevenção dos riscos de sofrimento futuro](#).
- [Preocupação com o futuro em longo prazo](#).
- [Consideração por seres sencientes não orgânicos](#), caso venham a existir no futuro.

Assim, em vez de defender uma visão específica em ética ou política e apontar que uma implicação dessa visão é aceitar aquelas metas, temos mais chances de que as pessoas aceitem tais metas se defendermos que elas deveriam ser aceitas por todos, independentemente de qual visão em ética ou política adotem. Defender posições específicas pode passar uma impressão errada de que, para se aceitar as metas em questão, é necessário aceitar essas visões específicas (e, então, o resultado ser quem não aceita tais visões rejeitar essas metas).

⁴⁴ Sobre por que a polarização aumenta os riscos de sofrimento, ver Baumann (2022, cap. 9).

5.4. A abordagem total e a abordagem suficiente

Acima demos exemplos de metas que podem ser aceitas em sua totalidade por diversas posições. Entretanto, em outras vezes, dependendo do que alguém pense sobre outras questões, aceitará determinada meta apenas em certa medida.

Quando argumentamos a favor de uma ideia, normalmente entendemos a situação em termos de aceitá-la rejeitá-la totalmente. Porém, existe a possibilidade de alguém aceitá-la parcialmente. É claro, se defendemos determinada ideia, pensaremos que o melhor é que as outras pessoas a aceitem totalmente. Entretanto, pode valer muito a pena enfatizar que determinados argumentos que por vezes são endereçados como tentativa de rejeitar a ideia que estamos propondo não implicam rejeitá-la de fato, mas em aceitá-la parcialmente. Ao enfatizar isso, aumentamos as chances de, mesmo quem discorda de sua aceitação completa, ainda aceitá-la pelo menos em alguma medida.

Nesse sentido, podemos distinguir duas abordagens:

Abordagem total: defender o que acreditamos ser a melhor decisão.

Abordagem suficiente: enfatizar que mesmo quem discorda da nossa posição pode aceitá-la parcialmente ou aceitar algumas de suas implicações.

Importante: essas não são estratégias mutuamente excludentes. De fato, no final deste capítulo será defendido não apenas que temos mais chances de melhores resultados se combinarmos ambas, mas também que é arriscado empregar apenas uma delas.

O quadro a seguir lista vários exemplos dessas abordagens quanto a vários tópicos:

Tópico	Abordagem total	Riscos envolvidos	Abordagem suficiente
<p>Critério de consideração moral</p>	<p>Defender que os seres a quem devemos considerar são os seres sencientes, e apenas os seres sencientes.</p>	<p>Quem acha que devemos consideração moral a entidades não sencientes pode achar que está justificado a desconsiderar os seres sencientes.</p>	<p>Enfatizar que, mesmo quem defende considerar entidades não sencientes, deve reconhecer que ser suficiente deveria ser considerado, e que ainda existem razões para priorizar os seres sencientes frente a entidades não sencientes, sejam estas totalidades ou organismos vivos.</p>
<p>Teoria ética</p>	<p>Defender uma teoria ética específica que consideramos mais plausível, e mostrar que ela implica rejeitar o especismo.</p>	<p>Quem não aceita tal teoria específica pode achar que não precisa rejeitar o especismo.</p>	<p>Enfatizar que, para se aceitar os argumentos para se rejeitar o especismo, não é necessária a adoção de uma teoria ética específica.</p>
<p>Vertente política</p>	<p>Defender uma vertente política específica, e mostrar que os ideais dela são realizados somente se rejeitarmos o especismo.</p>	<p>Quem é de qualquer outra vertente política pode achar que não precisa rejeitar o especismo.</p>	<p>Enfatizar que o especismo deve ser rejeitado, independentemente de qual vertente política alguém prefira.</p>
<p>Veganismo</p>	<p>Defender o veganismo.</p>	<p>Dado o grau de especismo vigente, muitas pessoas podem achar o padrão exigente demais e não mudarem o seu consumo em nada.</p>	<p>Enfatizar que, mesmo quem ainda não se tornou vegano ainda pode diminuir o consumo e fazer outras coisas para ajudar os animais.</p>

Especismo	Rejeitar o especismo e defender que devemos dar igual consideração a todos os seres sencientes .	Dado o grau de especismo vigente, muitas pessoas podem não concordar com isso e, então, acharem que não precisam dar consideração alguma aos animais não humanos.	Enfatizar que, mesmo que os humanos merecessem maior consideração, isso não implicaria que os animais não merecem consideração alguma, e nem que merecem pouca consideração.
Especismo e priorização de causas	Defender que a igual consideração implica priorizar a situação dos seres sencientes não humanos (dada a quantidade de vítimas, grau de negligência etc.).	As pessoas especistas, por discordarem da igual consideração, podem achar que não precisam dar grande atenção à situação dos animais não humanos.	Enfatizar que, mesmo que alguém dê peso maior aos humanos, dada a quantidade de vítimas, ainda teria que priorizar a situação dos animais não humanos . Ajuda enfatizar também que, mesmo que alguém priorize os problemas humanos, deve ainda considerar muito importante fazer algo pelos animais não humanos.
Magnitude do dano da morte	Defender que pertencer à espécie humana ou possuir maiores capacidades cognitivas não implica necessariamente ser prejudicado com a morte em maior grau .	As pessoas que discordam disso podem achar que os animais são pouco prejudicados com a morte.	Lembrar que, do fato de um indivíduo ser prejudicado com a morte em maior grau do que outro, não se segue que o indivíduo que é menos prejudicado é pouco prejudicado com a morte .

Dano da morte	Defender que os animais não humanos são prejudicados com a morte .	Quem achar que eles não são prejudicados com a morte pode achar que está justificado explorá-los ou não ajudá-los quando vítimas de processos naturais .	Mostrar que, na vasta maioria dos casos, para sermos contra sua exploração e ser a favor de ajudá-los na natureza , basta reconhecermos que são prejudicados com o sofrimento .
Bem-estar dos seres sencientes	Defender uma posição específica em teoria do bem-estar . (Por exemplo, defender que tudo o que importa, em termos de bem-estar dos seres sencientes, é o sofrimento e o prazer — isto é, defender uma teoria hedonista do bem-estar).	Pessoas que acreditam que outras coisas importam em si para o bem-estar (satisfação de preferências , conhecimento , relações etc.) podem pensar que o sofrimento e o prazer não importam.	Enfatizar que acreditar que outras coisas para além do sofrimento e prazer importam para o bem-estar não implica que o sofrimento e o prazer não importem.
Priorização quanto ao futuro	Defender que devemos priorizar o futuro em longo prazo e priorizar evitar riscos de sofrimento futuro (chamados de riscos-s).	Quem discorda disso pode achar que não precisa se preocupar com o futuro em longo prazo e com riscos-s.	Enfatizar que mesmo quem tem outras prioridades ainda tem razões para pensar que o futuro em longo prazo e evitar riscos-s são coisas muito importantes.

<p>Intervenções que afetam os animais selvagens: metas centradas na sciência versus metas ambientalistas.</p>	<p>Defender que, ao tomar decisões que afetam os animais selvagens, devemos acatar uma visão unicamente centrada na sciência (e rejeitar metas ambientalistas), e que isso implica ajudar os animais na natureza.</p>	<p>As pessoas que adotam valores ambientalistas podem pensar que estão justificadas a ser contra ajudar os animais selvagens</p>	<p>Lembrar que defender que entidades não sencientes são moralmente consideráveis não mostra que os seres sencientes não o são, e que ainda temos razões para priorizar os seres sencientes, mesmo que tivéssemos que considerar entidades não sencientes. Pode-se mostrar também que muitos programas para ajudar os animais selvagens não conflitam com as metas ambientalistas (alguns até ajudariam a realizá-las).</p>
<p>Foco na situação dos animais na natureza vítimas de processos naturais (em comparação aos animais explorados).</p>	<p>Defender focar na situação dos animais na natureza vítimas dos processos naturais, em vez de nos animais explorados (dada a quantidade de vítimas, grau de negligência, tratabilidade etc.).</p>	<p>As pessoas que focam nos animais explorados podem pensar que estão justificadas a desconsiderar a situação dos animais selvagens.</p>	<p>Enfatizar que mesmo quem tem outros focos ainda deveria dedicar pelo menos uma parte do seu ativismo a falar da questão do sofrimento dos animais selvagens.</p>

<p>Responsabilidade moral por danos naturais e danos antropogênicos</p>	<p>Defender que temos tanta responsabilidade moral por danos naturais quanto temos por danos antropogênicos.</p>	<p>As pessoas que acreditam que são mais responsáveis por danos antropogênicos podem pensar que não temos dever de fazer nada quanto a danos naturais</p>	<p>Enfatizar que defender que somos moralmente responsáveis em maior grau por uma coisa não implica defender que não o sejamos por outra (pode-se defender, por exemplo, que o sejamos em alto grau, ainda que em grau menor).</p> <p>Também pode ser enfatizado que a quantidade de danos naturais é tão maior do que a de danos antropogênicos que ainda teríamos que priorizar reduzi-los mesmo se déssemos um peso muito maior aos antropogênicos.</p>
<p>Ajuda a animais selvagens e veganismo</p>	<p>Defender que devemos ser veganos e também ser favoráveis a ajudar os animais na natureza.</p>	<p>Quem não é vegano pode achar que só pode ser a favor de ajudar os animais selvagens se algum dia se tornar vegano</p>	<p>Enfatizar que, se pudermos fazer algo para ajudar, devemos fazê-lo, independentemente de se estamos ou não a fazer outras coisas para ajudar.</p>
<p>Estratégias de ativismo</p>	<p>Defender enfaticamente determinadas estratégias de ativismo que acreditamos ser as melhores.</p>	<p>Ativistas que preferem outras estratégias podem achar que não são possíveis compromissos mútuos conosco.</p>	<p>Enfatizar que podemos concordar com determinadas estratégias mesmo que discordemos em outras. Também ajuda enfatizar que, apesar da divergência estratégica, a meta almejada é comum.</p>

<p>Consideração pelos seres sencientes e outras questões filosóficas</p>	<p>Defender a consideração pelos seres sencientes e também se pronunciar abertamente sobre várias outras questões filosóficas (éticas, políticas, metafísicas, epistemológicas etc.)</p>	<p>O leque de discordância em todas essas questões é muito grande. Isso pode fazer (especialmente se defendemos visões controversas em outros tópicos) com que as pessoas não aceitem nossa defesa da consideração pelos seres sencientes.</p>	<p>Enfatizar que a consideração pelos seres sencientes pode ser aceita independentemente do que alguém pensa sobre outras questões filosóficas. Porém, isso não quer dizer que não devemos tomar partido sobre essas outras questões, nem mesmo se forem altamente controversas (ainda que essa seja outra possibilidade também).</p>
<p>Critérios para a sciência e natureza da consciência</p>	<p>Defender uma posição específica em filosofia da mente quanto a qual é a natureza da consciência e defender que ela implica reconhecer que seres com um sistema nervoso centralizado são sencientes.</p>	<p>As pessoas que não aceitam essa posição específica em filosofia da mente podem pensar que estão justificadas em negar que seres que possuem um sistema nervoso centralizado são sencientes</p>	<p>Defender que devemos reconhecer que há uma correlação entre estados cerebrais e estados mentais, seja lá o que pensemos sobre o que é a consciência (por exemplo, independentemente de se mantemos uma posição dualista de substâncias, dualista de propriedades, monista fisicalista, monista idealista etc.)</p>

<p>Implicações controversas do que defendemos</p>	<p>Expor abertamente que aquilo que defendemos tem algumas implicações controversas, e defender que o senso comum é que está errado.</p>	<p>As pessoas podem não aceitar nossa proposta se perceberem que ela tem essas implicações controversas.</p>	<p>Enfatizar que, mesmo que alguém discorde do que fazer quanto aos casos controversos, isso não implica rejeitar a proposta como um todo. Por exemplo, alguém rejeitar intervenções em conflitos entre animais não implica rejeitar vacinações, tratamento de doenças, ajuda em desastres etc. Outra opção é esconder a implicação controversa. Entretanto, se o público percebe por si próprio a implicação, nos considerará desonestos por escondê-la.</p>
---	--	--	---

5.5. Conclusão: é importante combinar ambas as estratégias

Como vimos acima, ambas as estratégias, se utilizadas isoladamente, apresentam riscos. O risco da estratégia total é as pessoas entenderem equivocadamente que, se não aceitam totalmente certa visão, não têm razões para aceitar parcialmente o que está sendo proposto. Por sua vez, o risco geral da estratégia suficiente é que ela não discute questões que, de fato, são muito importantes e sobre as quais talvez as pessoas deveriam mudar o que pensam.

Assim, a questão é sobre o grau de foco que deveríamos ter em ambas as estratégias, já que parece melhor usar ambas. Por exemplo, uma opção é focar na abordagem total e enfatizar que, mesmo quem não concorda ainda poderia aceitar parcialmente o que foi defendido. Mesmo que optemos por um foco maior no que for suficiente, isso não significa que argumentar a favor da meta total não seja importante. Por exemplo, certamente um mundo em que muitas pessoas são antiespecistas tem consequências muito diferentes de um mundo em que muitas pessoas apenas consideram os animais não humanos, mas em menor grau. Assim,

a abordagem total também é muito importante (pelo menos em boa parte dos contextos listados acima).

A decisão por um foco maior na abordagem total ou na suficiente depende de sabermos o que realizaria de modo mais eficiente nossas metas. Por exemplo, elas seriam melhor realizadas se um número maior de pessoas as aceitarem parcialmente ou se um número menor de pessoas as aceitar por completo? A resposta para isso dependerá, no caso de cada meta: (1) do número de pessoas que a aceitaria totalmente versus o número de pessoas que a aceitaria parcialmente e; (2) do quanto mais cada pessoa que a aceita totalmente faria para alcançar a meta, em comparação àquelas que a aceitam parcialmente.

Independentemente das respostas para essas difíceis questões, parece que argumentar apenas a favor do ideal, sem enfatizar o suficiente envolve riscos altos. Por outro lado, falar apenas do suficiente é não ousar discutir as questões controversas muito importantes. Começar o quanto antes a discutir essas questões pode [fazer a diferença em longo prazo](#), por tornar o público menos avesso a pensar sobre elas.

6. O desvio de foco em debates: por que o especismo é raramente discutido?

6.1. O desvio de foco

Não é incomum que, em debates sobre práticas que prejudicam os animais não humanos, os defensores de tais práticas tentem manter o foco da discussão em aspectos que não têm a ver com o prejuízo para os animais. A seguir estão alguns exemplos.

- Se o assunto é [uso de animais para consumo](#), abordarão o tema como se o importante para saber se tais práticas são ou não justificáveis fossem os riscos para saúde humana e os impactos ambientais. Defenderão em seguida que o consumo de animais pode, sim, ser saudável e sustentável.
- Se o assunto é a [experimentação animal](#), abordarão o tema como se o importante para saber se tais práticas estão justificadas fossem os benefícios para humanos. Defenderão em seguida que a experimentação animal pode, sim, ser segura para os humanos.
- Se o assunto é a [matança de animais selvagens motivada por ideais ambientalistas](#), tratarão a questão como se o importante para saber se tais práticas estão ou não justificadas é saber se elas ajudam ou não a alcançar as [metas ambientalistas](#). Em seguida defenderão que tal matança está justificada porque são animais de espécies invasoras e representam uma ameaça à flora e à fauna nativa (por exemplo, por se alimentarem de plantas raras ou cruzarem com animais nativos e gerarem híbridos, fazendo com que a espécie nativa não seja mais "pura") e assim por diante.

Em nenhum dos casos é discutido se, mesmo se tais alegações forem verdadeiras, tais práticas ainda poderiam ser injustificáveis devido ao prejuízo que elas causam aos animais. Nossas [obrigações para com os animais](#) e o [especismo](#) são tópicos raramente discutidos. Não é que essas pessoas chegam a defender que não devemos ter consideração pelos animais, ou que essa consideração deve ser muito pequena. Simplesmente essa questão é completamente ignorada. É como se ela não existisse.

Por vezes, isso é planejado. Por exemplo, alguém pode perceber que [não tem bons argumentos para justificar as práticas especistas](#), mas, como não pretende mudar sua posição, desvia o foco para não ficar nítido que não tem bons argumentos.

Em outros casos, porém, é possível que tal desvio seja feito sem ser premeditado. Pode ser que algumas dessas pessoas sequer façam ideia de que o modo como nossas decisões afetam os animais é uma questão ética. Pode ser que achem tão óbvio que os animais não merecem respeito que sequer lhes passe pela cabeça que tal ideia pode estar equivocada.

Independentemente de ser ou não planejado, o fato é que na maioria dos debates o foco acaba sendo desviado, e a consideração moral dos animais não é discutida. Como apontado a seguir, esse resultado ocorre também muito por conta da colaboração (novamente, intencional ou não) das pessoas que dizem estar lá para defender os animais.

6.2. Caindo na cilada

Geralmente a resposta dos defensores dos animais ao desvio de foco é, curiosamente, aceitá-lo e passar a discutir as outras questões colocadas por quem pretende justificar as práticas que prejudicam os animais. Surpreendentemente, os próprios defensores dos animais raramente discutem a [consideração moral dos animais](#) (e, frequentemente, o desvio de foco parte dos próprios defensores dos animais!). A seguir estão exemplos nos três contextos listados acima

- *Exemplo 1.* Os defensores do consumo de animais alegam que o mesmo é justificável porque pode ser saudável e sustentável. Os defensores dos animais poderiam simplesmente responder que, mesmo se esse for o caso, o consumo de animais seria ainda injustificável, da mesma maneira que matar humanos para consumi-los seria injustificável mesmo se for saudável e sustentável.

Os defensores dos animais poderiam perguntar o seguinte: "por que um ato seria correto por ser saudável e sustentável, e outro ato seria errado, apesar de ser igualmente saudável e sustentável?". Os defensores do consumo de animais provavelmente responderiam que é porque em um caso as vítimas são humanas e em outro não são. E os defensores dos animais poderiam perguntar [por que a espécie seria um critério moralmente relevante](#), e não um critério arbitrário como são a raça e o

gênero, e assim o debate continuaria.

Entretanto, não é isso o que geralmente acontece. Geralmente os defensores dos animais focam em contestar a alegação de que o consumo de animais pode ser saudável ou sustentável.

- *Exemplo 2.* Os defensores da experimentação animal alegam que ela está justificada porque pode oferecer benefícios para os humanos. Novamente, aqui os defensores dos animais poderiam responder que o fato de uma prática oferecer benefícios a membros de um grupo não justifica automaticamente essa prática, principalmente quando se está a computar de maneira arbitrária os prejuízos para membros de outros grupos (no caso, os prejuízos para os animais recebem um peso menor, ou sequer recebem algum peso).

Poderia ser feita uma analogia com o caso humano. Se um cientista alegasse que está justificado fazer experimentos em humanos de pele escura porque isso beneficiaria os humanos de pele clara, ficaria muito nítido que apontar isso é insuficiente para justificar tal prática. Poder-se-ia perguntar, então, o seguinte: "porque uma prática seria correta por causar benefícios, apesar dos prejuízos que causa, e outra seria errada por conta dos prejuízos que causa, apesar de causar benefícios?".

Novamente, os defensores da experimentação diriam provavelmente que a diferença é que, em um caso as vítimas são humanas, e em outro não. Mas, novamente, os defensores dos animais poderiam perguntar por que a espécie não seria um critério arbitrário como a cor da pele, e assim o debate continuaria.

Mas, não é isso o que ocorre. Geralmente, os defensores dos animais limitam-se a defender que a experimentação animal, devido à diferenças de fisiologia, não é segura para os humanos.

- *Exemplo 3.* Os defensores da matança de animais selvagens motivada por ideais ambientalistas alegam que a mesma está justificada porque tais animais representam uma ameaça aos ideais ambientalistas. Novamente, aqui poderia ser respondido que isso parece insuficiente para justificar a matança. Afinal de contas, não existe espécie

que represente maior ameaça aos ideais ambientalistas do que a humana, mas, isso não parece justificar matar humanos em massa.

Então, poderia ser perguntado o seguinte: "por que uma matança seria correta por proteger os ideais ambientalistas e outra seria errada apesar de proteger (em maior grau) os ideais ambientalistas?".

Novamente, os defensores da matança diriam que é porque em um caso as vítimas são humanas e em outro não. E, novamente, poder-se-ia questionar o critério da espécie e assim o debate poderia prosseguir.

Mas, novamente, não é isso que os defensores dos animais geralmente fazem. Optam por defender que a matança de animais não é boa de um ponto de vista ambientalista.

Em resumo, os defensores dos animais poderiam conter o desvio de foco, e trazer o foco para a discussão sobre a consideração moral dos animais. Mas, não é isso que geralmente fazem. Geralmente "compram" o desvio de foco. O resultado é que a consideração moral dos animais raramente é discutida. Por que isso acontece? É o que discutiremos no item a seguir.

6.3. Por que o desvio de foco é aceito pelos defensores dos animais?

Assim como o desvio de foco por parte de quem defende as práticas que prejudicam os animais pode ser planejado ou não, a aceitação do desvio por parte dos defensores dos animais também pode ser ou não consciente.

A seguir estão várias hipóteses do porquê o desvio é aceito pelos defensores dos animais. É claro, essas hipóteses não são as únicas possibilidades. E, mais importante, essas hipóteses não são mutuamente excludentes, pois a motivação pode ser diferente no caso de diferentes pessoas e até mesmo no caso de uma mesma pessoa em situações diferentes.

Hipóteses:

1) Distração.

É possível que os defensores dos animais não percebam que o foco está sendo desviado. Quando percebem (se é que percebem) já estão enrolados na teia discutindo outras questões, sem saber como trazer o foco do debate para a consideração moral dos animais.

2) Vergonha

É possível que os defensores dos animais percebam que o desvio de foco está a ser feito, e não concordem com isso, mas tenham vergonha de realmente defender os animais. Há uma probabilidade considerável de isso ocorrer em muitos casos [por conta do tamanho da influência que a pressão social exerce](#). Como a sociedade é altamente especista, é bastante possível que algumas pessoas não defendam os animais pelo medo de serem ridicularizadas (isso é potencializado se elas não conhecerem argumentos para defender sua posição).

3) Concordância

Também é possível que, apesar de se apresentarem como defensoras dos animais, algumas dessas pessoas não o sejam de fato, e concordem que os prejuízos sobre os animais não sejam determinantes para saber se as práticas em questão têm ou não justificativa e, por isso, aceitam o desvio de foco.

Por exemplo, há muitas pessoas que se dizem veganas mas com isso não querem dizer que buscam evitar ao máximo prejudicar os animais e que são contra sua exploração, e sim, que não consomem produtos de origem animal por razões ambientalistas, de saúde ou por preocupação com seres humanos desfavorecidos ([apesar de não ser isso que significa o termo veganismo](#)). Novamente, a mudança no significado do conceito de veganismo pode ser intencional (para fazer o público pensar que aquelas pessoas estão ali para defender os animais) ou por ignorância, por não fazerem ideia do que é veganismo.

4) Crença de que não é possível discutir ética

Outra possibilidade é algumas pessoas aceitarem o desvio de foco por acreditarem que não é possível discutir ética. Por essa razão, limitam-se a discutir as afirmações sobre os fatos.

É bastante comum a crença de que "em ética, é tudo relativo/subjetivo" e que não há visões que são mais plausíveis ou menos plausíveis. Então, alguém que mantém essa crença poderia pensar: "essas pessoas acreditam que está justificado desconsiderar os animais e eu discordo, e fim de papo, não há o que se discutir".

Segundo essa visão, não é possível avaliar se as metas que alguém almeja são certas ou erradas, justas ou injustas: tudo o que seria possível fazer é investigar se determinada ação conduz ou não à meta almejada.

Assim, se um defensor dos animais pensa dessa maneira, e percebe que, para os seus interlocutores, tudo o que importa são os humanos ou as metas ambientalistas, vai tentar mostrar que o consumo de animais não é saudável ou sustentável, que a experimentação animal apresenta riscos para os humanos, que a matança de animais selvagens não alcança as metas ambientalistas e assim por diante. Em resumo, a crença é a de que é impossível alguém passar a considerar os animais porque é impossível alguém mudar sua posição quanto a metas, valores, princípios etc.

É de se surpreender que tais pessoas pensem assim. Afinal de contas, a esmagadora maioria das pessoas que são hoje defensoras dos animais não o foram desde sempre. Por exemplo, a vasta maioria antes consumia animais e em algum momento de suas vidas parou para refletir e concluiu que não havia justificativa para fazê-lo. Então, é de se estranhar que acreditem, tanto que não há o que se refletir sobre isso, quanto que não é possível que as pessoas mudem o que pensam sobre isso.

Além disso, qualquer pessoa que conhece um pouco sobre ética animal sabe que as tentativas de justificar o especismo têm sido discutidas amplamente pelo menos desde a década de 1970. Ao vermos esse debate, fica muito nítido [o quão problemáticas são as tentativas de justificar o especismo](#) e o quão sólidos são os [argumentos a favor da igual consideração de todos os seres sencientes](#). A ideia de que em ética todas as posições são igualmente plausíveis soa razoável somente se não nos dermos o trabalho de olhar para os argumentos oferecidos por cada lado.

Aliás, se uma pessoa não tem um bom argumento para defender sua posição e o adversário tem um bom argumento para defender a posição oposta, [é sempre uma boa desculpa afirmar que todas as posições são igualmente plausíveis e que não existe certo e errado](#).

5) A crença de que é possível discutir ética, mas que é impossível mudar as pessoas

Outra possibilidade é alguns defensores dos animais concordarem que é possível discutir ética, e que é até possível mostrar que o especismo é injustificável, mas acreditarem que é impossível que as pessoas mudem o que pensam, mesmo sabendo que estão erradas. De acordo com essa visão "uns nascem bons, outros nascem maus, e ponto final". Contudo, novamente, os defensores dos animais deveriam saber, a partir do seu próprio caso, que as coisas não são assim.

6) A crença de que é mais eficiente se limitar a discutir os fatos

Por fim, outra possível motivação para defensores dos animais aceitarem o desvio de foco seria que, apesar de reconhecerem que há fortes argumentos contra o especismo e que é possível mudar o que as pessoas pensam, acreditarem que não questionar o especismo (e limitar-se a discutir as afirmações factuais feitas pelos defensores das práticas especistas) é mais eficiente para convencer os interlocutores a pararem de prejudicar os animais.

Por exemplo, os defensores dos animais poderiam pensar que, por não terem de questionar as metas e valores que seus adversários adotam, é mais fácil fazer com que mudem de atitude se conseguirem mostrar que a prática em questão não condiz com suas metas e valores.

Um problema com essa estratégia é que inúmeras vezes as metas e valores de seus adversários serão melhor realizados prejudicando os animais. Por exemplo, é verdade, há muitas formas de consumo de animais que não são saudáveis e cujas formas de explorá-los não são ambientalmente sustentáveis. Porém, há várias outras formas que o são (e é sempre possível tentar criar outras que o sejam). A experimentação animal para beneficiar humanos apresenta riscos para os humanos por conta das diferenças fisiológicas. Porém, a experimentação animal para beneficiar animais da mesma espécie não apresenta esse risco. Analogamente, há casos onde a maneira mais eficiente de garantir as metas ambientalistas é não prejudicar os animais selvagens ([ou até mesmo ajudá-los](#)). Entretanto, [em outras vezes o modo mais eficiente de alcançar as metas ambientalistas é prejudicar os animais](#).

O que ocorre em muitos casos é os defensores dos animais insistirem que não é possível explorar os animais de modo sustentável, que comida de origem animal jamais pode ser saudável, e assim por diante. Isto é, precisam "forçar a barra" quanto aos fatos, para estes caberem no que querem defender. Mas, o caminho não deveria ser este, e sim, não ter receio de apresentar argumentos contra o especismo. Veremos algo sobre isso a seguir:

Quando a discussão é limitada aos fatos, o especismo nunca é questionado. O especismo é a causa de os animais estarem na situação em que estão. Portanto, parece impossível mudar essa situação sem questionar o especismo. Além disso, quando alguém aceita o desvio de foco está, ainda que sem pretender, a reforçar as visões antropocêntrica e ambientalista, e a enfatizar que os animais realmente não importam por si (e isso tem um efeito grande no público, sobretudo por perceberem que os defensores dos animais simplesmente não falam nada a favor dos animais). Então, não é só que aceitar o desvio de foco pode ser ineficaz para mudar a situação dos animais: tem boas chances de ser contraproducente.

Por fim, há um problema estratégico com essa visão. Se almejamos ter a maior eficiência em mudar o comportamento das pessoas de modo a favorecer os animais, então é melhor focar no público que demonstra uma maior abertura a considerar os animais, pois dessa maneira é maior a probabilidade que seus valores venham a estar alinhados com a meta de favorecer os animais (e, então, conseguiremos um melhor resultado focando nessas pessoas). Parece que muitos defensores dos animais têm a impressão de que é impossível mudar o comportamento das pessoas de modo a favorecer os animais por terem escolhido focar justamente no público mais avesso a pensar sobre a consideração moral dos animais.

6.4. Conclusão

Vimos neste capítulo que, em debates sobre práticas que prejudicam os animais, geralmente o foco é desviado para questões que não têm a ver com o prejuízo para os animais. Esse desvio de foco acaba dando a entender que o prejuízo para os animais não é determinante (ou sequer importante) para saber se tais práticas são ou não justificáveis.

Vimos que esse desvio de foco, dependendo do caso, pode ser ou não intencional por parte de quem tenta justificar as práticas que prejudicam os animais. Vimos também que, igualmente, a aceitação por parte dos defensores dos animais do desvio de foco pode ser ou não proposital.

Entretanto, vimos que, independentemente de ser ou não proposital, o desvio de foco possui o mesmo efeito: o especismo não é discutido.

Não há boas razões para os defensores dos animais aceitarem esse desvio de foco pois, enquanto o especismo não for amplamente discutido, não haverá mudança no modo como as pessoas veem os animais não humanos e, como consequência, a situação dos animais não humanos dificilmente mudará, pois então a raiz do problema nunca será atacada.

7. Crenças morais, motivação para agir e o papel da reflexão sobre ética

7.1. O caso dos especialistas em ética animal que consomem animais

Este capítulo pretende ser uma breve reflexão sobre [a questão da motivação moral](#), a partir de casos que por vezes ocorrem no [debate sobre a consideração moral dos animais não humanos](#).

A ética animal é a área da ética aplicada que estuda a moralidade das nossas decisões que afetam os animais não humanos. Por vezes é defendido que o fato de existirem especialistas em ética animal que continuam [consumindo animais](#) é uma prova de que acreditar que algo é certo/errado não tem influência alguma em mudar as atitudes das pessoas.

Segundo essa visão, para as pessoas se importarem em mudar uma prática, é insuficiente que conclua que ela está errada: é necessário algo que as "toque", como uma imagem ou um vídeo chocante, uma música, um acontecimento em suas vidas pessoais, lerem uma história tocante etc. Em resumo, segundo essa visão, é sempre necessária a persuasão não racional.

Neste texto será defendido que é precipitado concluir, a partir do fato de que há especialistas em ética animal que consomem animais, que então a crença de que algo é certo/errado não cria uma motivação para se agir de acordo. Como veremos nos itens a seguir, há pelo menos outras cinco possibilidades, que podem estar a ocorrer no caso desses especialistas.

7.2. Talvez não considerem errado consumir animais

Uma possibilidade é algumas dessas pessoas serem especialistas em ética animal mas, por alguma razão, não concordarem que o consumo de animais seja injustificado. Se esse for o caso, essas pessoas estão a fazer exatamente o que acreditam ser correto. É claro, isso não quer dizer que elas *estão* corretas ao pensarem assim. Quer dizer apenas que, se for isso o que está a acontecer, então apontar para o caso dessas pessoas não mostra que a crença de que algo é certo/errado não influencia as atitudes (muito pelo contrário: é a sua crença de que consumir animais está justificado que as faz continuarem a consumir animais).

7.3. Talvez considerem pouco errado consumir animais

Há graus com que as pessoas consideram uma atitude certa ou errada. Por exemplo, normalmente consideramos atropelar um pedestre um erro muito grave. Por outro lado, chegar atrasado quinze minutos em uma reunião é normalmente considerado um erro leve. É por isso que tomamos muito mais cuidado para não atropelar alguém do que para evitar de chegarmos atrasados em uma reunião. Se é assim, então *o quanto* alguém acha que uma prática é certa ou errada tem muita influência no quanto ela vai se esforçar para agir de acordo.

Assim, é possível que alguns desses especialistas deem alguma consideração moral aos animais não humanos, mas muito menor do que aquela dada aos humanos. Assim, mesmo que digam que consideram o consumo de animais algo errado, talvez não considerem isso como um erro lá muito grave. E, mais uma vez, o caso dessas pessoas não corrobora a tese de que as crenças de alguém sobre o que é certo e errado não tem influência em suas atitudes. Muito pelo contrário: se for isso o que está a ocorrer, isso mostra que sua atitude é reflexo justamente de acreditarem que a exploração animal não é um erro muito grave.

7.4. Talvez não estejam sendo sinceros quanto ao que reportam

Poderia ser objetado que há pessoas que dizem que consideram o uso de animais para consumo algo muitíssimo errado, mas que tampouco param de consumi-los. Entretanto, isso ainda é insuficiente para se concluir que a crença de que uma prática é certa/errada não motiva alguém a agir de acordo. Isso se dá por duas razões, explicadas a seguir.

A primeira é que há a possibilidade de alguém dizer que considera o consumo de animais algo muitíssimo errado, mas não estar sendo sincero e, na verdade, não considerar algo assim lá tão errado. A segunda é que, mesmo se estiver sendo sincero, é possível que tal pessoa apresente o problema conhecido como *fraqueza de vontade*, que abordaremos no próximo item.

7.5. Talvez tenham vontade fraca

Poder-se-ia alegar que há pessoas que sinceramente consideram o consumo de animais um erro muitíssimo grave e, ainda assim, não param de consumir os animais. Isto é, essas pessoas apresentam o problema conhecido como *fraqueza de vontade*.

Entretanto, apesar de casos de fraqueza de vontade mostrarem que as crenças morais não determinam *sozinhas* o comportamento de alguém, não mostram que as crenças morais não têm *influência* no comportamento. No caso dessas pessoas, a motivação gerada pela crença de que o consumo de animais é um erro gravíssimo provavelmente tem que competir com outras motivações contrárias (por exemplo, a pressão social, o prazer obtido com os alimentos que já está acostuada, a associação afetiva entre a comida de origem animal e eventos sociais etc.).

7.6. Talvez decidam não fazer o que se sentem motivados a fazer

Outra possibilidade, ainda, é a crença moral criar uma motivação para agir de acordo, não haver outras motivações conflitantes, mas a pessoa simplesmente decidir não fazer aquilo que considera certo e que se sente motivada a fazer. Esses casos parecem ser mais raros. Mas, novamente, tais casos mostrariam apenas que as crenças morais não *determinam* o comportamento de alguém, mas não mostrariam que elas não criam uma *motivação* para agir de acordo.

7.7. Conclusão

O fato de haver especialistas em ética animal que consomem animais é insuficiente para se concluir que as crenças de alguém sobre o que é certo/errado fazer não geram uma motivação para agir de acordo. Como vimos, há pelo menos outras cinco possibilidades do que está a ocorrer nesses casos: (1) não considerarem consumir animais um erro; (2) considerarem consumir animais um erro, mas não um erro grave; (3) dizerem que consideram consumir os animais um erro grave, mas estarem mentindo; (4) considerarem um erro grave mas a motivação gerada por essa crença ter de competir com outras motivações contrárias; (5) considerarem um erro grave e não haver motivações contrárias, mas decidirem não fazer aquilo que se sentem motivados a fazer.

Isso tudo pode gerar uma sensação de decepção em algumas pessoas, em relação à força dos argumentos em termos de mudar o comportamento das pessoas. Entretanto, isso é precipitado. O que vimos acima mostra apenas que argumentos não são ferramentas mágicas que nos dão controle sobre as decisões de quem vai ouvir os argumentos. Como vimos, o comportamento da pessoa é resultado de muitos fatores e, por mais que alguém argumente da melhor maneira possível, e a outra pessoa aceite o argumento, não temos poder de decidir se ela vai seguir na prática o que concluiu ou não. Isso só ela é capaz de fazer.

Diante disso, algumas pessoas poderiam então pensar que é melhor abandonar a persuasão racional e adotar táticas de persuasão não racional. Mas, o ponto é: qualquer outra forma de persuasão tem os mesmos limites. Diante de táticas de persuasão não racional a pessoa pode simplesmente não dar bola, ou pode dizer que concorda e não agir de acordo (novamente, pode haver motivações conflitantes, pode simplesmente decidir não seguir o que ela se sente motivada a fazer etc.). Aliás, as táticas de persuasão não racional parecem ter limites ainda maiores, pois a persuasão racional pelo menos consegue explicar as razões para se aceitar ou rejeitar determinada prática. Isso parece mostrar que a persuasão racional, com todos os seus limites, ainda é o melhor de que dispomos.

8. Objeções normativas disfarçadas de objeções estratégicas

8.1. Objeções normativas e objeções estratégicas

Por vezes alguém não concorda com determinada meta. Chamaremos isso de *objeção normativa*. Em outras vezes, alguém concorda com a meta, mas acredita que determinada estratégia não será eficiente para alcançá-la. Chamaremos isso de *objeção estratégica*.

Em algumas vezes as pessoas reportam sinceramente se a sua objeção é normativa ou se é estratégica. Entretanto, há casos nos quais alguém diz que sua discordância é estratégica, mas na verdade não concorda com a meta proposta. Neste texto exploraremos como isso acontece em debates sobre questões de ética animal.

8.2. A alegação de que "isso seria ótimo, mas não vai dar certo"

Há muitos casos onde alguém afirma que concorda com certa proposta, mas alega que defendê-la seria inútil (isto é, que não teria efeito) ou mesmo contraproducente (isto é, teria o efeito contrário daquele pretendido).

Argumentos desse tipo surgem frequentemente contra qualquer posição que aponte que deveríamos nos preocupar com algo que até então não havíamos visto como um problema. A seguir veremos alguns exemplos.

8.3. Exemplos em questões de ética animal

A seguir estão exemplos de argumentos desse tipo em sete contextos distintos:

Exemplo 1. Diante da proposta de [considerar moralmente os animais](#), afirmar algo como:

"Concordo que devemos considerar os animais. Contudo, se já é difícil as pessoas considerarem os humanos, que dirá considerarem os outros animais. Por isso, é melhor deixarmos para as gerações futuras a defesa dos animais e agora defendermos apenas os humanos, pois isso é o que tornará possível que no futuro as pessoas passem a considerar os animais. Apontar agora que as razões para considerar os humanos implicam em considerar

os animais só vai é fazer as pessoas acharem absurda a ideia de consideração moral e então rejeitarem considerar até mesmo os humanos".

Exemplo 2: Diante da proposta de [lutar contra o especismo](#), afirmar algo como:

"Concordo que devemos rejeitar o especismo. Contudo, se já é difícil as pessoas rejeitarem o racismo e o sexismo, que dirá rejeitarem o especismo. Por isso, é melhor deixarmos para as gerações futuras a luta contra o especismo e agora focarmos apenas em lutar contra o racismo e sexismo, pois isso é o que tornará possível que no futuro as pessoas rejeitem o especismo. Apontar no momento atual que rejeitar o racismo e o sexismo implica rejeitar o especismo só vai é fazer as pessoas não rejeitarem nem o racismo nem o sexismo".

Exemplo 3: Diante da proposta de defender a [abolição da exploração animal](#), afirmar algo como:

"Concordo que a exploração animal deve ser abolida. Contudo, se já é difícil as pessoas aceitarem explorar menos os animais, que dirá aceitarem abolir a exploração. Por isso, é melhor deixarmos para as gerações futuras a defesa da abolição e agora focarmos apenas em reformas na exploração animal, pois isso é o que tornará possível no futuro as pessoas aceitarem aboli-la. Defender agora a abolição só vai é fazer as pessoas rejeitarem até mesmo diminuir o sofrimento dos animais explorados".

Exemplo 4: Diante da proposta de se chamar a atenção para [a situação dos invertebrados](#) (pois são a vasta maioria dos animais, tanto no sistema de exploração quanto na natureza), afirmar algo como:

"Concordo que devemos considerar os invertebrados. Contudo, se já é difícil as pessoas considerarem os vertebrados, que dirá considerarem os invertebrados. Por isso, é melhor deixarmos para as gerações futuras a defesa dos invertebrados e agora focarmos apenas nos vertebrados, pois isso é o que tornará possível que no futuro as pessoas considerem os invertebrados. Defender agora os invertebrados só vai é fazer com que as pessoas não aceitem considerar nem mesmo os vertebrados".

Exemplo 5: Diante da proposta de [ajudar os animais selvagens vítimas de processos naturais](#) afirmar algo como:

"Concordo com a proposta de ajudar os animais selvagens vítimas de processos naturais. Contudo, se já é difícil as pessoas aceitarem ser veganas, que dirá aceitarem se preocupar com sofrimento e morte que não advêm de práticas humanas. Por isso, é melhor deixarmos essa questão para as gerações futuras e agora focarmos apenas no veganismo, pois isso é o que tornará possível no futuro as pessoas aceitarem a proposta de ajudar os animais selvagens. Apontar agora que considerar os animais implica, além de rejeitar sua exploração, também ajudar os animais selvagens, só vai é fazer as pessoas não rejeitarem nem mesmo a exploração".

Exemplo 6: Diante da proposta de que deveríamos fazer algo para [prevenir que no futuro o sofrimento seja multiplicado para níveis astronômicos](#), afirmar algo como:

"Concordo com a preocupação com o futuro em longo prazo. Contudo, se já é difícil as pessoas se preocuparem com o presente ou com o curto prazo, que dirá se preocuparem com o longo prazo. Por isso, é melhor deixarmos para as gerações futuras a defesa da preocupação com o longo prazo e agora focarmos apenas no presente ou no curto prazo, pois isso é o que tornará possível que no futuro as pessoas aceitem a preocupação com o longo prazo. Apontar agora que [considerar os seres sencientes do presente ou do futuro próximo implica considerar os seres sencientes do futuro distante](#) só vai é fazer as pessoas não aceitarem considerar nem mesmo os seres sencientes do presente.

Exemplo 7: Diante da proposta de que, se no futuro vierem a existir [seres sencientes não orgânicos](#), eles devem receber tanta consideração quanto qualquer outro ser senciente, afirmar algo como:

"Concordo com a consideração por seres sencientes não orgânicos. Contudo, se já é difícil as pessoas aceitarem considerar os animais, que dirá aceitarem considerar seres sencientes não orgânicos. Por isso, é melhor deixarmos para as gerações futuras a defesa de todos os seres sencientes, orgânicos e não orgânicos, e agora focarmos apenas nos animais, pois isso é o que tornará possível que no futuro as pessoas aceitem considerar seres sencientes não

orgânicos, caso vierem a existir. Apontar agora que considerar os animais implica considerar seres sencientes não orgânicos caso vierem a existir só vai é fazer as pessoas não aceitarem considerar nem mesmo os animais.

Os exemplos acima são apenas algumas amostras desse tipo de argumento. Como deve estar claro agora, todos eles seguem um mesmo padrão (que detalharemos no [item 8.7](#)), e esse padrão aparece em muitos outros contextos. Porém, os exemplos acima são suficientes para o que este texto almeja discutir.

8.4. Uma possibilidade: a motivação real não ser aquela que é declarada

Algo comum a todos os exemplos acima é o fato de as objeções serem apresentadas como objeções estratégicas. Isto é, o proponente da objeção enfatiza que concorda com a meta proposta, mas alega que defendê-la (ou, pelo menos, defendê-la agora) será inútil ou até mesmo contraproducente.

É possível que, em vários casos nos quais as alegações acima são feitas a ressalva seja realmente estratégica. Entretanto, há pelo menos outra possibilidade: na verdade a pessoa não concorda com a meta proposta, mas diz que é contra defendê-la por razões estratégicas.

Em resumo, pode ser que, apesar de ser dito "não faça isso porque não vai dar certo", o receio real seja exatamente o contrário: "não faça isso porque pode dar certo, e eu não quero esse resultado". Isto é, apesar de ser dito "não adianta defender isso porque ninguém vai aceitar" pode ser que na verdade o receio real seja as pessoas aceitarem o que está sendo proposto. Nesses casos o que é almejado é fazer com que o interlocutor desista de defender uma ideia da qual se discorda, mas, fingindo que se concorda com ela.

Não significa que isso necessariamente seja feito de modo deliberado. É possível que seja deliberado em alguns casos, e em outros seja feito de modo inconsciente. Mas, seja consciente ou inconsciente, é uma objeção normativa disfarçada de objeção estratégica.

8.5. É possível detectar uma objeção normativa disfarçada?

Há como saber quando alguém apresenta uma objeção estratégica para disfarçar que sua discordância é normativa? Um possível teste seria perguntar: "se você descobrisse que está enganado, e que defender a ideia em questão agora é a melhor forma de alcançá-la e de alcançar as outras metas que desejamos, você ainda seria contra defendê-la?". Se nesse caso a pessoa ainda for contra, então sua objeção é normativa.

Entretanto, esse teste não terá sucesso se quem disfarça sua objeção normativa de objeção estratégica o faz deliberadamente, e perceber que estamos a tentar averiguar se sua ressalva é mesmo estratégica como diz. Se perceber que estamos a testá-lo poderá mentir afirmando que, se defender a ideia em questão agora fosse uma boa estratégia, prontamente aceitaria defender a ideia em questão.

Porém, esse teste funcionará se o objetivo for averiguarmos isso em nós mesmos. Como veremos em mais detalhes no [item 8.7](#), por vezes a objeção normativa é disfarçada de objeção estratégica de modo inconsciente. Então, é sempre possível alguém perguntar a si próprio: "se fosse provado que defender a ideia em questão agora é uma boa estratégia para alcançar o que ela propõe, eu ainda seria contra?". Se sim, a discordância é normativa.

8.6. Por que isso ocorre?

Se alguém discorda de certa meta, por que simplesmente não diz que sua discordância é normativa, em vez de dizer que sua objeção é estratégica quando esse não é o caso? Há várias razões pelas quais é possível que isso ocorra. A seguir estão quatro exemplos.

Uma primeira possibilidade é a pessoa fazer isso para não ficar explícito que não tem bons argumentos para rejeitar a meta proposta.

Uma segunda possibilidade é a pessoa pensar que o disfarce tornará mais fácil convencer o interlocutor. Por exemplo, alguém poderá pensar que o interlocutor não dará ouvidos para quem discorda de sua meta, mas que escutará aqueles que aceitam a meta mas pensam que defendê-la agora será inútil ou contraproducente.

Uma terceira possibilidade é alguém perceber que a ideia em questão vem sendo cada vez mais aceita, e que discordar dela poderia ser mal visto. Peguemos um exemplo com a consideração moral dos animais não humanos. Em décadas anteriores, [as objeções a tal consideração costumavam ser explicitamente normativas](#): era defendido que não temos obrigações para com os animais, que os humanos devem receber um tratamento privilegiado, que a exploração animal está justificada etc. Entretanto, com o passar dos anos um número cada vez maior de pessoas passou a rejeitar o especismo. Assim, se alguém perceber que pode "não pegar bem" defender o especismo, isso pode levá-la a dizer que sua discordância é estratégica (para disfarçar que a objeção é normativa). O mesmo vale para os contextos dos outros exemplos que vimos.

Por fim, uma quarta possibilidade é o desejo de evitar a [dissonância cognitiva](#), isto é, o desconforto que decorre de termos crenças conflitantes entre si ou de termos atitudes conflitantes com nossas crenças. Por exemplo, pode ser que alguém acredite que a proposta em questão tem boas razões a seu favor, mas ela contraria suas crenças e atitudes que cultivou durante muitos anos. Assim, ela passa a afirmar que defender a proposta em questão não vai dar certo, para poder continuar a manter as crenças e atitudes que mantinha antes e, assim, escapar da dissonância cognitiva. Um bom exemplo é [quando é afirmado que ajudar os animais selvagens só tornaria tudo ainda pior](#), apesar da boa intenção, [sem investigar se isso realmente aconteceria](#).

Quando aquelas alegações que vimos no [item 8.3](#) são feitas dificilmente seus proponentes investigam se aquilo que afirmam teria ou não grandes probabilidades de ocorrer. Se não há tal investigação, então muito provavelmente a alegação é feita apenas para evitar a dissonância cognitiva, e não, porque a pessoa realmente possui bons dados para afirmar que aquilo que alega de fato ocorreria. Falaremos mais disso a seguir.

8.7. Um padrão comum em objeções desse tipo

No item anterior falamos de possíveis motivações por trás daquelas alegações que vimos no [item 8.3](#). Será que realmente a pessoa discorda por razões estratégicas ou será que está a disfarçar sua discordância normativa? Se for este segundo caso, faz isso de modo deliberado ou inconscientemente? Seja de modo deliberado ou inconscientemente, por que razão o faz?

Isso tudo é interessante de um ponto de vista da psicologia. Entretanto, para avaliarmos se as alegações em questão são ou não plausíveis, não é necessária essa investigação sobre a motivação real por trás das alegações. Neste e nos próximos dois itens discutiremos a plausibilidade das alegações.

Para começar, é importante observar que há um padrão comum em todas aquelas alegações:

- (1) Que ninguém aceitará o que está sendo proposto enquanto outra atitude não for aceita.
- (2) Que fazer as pessoas aceitarem essa outra atitude é tão crucial para preparar terreno para a aceitação do que está sendo proposto que deveríamos focar exclusivamente nessa outra atitude e deixar para as próximas gerações a defesa do que queremos propor.
- (3) Que defender agora a proposta em questão fará com que as pessoas não aceitem outras posições que queremos que elas aceitem.

A seguir discutiremos de quem é o ônus da prova em relação a essas alegações.

8.8. De quem é o ônus da prova?

Os proponentes daquelas alegações frequentemente assumem que quem discorda delas tem que provar que elas não poderiam ser verdadeiras. Isto é, assumem que o mero fato de não ser impossível que essas coisas aconteçam joga o ônus da prova para o outro lado. Mas não é assim. O ônus da prova é inteiramente de quem faz tais alegações, de mostrar que essas coisas de fato aconteceriam (ou, pelo menos, que haveria grande probabilidade de ocorrerem).

Isso é assim por um motivo simples: o ônus da prova é sempre de quem faz uma alegação que não é óbvia. Por exemplo, se afirmo que quem tem o nome começando com a letra L tem uma predisposição para gostar de músicas que começam no tom de dó menor, cabe a mim provar que isso é verdadeiro (e não, quem duvida disso ter que provar que é falso).

Para entender melhor por que o ônus da prova é de quem faz tais alegações, considere o seguinte exemplo.

Exemplo 8: Diante da proposta de combatermos o racismo e o sexismo, alguém afirmar algo como:

"Concordo que devemos rejeitar o racismo e o sexismo. Contudo, se já é difícil as pessoas considerarem os indivíduos da própria raça e do próprio gênero, que dirá rejeitarem o racismo e o sexismo. Por isso, é melhor deixarmos para as gerações futuras a luta contra o racismo e o sexismo e agora focarmos apenas em lutar para que as pessoas respeitem os indivíduos da própria raça e do próprio gênero, pois isso é o que tornará possível que, no futuro, as pessoas rejeitem o racismo e o sexismo. Apontar agora que aquilo que realmente explica por que devemos respeitar os indivíduos da própria raça e do próprio gênero implica rejeitar o racismo e sexismo só vai fazer as pessoas não respeitarem nem os indivíduos da própria raça e do próprio gênero".

Diante de uma posição desse tipo, ficaria muito nítido que se está a fazer alegações que são, no mínimo, altamente controversas (e, nesse caso, a possibilidade de que se está a disfarçar de discordância estratégica uma discordância que é na verdade normativa provavelmente seria prontamente percebida). Observe que não é impossível que tais alegações sejam verdadeiras. Mas, como tais alegações não são nada óbvias (aliás, são altamente controversas), cabe a seus proponentes provarem que elas são verdadeiras (ou, pelo menos, que possuem uma probabilidade muito alta de ocorrerem).

Mas, não é isso o que normalmente ocorre no caso das alegações que vimos antes. Normalmente seus proponentes, ou assumem que é o outro lado que tem que provar que elas são falsas, ou então tentam "cumprir" o ônus da prova dizendo coisas como "é óbvio que isso tudo aconteceria" ou "conheço casos nos quais isso aconteceu". Nada disso cumpre o ônus da prova. Primeiro porque dizer "é óbvio que isso tudo aconteceria" não é oferecer razão alguma para pensarmos que ocorreria. Segundo porque apontar para casos onde ocorreu não mostra que isso ocorreria na maioria dos casos, e nem mesmo que ocorreria frequentemente.

Não é fácil cumprir o ônus da prova em relação às alegações que vimos no [item 8.3](#). Primeiro, porque cada uma delas envolve não apenas uma alegação controversa, mas sim três. Segundo, porque se uma das três não for provada o argumento já enfraquece muito, mesmo que fossem provadas as outras duas.

Além disso, há várias razões para se duvidar de tais alegações. No item a seguir veremos cada uma dessas razões separadamente.

8.9. Razões para se rejeitar as alegações

Vimos no item anterior que o ônus da prova é de quem faz aquelas alegações. Neste item veremos que, além disso, podem ser oferecidas razões para duvidarmos das alegações em questão. Veremos também que, em relação a algumas daquelas alegações, mesmo que fossem verdadeiras, não fundamentariam a conclusão à qual seus proponentes almejam.

Consideremos a alegação de que ninguém aceitará o que está sendo proposto enquanto outra atitude não for aceita. Suponhamos que esse fosse o caso. O fato é que, como já há pessoas que aceitam a outra atitude, então quem faz a alegação teria que admitir que essas pessoas poderiam aceitar o que está sendo proposto. Por exemplo, uma das alegações é a de que, para se aceitar ajudar os animais selvagens, antes alguém tem que ser vegano. Como há pessoas que já são veganas, quem faz tal alegação teria que admitir que vale a pena falar sobre ajudar os animais selvagens com essas pessoas. O mesmo vale para qualquer uma das alegações nos outros exemplos.

Além disso, há casos que mostram que aceitar a outra atitude não é necessário para se aceitar o que está sendo proposto. Peguemos novamente como exemplo a proposta de ajudar os animais selvagens. Na verdade [vários de seus proponentes relatam que é mais fácil que as pessoas a aceitem do que aceitarem o veganismo.](#) Isso é assim porque tal proposta exige menos individualmente de cada um de nós do que o veganismo, pois normalmente [quem ajudaria seriam os profissionais dos programas de ajuda](#) (o que cada um de nós teria de fazer é apoiar tais programas) enquanto o veganismo envolve cada um de nós modificar a forma de se alimentar e se vestir, por exemplo. Isso mostra que, para se aceitar a proposta de ajudar os animais selvagens, é falso que antes alguém tenha que ser vegano. Em qualquer um dos outros exemplos, apontar para o caso de pessoas que aceitam o que está sendo proposto, mas que não aceitam a outra atitude, demonstra que aceitar essa outra atitude não é necessário para se aceitar o que está sendo proposto.

E mesmo que aceitar a outra atitude fosse necessário para se aceitar o que estamos propondo, isso não implica necessariamente que devemos parar de defender o que estamos propondo e deixar tal tarefa para as gerações futuras. Por exemplo, poderia ser que defender agora as duas ideias simultaneamente fosse o melhor para realizar o que almejamos.

Por fim, também há razões para se duvidar da alegação de que defender agora as propostas em questão fará com que as pessoas não aceitem outras posições que queremos que elas aceitem. Há pelo menos outras duas possibilidades. Primeiro, pode ser que aquilo que está sendo proposto não tenha influência alguma em fazer as pessoas aceitarem ou rejeitarem essas outras posições. Segundo, também há a possibilidade de que aquilo que está sendo proposto na verdade contribua para as pessoas entenderem por que devem aceitar essas outras posições e, assim, ajudaria as pessoas a aceitarem essas outras posições.

Por exemplo, se explicamos para alguém que os seres sencientes do futuro importam porque também seriam passíveis de ser prejudicados e beneficiados, uma vez que seriam capazes de sofrer e desfrutar, é fácil explicar por que a consideração moral pelos animais (não humanos e humanos) está fundada sobre os mesmos pilares. Analogamente, se explicamos para alguém que o especismo é injusto porque viola o [princípio da igual consideração](#), fica fácil explicar que devemos rejeitar o racismo e o sexismo pelo mesmo motivo. Se explicamos que devemos nos preocupar com a situação dos animais selvagens porque são seres sencientes e os processos naturais os prejudicam, fica fácil perceber que também devemos nos preocupar com as práticas humanas que prejudicam seres sencientes, sejam domesticados ou selvagens, e assim por diante.

Como vimos no item anterior, o ônus da prova é de quem faz aquelas alegações. Entretanto, como vimos neste item, além disso temos também razões para duvidarmos daquelas alegações.

9. Foco no veganismo versus foco na redução do consumo

9.1. Evitando vieses na hora de avaliar estratégias

Se o que almejamos é conseguir beneficiar os animais da melhor maneira possível, então precisamos resistir à tentação de rejeitar ou aprovar certa estratégia de antemão, [com base em nossas intuições](#) (isto é, nossas respostas iniciais), antes de entender bem quais os seus possíveis efeitos positivos e negativos.

O [viés de confirmação](#) nos inclina a reparar naquilo que confirma o que já pensávamos antes e a negligenciar aquilo que vai contra nossas crenças prévias. Esse viés exerce influência sobre nossas atitudes em geral, incluindo quando avaliamos estratégias de ativismo.

Outro viés relacionado é a [heurística escolha-a-melhor](#), que é um atalho mental que utilizamos na hora de escolher entre alternativas, para decidirmos rapidamente sem precisar saber todas as informações sobre cada alternativa. Quando empregamos essa heurística, em vez de considerar todas as razões pelas quais poderíamos escolher uma alternativa em vez de outra, escolhemos uma razão e baseamos a nossa decisão exclusivamente nela.

Vejamos um exemplo. Geralmente, as pessoas consideram que apontar um único benefício da estratégia com a qual intuitivamente simpatizam já é suficiente para provar que ela é uma boa estratégia. Analogamente, consideram que apontar um único efeito negativo da estratégia com a qual intuitivamente antipatizam já é suficiente para provar que ela não é uma boa estratégia.

Essa forma de pensar nos impede de tomarmos boas decisões. Por exemplo, pode ser que uma estratégia que tenha efeitos positivos tenha outros efeitos negativos maiores, tendo saldo negativo no total. Analogamente, é possível que uma estratégia que tenha efeitos negativos, também tenha outros efeitos positivos maiores que façam ela ter saldo positivo. E mesmo o fato de uma estratégia ter saldo positivo não mostra que não há outra estratégia melhor do que ela, que poderia ser tentada em seu lugar. Outra complicação adicional é que, por vezes, uma estratégia tem menos riscos do que outra, mas também tem menos efeitos positivos. Há uma série de dificuldades que precisamos encarar se nossa meta é ajudar de forma eficiente.

Analisar os efeitos potenciais de cada estratégia não é uma tarefa fácil. Por isso mesmo é que não deveríamos nos apressar em rejeitar ou abraçar uma estratégia antes de investigarmos os seus prováveis efeitos.

9.2. Entendendo quando a divergência é sobre estratégias e quando é sobre metas

Por vezes, divergências que são estratégicas (isto é, em relação a quais os meios mais eficientes para se alcançar uma mesma meta) são entendidas equivocadamente como se fossem divergências em relação às próprias metas, dando a impressão de que o grau de divergência é maior do que realmente é. Isso impossibilita a adoção de compromissos mútuos que talvez fossem possíveis se houvesse a percepção de que a divergência é estratégica.

Considere, por exemplo, a seguinte questão: é melhor focar em tentar fazer com que as pessoas adotem o [veganismo](#) ou que reduzam o consumo de produtos de origem animal?

Frequentemente esse debate é entendido nos seguintes termos: "ativistas que focam no veganismo acreditam que a exploração animal é injusta e almejam aboli-la; já ativistas que focam na promoção da redução do consumo acreditam que o problema é o excesso de consumo de animais e que, reduzindo-o, não há nada de errado com a exploração animal".

É possível que esse seja o caso em relação a vários ativistas, mas certamente não o é em relação a todos. Por exemplo, há ativistas que focam na redução, mas possuem a mesma meta dos ativistas que focam no veganismo: almejam a abolição do uso de animais. Entretanto, acreditam que, para alcançar essa meta, tentar convencer as pessoas a diminuírem o consumo de animais é mais eficiente do que tentar convencer a se tornarem veganas. Portanto, sua divergência não é quanto à meta: é quanto à qual a melhor estratégia para alcançar essa meta.

Isso não quer dizer que necessariamente o foco na redução é uma estratégia melhor do que o foco no veganismo, ou vice-versa. Na sequência, veremos alguns possíveis efeitos positivos e negativos de cada uma dessas estratégias. O ponto importante a ser observado agora é que a divergência sobre estratégias não indica necessariamente uma divergência sobre metas. Perceber isso (e também que a eficiência das diferentes estratégias é, pelo menos em algum grau, incerta) abre espaço para compreensão mútua, evitando o pensamento de que pessoas que seguem estratégias diferentes das nossas são pessoas más ou ignorantes.

Como dito antes, examinar bem cada estratégia antes de aprová-la ou rejeitá-la é o que se espera de quem almeja o melhor para os animais. É o que tentaremos fazer a seguir.

9.3. O raciocínio por trás do foco na redução

O principal argumento a favor do foco na redução é o seguinte. Ainda que adotar o veganismo seja uma obrigação em termos de justiça para com os animais, dada a mentalidade especista da maioria das pessoas, se pedirmos que elas façam o que é correto, é possível que a maioria das pessoas ache que o padrão exigido é alto demais (embora não o seja realmente), e então simplesmente continuem a consumir os animais, exatamente na mesma medida como consumiam antes. Por outro lado, se solicitamos às pessoas que somente diminuam o seu consumo de animais, ainda que isso não seja o que é verdadeiramente justo para com os animais, como a exigência é bem menor, é possível que muito mais pessoas adiram.

Em resumo, o argumento principal a favor do foco na redução é este: focando no veganismo, talvez consigamos convencer um número muito menor de pessoas e, apesar de [cada pessoa vegana evitar a morte de muito mais animais](#) do que cada pessoa que somente reduz o consumo, um número muito maior de pessoas fazendo menos pode, no final das contas, representar uma redução muito maior no número de animais mortos do que um número muito menor de pessoas fazendo muito.

Quem adota essa estratégia pode reconhecer que o veganismo é o ideal. Entretanto, poderia argumentar que, dado como são os humanos, se exigir o ideal aumentar bastante o risco de não se conseguir nem o mínimo, é melhor garantir o mínimo, nem que para isso tenha-se que reivindicar algo que não é o ideal.

É claro, também há argumentos sérios para se adotar um foco no veganismo (que veremos no [item 9.5](#)). A seguir estão listados alguns argumentos favoráveis a cada uma dessas abordagens, que são um [resumo da discussão contida nesta lista](#).

9.4. Argumentos a favor do foco na redução

1) É possível que muito mais pessoas fazendo muito menos tenha um impacto maior do que muito menos pessoas fazendo muito mais.

2) Pedir para reduzir é menos exigente e, portanto, pode ser mais facilmente aceito.

3) Pode ser que, para as pessoas reivindicarem a abolição da exploração animal, seja suficiente que façam uma mudança mínima em seu consumo.

4) Se o item 3 estiver correto, então [focar na redução pode gerar um apoio mais amplo da população](#) para a causa da abolição da exploração animal.

5) Dada a dificuldade de se entender a diferença entre divergências estratégicas e divergências de metas, o foco na redução, por proporcionar uma explicação sobre isso, pode contribuir mais para [um ativismo sensível a nuances e à complexidade](#).

6) A redução não tem o mesmo estigma associado ao veganismo. Portanto, pode ser mais facilmente aceita.

7) O foco na redução dá a oportunidade de explicar que os vários produtos de origem animal possuem impactos diferentes no sofrimento e no número de mortes de animais. Por exemplo, dá a oportunidade de explicar que [o consumo de camarões e de insetos causa muito mais mortes](#) do que o consumo de outros produtos de origem animal.

8) Mesmo se o que alguém pretende é fazer com que as pessoas se tornem veganas, defender a redução do consumo pode ser uma boa [estratégia do tipo "pé na porta"](#). Esse tipo de estratégia consiste em começar propondo algo menos exigente, para tentar fazer com que aquilo que almeja realmente seja mais facilmente aceito depois, em etapas. Por exemplo, se A pede 5 reais e B aceita doar uma vez, isso aumenta a possibilidade de que B aceite doar mais 5 reais depois, mais do que se A tivesse pedido inicialmente 10 reais.

9.5. Argumentos a favor do foco no veganismo

Também existem argumentos que defendem que focar no veganismo tem melhores resultados. Veremos a seguir os principais.

- 1) Enfatiza mais fortemente que a consideração pelos animais é uma questão séria e que a exploração animal é injusta.
- 2) Cada pessoa que adota o veganismo causa uma redução maior na quantidade de animais explorados.
- 3) Há [pesquisas que sugerem que, em média, metas maiores produzem mudanças maiores do que metas mais moderadas.](#)
- 4) Popularizar o veganismo desde já, e também [reduzir o estigma associado a ele,](#) é importante se a meta é a adoção do veganismo em larga escala posteriormente.
- 5) Reivindicar a redução do consumo pode dar a entender para o público que a exploração animal não precisa ser abolida. Então, é duvidoso que, para que o público aceite reivindicar a abolição, seja suficiente que reduzam o seu consumo.
- 6) Veganos parecem ter mais potencial de se tornarem ativistas do que quem apenas reduz o consumo.
- 7) Pedir para reduzir o consumo pode, paradoxalmente, aumentar o sofrimento e as mortes de animais. Isso ocorreria se as pessoas entenderem errado a mensagem e, em vez de não consumirem nada de origem animal algumas vezes na semana, evitarem carne bovina mas consumirem mais aves, peixes ou crustáceos, ou então evitarem carne, mas consumirem mais ovos e leite, e assim por diante. Para que esse risco seja evitado, a mensagem a favor da redução tem de ser muito clara em relação a esse aspecto.
- 8) Também é possível que um menor número de veganos tenha um maior impacto do que um número maior de pessoas que apenas reduzem o consumo. Isso é especialmente verdadeiro se a adoção do veganismo aumenta as possibilidades de alguém se tornar ativista. Em resumo, o resultado de cada estratégia dependerá desses dois fatores: (1) o quão maior ou menor será o número de pessoas alcançada por cada estratégia e; (2) o quanto de benefício para os animais cada uma dessas pessoas faria.

9) O [veganismo possui necessariamente um foco na consideração pelos animais](#). Já a redução no consumo pode ser feita por razões ambientalistas e antropocêntricas (ainda que possa ser feita por consideração pelos animais também). Há um [consenso entre os pesquisadores de que o foco nos animais não só é mais eficiente](#) para beneficiar os animais, como também que [o uso de argumentos ambientalistas e antropocêntricos pode ser contraproducente](#), como discutimos em detalhes no [Capítulo 4](#).

10) Mesmo se o que alguém pretende é defender a redução do consumo, defender o veganismo pode ser uma boa [estratégia do tipo "porta na cara"](#). Esse tipo de estratégia consiste em primeiro propor algo mais exigente, com o objetivo que aquilo que almeja realmente seja mais facilmente aceito depois. Por exemplo, se A pede cinquenta reais e B nega, e em seguida A pergunta "e se for apenas 5 reais, você doaria?" a probabilidade de B doar é maior do que se A tivesse já começado a pedir os 5 reais, que é o que realmente almeja.

9.6. Conclusão e algumas questões adicionais

Acima foram listados alguns argumentos a favor de cada um dos tipos de focos. Entretanto, há também pelo menos outras duas possibilidades. Uma é defender que pode haver um melhor impacto se houver pessoas diferentes defendendo distintos focos, em vez de todas focarem na mesma estratégia (ou, que deveríamos tentar isso pelo menos enquanto não temos dados mais precisos sobre o resultados desses diferentes focos). Outra opção, ainda, seria cada pessoa experimentar os diferentes focos durante um mesmo período de tempo e depois tentar comparar a eficiência de ambos. É importante observar que tudo o que foi discutido aqui diz respeito a mudanças de atitudes individuais. Outra discussão paralela e importante é [se deveríamos focar em mudanças de atitudes individuais ou em mudanças institucionais](#).

O objetivo deste capítulo, mais do que investigar qual dessas estratégias é mais eficiente, foi mostrar que, pelo menos nesse caso, a divergência entre os ativistas não é necessariamente sobre a meta. Parece ser muito mais sobre qual a melhor estratégia para alcançar uma meta compartilhada, que é o fim da exploração animal. Se houvesse uma diferença de metas, já não haveria razão alguma para conflito e hostilidade, e sim para um debate honesto e respeitoso sobre as metas. Agora, se a meta é a mesma, conflito e hostilidade têm menos sentido ainda. Há, em vez disso, muitas razões para fazermos em conjunto — respeitosamente e de maneira honesta — um exame ponderado e minucioso sobre os prós e contra de cada estratégia.

10. Por que o termo bem-estarismo é altamente ambíguo

10.1. Introdução

O termo *bem-estarismo* é altamente ambíguo, pois é utilizado em referência a posições muito diversas entre si e que dizem respeito a diferentes debates. Como veremos a seguir, há pelo menos *sete* sentidos para esse termo. Essa ambiguidade frequentemente gera a crença equivocada de que aceitar/rejeitar determinada posição chamada de bem-estarista implica ter que aceitar/rejeitar outras posições que são chamadas pelo mesmo nome. Como veremos, não há essa implicação, uma vez que tais posições dizem respeito a assuntos diferentes.

A seguir serão explicadas as diversas posições que são normalmente chamadas de bem-estaristas em diferentes questões e serão sugeridos termos substitutos para evitar a confusão.

10.2. Várias posições chamadas de bem-estaristas

O adjetivo bem-estarista é normalmente utilizado em referência às seguintes posições:

(1) Para a posição que defende que, desde que a exploração animal seja regulamentada para que os animais não sofram (ou sofram menos, dependendo da variante), ela se torna justa.

Sugestão de substituição: *Posição RTJ* (no sentido de "regulamentar torna justo").

As principais críticas a essa posição são: (1) não levar em conta o [dano da morte](#) para os animais; (2) violar o [princípio da igual consideração](#) e (3) não passar no [teste da imparcialidade](#).

(2) Para a posição que defende que, mesmo que a exploração animal seja regulamentada para que os animais não sofram, ela continua injusta e deveria ser abolida, mas que devemos regulamentá-la porque fazê-lo ajudará gradualmente a aboli-la.

Sugestão de substituição: *Posição RAA* (no sentido de "regulamentar ajuda a abolir").

(3) Para a posição que defende que, mesmo que a exploração animal seja regulamentada para que os animais não sofram, ela continua injusta e deveria ser abolida, que regulamentá-la não necessariamente ajudará gradualmente a aboli-la, mas que devemos tentar regulamentá-la porque fazê-lo diminuirá o sofrimento dos animais explorados.

Sugestão de substituição: *Posição RDS* (no sentido de "regulamentar diminui o sofrimento").

(4) Para toda e qualquer posição que vise melhorar o bem-estar dos animais, incluindo animais que não são explorados pelos humanos. Por exemplo, por vezes a proposta de [ajudar os animais selvagens que são vítimas de processos naturais](#), por ter como meta a preocupação com o próprio bem dos animais (e não, com [valores ambientalistas, centrados em entidades não sencientes](#)) é chamada de bem-estarista nesse sentido (pois é centrada nos seres que possuem um bem-estar, e não em entidades não sencientes). O trabalho de proteção a animais abandonados também por vezes é chamado assim.

Sugestão de substituição: *Propostas que têm como meta o bem dos animais*

(5) Para posições que defendem que aquilo que possui valor *em si* é o bem-estar (isto é, a maneira como *seres sencientes* são afetados positiva ou negativamente), e não a maneira como são afetadas entidades não sencientes (como espécies, ecossistemas e organismos vivos não sencientes). Isto é, nesse sentido o termo refere-se às posições centradas na senciência.

O principal argumento a favor do critério da senciência é o [argumento da relevância](#).

Sugestão de substituição: *Posições centradas na senciência*

(6) Para posições que defendem que, para se avaliar se uma situação que apresenta vários seres sencientes piorou/melhorou em algum aspecto, é preciso que algum ser senciente tenha o seu bem-estar piorado/melhorado.

Esse é um debate que ocorre na [ética normativa](#), por exemplo, entre posições [prioritaristas](#) e posições [igualitaristas](#). Por exemplo, comparemos a situação S1, onde A=+15, B=+14 com S2, onde A=+14, B=+14. De acordo com o prioritarismo, S2 não é melhor *sob aspecto algum*, pois não há ninguém que se encontre melhor em comparação a S1 (na verdade, só há quem se

encontre pior). Portanto, o prioritarismo seria bem-estarista nesse sentido do termo. Já igualitaristas diriam que S2 é melhor em pelo menos um aspecto: nela, o valor total está melhor distribuído entre os indivíduos, ainda que S1 possa ser melhor [tudo considerado](#) (isto é, levando em conta tudo o que for importante). [Nesse outro texto](#) essa questão é discutida em mais detalhes.

Sugestão de substituição: *Posições centradas em alterações sobre os níveis de bem-estar*

(7) Para teorias sobre do que se constitui o bem-estar dos seres sencientes (que são chamadas de [teorias do bem-estar](#)). Há várias teorias desse tipo. Entretanto, todas elas dizem respeito a todas as circunstâncias nas quais um ser senciente seria beneficiado ou prejudicado. Assim, tanto uma visão que defende que a única forma de dano é o sofrimento, quanto uma visão que defende que os seres sencientes são também passíveis de ser prejudicados de outras formas (por exemplo, com a morte, com a privação de outros eventos positivos, com a frustração de desejos, com a privação bens objetivos etc.) estão baseadas em alguma teoria sobre do que se constitui o seu bem-estar (isto é, uma teoria sobre o que prejudica ou beneficia os indivíduos).

Sugestão de substituição: *Teorias sobre benefício/prejuízo.*

10.3. Conclusão

Como deve estar claro agora, uma vez que cada um desses termos diz respeito a diferentes debates, aceitar/rejeitar cada uma dessas posições não implica necessariamente aceitar/rejeitar qualquer uma das outras que são referidas pelo mesmo nome.

11. O debate sobre regulamentar a exploração animal

11.1. Introdução

Existem pessoas que defendem que, desde que a exploração animal seja regulamentada para que os animais não sofram (ou para que sofram menos, dependendo da variação), não há nada de errado com ela, mesmo que os animais sejam mortos.

Existem pelo menos duas boas razões para se rejeitar essa posição. A primeira é que os animais também [são prejudicados com a morte](#), independentemente do sofrimento. A segunda é que ela é especista, pois enxerga os animais como meros recursos para os humanos, violando o [princípio da igual consideração](#) e o [princípio da imparcialidade](#).

Entretanto, entre as pessoas que reconhecem que a exploração animal deveria ser abolida, há pelo menos outros dois debates que giram em torno de regulamentar a exploração animal.

- O primeiro debate diz respeito a saber se regulamentá-la poderia ajudar a gradualmente aboli-la e, em caso positivo, se os defensores dos animais deveriam defender tais regulamentações.
- Já o segundo debate diz respeito a saber se regulamentá-la poderia reduzir o sofrimento dos animais explorados (independentemente de ajudar ou não a abolir a exploração) e, em caso positivo, se os defensores deveriam defender tais regulamentações.

A seguir veremos separadamente os principais argumentos em discussão nos dois debates⁴⁵.

11.2. O debate em torno da relação causal entre regulamentação e abolição

Como vimos, no primeiro debate existem duas questões:

(1) Regulamentar a exploração animal poderia ajudar a gradualmente aboli-la?

⁴⁵ Para uma visão geral de ambos os lados deste debate, ver Francione; Garner (2010).

(2) Se sim, os defensores dos animais deveriam defender tais regulamentações?

Abordaremos na sequência cada uma dessas questões separadamente.

11.2.1. Regular a exploração animal poderia ajudar a aboli-la?

Há dois argumentos principais de quem defende que regular a exploração animal poderia ajudar a gradualmente aboli-la.

O primeiro é o de que regulamentações cada vez mais exigentes poderiam tornar cada vez mais difícil explorar os animais, e aos poucos isso conduziria à abolição, pois os exploradores veriam que a exploração não tem um bom custo/benefício.

O segundo é o de que, como as regulamentações são centradas na preocupação com o sofrimento dos animais, isso poderia fazer com que o público cada vez mais reconhecesse que os animais importam por si, pelo menos em alguma medida (ou até mesmo em grande medida), o que poderia fazer com que o público viesse aos poucos a apoiar até mesmo a abolição da exploração.

Já o principal argumento de quem defende que regular não ajuda a gradualmente abolir a exploração é o de que regular poderia fazer o consumo aumentar, pois poderia fazer com que os consumidores se sentissem mais confortáveis com seu consumo por pensarem que os animais têm o seu bem-estar garantido. Proponentes dessa posição geralmente argumentam que focar em reformas pode reforçar a noção de que os animais são recursos para usarmos.

11.2.2. Se regular ajudar a abolir, devemos investir em regulamentações?

Poder-se-ia pensar que, se ficar demonstrado que as regulamentações conduzem gradualmente à abolição, então os defensores dos animais devem investir em regulamentações. Entretanto, há que se investigar se essa é a maneira mais eficiente de se alcançar a abolição ou de ajudar os animais em geral. Se for, então certamente que defensores dos animais deveriam investir seus recursos nela. Por outro lado, se houver outra ou outras formas mais eficientes de ativismo, é aí que deveriam investir os seus recursos.

Por "mais eficiente" pode-se querer dizer várias coisas. Por exemplo, pode-se querer dizer que, com um mesmo recurso, certa estratégia alcança antes a meta almejada. Ou, pode-se querer dizer que certa estratégia alcança a meta almejada (independentemente de quando) gastando menos recursos. Ou ainda, pode-se querer dizer que certa estratégia faz com que, uma vez alcançada a meta, seja mais difícil revertê-la. Há várias possibilidades.

Assim sendo, alguém poderia defender que, mesmo se as regulamentações conduzirem gradualmente à abolição, usar os mesmos recursos para alcançar mudanças de atitudes (por exemplo, divulgar a visão antiespecista), e/ou focar em mudanças tecnológicas (por exemplo, investir em [carne cultivada](#)) e/ou em mudanças comportamentais (por exemplo, [divulgar o veganismo ou a redução do consumo](#)) poderia ser mais eficiente para alcançar a abolição.

Dessa maneira, o que é crucial para avaliar esse ponto é comparar a estratégia focada em regulamentações com outras possíveis estratégias (e essas outras estratégias entre si) e ver qual (ou quais) delas tem o melhor potencial de eficiência (levando em conta, como vimos, que o conceito de eficiência tem vários aspectos).

Por exemplo, poderia ser defendido que investir os mesmos recursos em divulgar uma mentalidade antiespecista contribuiria fortemente para as pessoas pararem de consumir os animais, e que isso diminuiria mais rapidamente a quantidade de animais explorados do que investir tais recursos em mais regulamentações (mesmo se as regulamentações conduzissem gradualmente a uma diminuição da quantidade de animais explorados).

O mesmo poderia ser dito comparando-se as regulamentações com a tecnologia da carne cultivada. Se a tecnologia da carne cultivada vier e se tornar mais barata de ser produzida do que a carne convencional, os próprios exploradores terão interesse em migrar para carne cultivada. Além disso, diferentemente das regulamentações, o investimento em carne cultivada não possui o risco de aumentar o consumo de carne convencional e, por conseguinte, não tem o risco de aumentar a quantidade de animais explorados (na verdade diminuiria consideravelmente esse número).

Também poderia ser defendido que, mesmo que regulamentações ajudassem gradualmente a abolir a exploração, se a mentalidade das pessoas em geral não mudar (e elas não rejeitarem o especismo), provavelmente continuarão a ver os animais como recursos e, então, a abolição

seria facilmente revertível depois de alcançada. Assim sendo, poderia ser dito que a estratégia de combater o especismo seria mais eficiente em termos de segurança para que a abolição, uma vez alcançada, não fosse revertida.

Além disso, poderia ser apontado a estratégia de se divulgar uma visão antiespecista tem um alcance para muito além dos animais explorados, uma vez que uma rejeição do especismo implica também considerar os [animais que são vítimas de processos naturais](#) que, como vimos no [item 3.4](#), são vastamente mais numerosos do que os animais explorados.

No momento não há estudos testando minuciosamente o grau de eficiência de cada estratégia nesses ou em outros aspectos. A questão da eficiência no ativismo mal começou a ser discutida. Portanto, há necessidade de mais estudos comparando a eficiência de cada estratégia. Isso não quer dizer, entretanto, que devemos confiar cegamente em tais estudos, quando eles vierem a existir. Seja lá o que um estudo defenda em sua conclusão, é sempre importante avaliar sua metodologia pois, por exemplo, os pesquisadores podem estar [enviesados](#) dependendo da estratégia de ativismo que eles mesmos preferirem.

Outro ponto importante é que, diante da incerteza sobre o grau de eficiência de cada estratégia, é importante [compensar a negligência](#). Isto é, quanto menos uma estratégia foi tentada até então, ou quanto menos pessoas já trabalham nela, maior o potencial de fazermos uma maior diferença positiva se investirmos nela. O investimento (em termos de recursos e do número de pessoas) na estratégia de regulamentar a exploração tem sido muito maior ao longo dos anos⁴⁶ do que o investimento em outras estratégias, como a educação antiespecista, a difusão do veganismo, da redução do consumo, o investimento no desenvolvimento de carne cultivada etc. Assim, diante da incerteza, há razões para se investir mais nessas outras estratégias do que em regulamentações.

11.3. O debate em torno da relação causal entre regulamentar e diminuir sofrimento

No segundo debate também existem duas questões equivalentes:

(1) Regulamentar a exploração animal diminui o sofrimento dos animais explorados?

⁴⁶ Para uma história do (e uma crítica ao) movimento pelas reformas na exploração animal, ver Francione (1996).

(2) Se sim, os defensores dos animais deveriam defender tais regulamentações?

Abordaremos na sequência cada uma dessas questões separadamente.

11.3.1. Regular a exploração diminuir o sofrimento dos animais?

O principal argumento a favor da ideia de que regulamentar ajuda a diminuir o sofrimento dos animais explorados é o de que regulamentações possuem força de lei e, então, os exploradores são obrigados legalmente a segui-las, o que, teoricamente, torna provável que os animais sejam beneficiados.

Do outro lado, um argumento contrário é o de que é possível que na prática a aplicação e fiscalização dessas regulamentações seja algo muito difícil de ser feito. Isso ocorre porque, [perante à lei, os animais estão na categoria de itens de propriedade de seus exploradores](#)⁴⁷. Portanto, toda vez que houver um conflito entre cumprir certas regulamentações que favoreçam os animais e o interesse do proprietário em maximizar o lucro com seus itens de propriedade, é quase certo que a lei favorecerá o proprietário, [pois itens de propriedade não podem ter direitos](#) (e os exploradores têm o direito de explorar seus itens de propriedade)⁴⁸.

Além disso, mesmo que a lei obrigue o explorador a seguir uma regulamentação, é extremamente difícil fiscalizar se a regulamentação está sendo cumprida, ainda mais levando-se em conta a gigantesca demanda por produtos de origem animal. Por exemplo, a lei já exige o atordoamento de um animal antes de ser morto mas, como as filas nos abatedouros precisam se mover em uma velocidade altíssima devido à alta demanda, [é bastante comum que os animais não sejam completamente atordoados e, então, sejam esartejados, fatiados, tenham a pele arrancada ou sejam fervidos enquanto ainda estão plenamente conscientes](#)⁴⁹.

Para ilustrar a dificuldade de aplicação e fiscalização, vejamos um exemplo com o caso dos crustáceos decápodes. Um [relatório oficial do governo do Reino Unido](#), publicado em novembro de 2021, recomendou que todos os moluscos cefalópodes e crustáceos decápodes fossem reconhecidos como seres sencientes e que, portanto, fossem protegidos pelas leis de

⁴⁷ Ver Tannenbaum (1995); Francione (1995); McCartney-Smith (1998); Bryant (2008) e Maddux (2012).

⁴⁸ Para uma análise dessa questão, ver Francione (1995).

⁴⁹ Sobre isso, ver Warrick (2001); Pitney (2016).

bem-estar animal do Reino Unido.

Dois anos depois que o relatório oficial foi publicado, a Crustacean Compassion fez [uma pesquisa](#) com o objetivo de descobrir como a recomendação do relatório oficial estava sendo aplicada, tomando como base a lei [The Welfare at Time of Killing \(England\) Regulations 2015](#) (conhecida como WATOK), que prescreve que um animal não pode ser morto de uma forma que cause dor, agonia ou sofrimento evitáveis, e que qualquer pessoa que mate um animal deve ter o conhecimento e as habilidades necessárias para fazê-lo.

A pesquisa foi enviada a departamentos de todos os 32 distritos de Londres. O resultado foi que 25 distritos não responderam, e entre os que responderam, muitos não reconheciam que tinham responsabilidade de aplicação desta lei. Além disso, os distritos de Kensington e Chelsea alegaram que os decápodes não estão cobertos pelas leis de bem-estar animal, o que não é verdade. O único distrito atualizado em relação ao relatório, Hammersmith e Fulham, tem apenas oito funcionários na Equipe de Segurança Alimentar, e reconheceu que sua Carta de Bem-Estar Animal “precisa de revisão subsequente”, pois ainda não incluía os decápodes. Na época da pesquisa já havia passado dois anos da publicação do relatório do governo.

Além disso, apesar de o WATOK prescrever que "qualquer pessoa que mate um animal deve ter o conhecimento e as habilidades necessárias para fazê-lo", a compra de crustáceos decápodes vivos para matar em casa é ainda permitida em Londres. O relatório da Crustacean Compassion observa que é altamente improvável que o consumidor que compra um caranguejo vivo ou uma lagosta viva em um dos mercados de Londres consiga matá-los em casa de uma forma que não cause sofrimento, especialmente quando pode demorar entre 4 a 8 minutos para uma lagosta morrer ao ser fervida viva, que é a prática comum de matá-las.

Em resposta a esse problema, por vezes é dito que, mesmo assim, a regulamentação ajudaria a prevenir o sofrimento dos animais porque, mesmo que haja essa dificuldade de fiscalização, o fato de haver uma lei exigindo certos procedimentos permite que a empresa seja processada por seu descumprimento. Entretanto, apesar de essa possibilidade favorecer quem almeja defender os animais, essa resposta reconhece então que não há necessariamente uma relação causal entre, de um lado, uma regulamentação ser aprovada e, de outro, o sofrimento dos animais ser, de fato, diminuído.

Além disso, é importante levar em conta que, no contexto das leis que regulamentam a exploração animal, termos como "tratamento cruel", "sofrimento desnecessário" e "tratamento desumano" normalmente são definidos de maneira muito diferente de como são usados na linguagem comum⁵⁰.

Por exemplo, geralmente nessas regulamentações, para um tratamento ser considerado cruel, há que haver comprovação de que o agente sentiu prazer em causar sofrimento (pois crueldade é um estado mental)⁵¹. Entretanto, os exploradores dos animais podem simplesmente alegar que não estavam sentindo prazer com as práticas que causam sofrimento, e sim, que seu único objetivo era maximizar o lucro com sua propriedade ou fazer uma pesquisa científica, por exemplo. Assim, ao contrário do que o público normalmente pensa, nessas leis "cruel" não é algo definido a partir das consequências para a vítima, e sim, a partir do estado mental do agente. Como o estado mental de alguém é algo muito difícil de ser provado, leis que proíbem crueldade dificilmente acarretam, na prática, em alguma punição⁵².

Poder-se-ia pensar que o mesmo não ocorre com o termo "tratamento desumano" e que este é, então, definido a partir do dano para a vítima. Entretanto, nas leis que regulamentam a exploração animal, "tratamento desumano" é normalmente definido como qualquer tratamento que não é prática comum dos humanos naquela área⁵³. Então, qualquer procedimento que cause dor extrema não será considerado tratamento desumano desde que seja prática comum dos exploradores naquela área. Assim, normalmente essas leis proíbem apenas casos muito incomuns de danos sobre os animais⁵⁴.

O mesmo ocorre com a expressão "sofrimento desnecessário", que é normalmente definido nessas regulamentações como aquele sofrimento que não é necessário para o proprietário alcançar o fim a que almeja⁵⁵. Assim, se o proprietário mostrar que o sofrimento que sua prática causou foi necessário para alcançar o fim que almeja (por exemplo, maximizar os lucros com sua produção), a lei considerará como sofrimento necessário, mesmo que cause sofrimento extremo e mesmo que a atividade em si não seja de modo algum necessária⁵⁶.

⁵⁰ Ver Francione (1996, p. 17-20; 115-6; 134-9; 141-3; 231).

⁵¹ Sobre isso, ver Francione (1996, p. 134-9).

⁵² Id.

⁵³ Sobre isso, ver Francione (1996, p. 115-6; 137).

⁵⁴ Id.

⁵⁵ Sobre isso, ver Francione (1996, p. 17-20, 141-3, 183, 231).

⁵⁶ Id.

11.3.2. Se regulamentar diminuir o sofrimento, devemos investir em regulamentações?

No item anterior vimos que há razões para se ter dúvidas razoáveis sobre se regulamentações, uma vez aprovadas, realmente resultam em uma diminuição do sofrimento dos animais explorados. Entretanto, suponhamos para efeito de argumentação que elas, de fato, diminuam consideravelmente o sofrimento dos animais explorados. Poder-se-ia pensar que isso implica automaticamente que, então, se nosso objetivo é beneficiar os animais, necessariamente devemos investir em regulamentações. Entretanto, há outros fatores para considerarmos.

O primeiro fator é o mesmo já mencionado antes: há que se investigar se há ou não outras estratégias mais eficientes em termos de beneficiar os animais. Se houver, então devemos investir nessas outras estratégias. Se não houver, então devemos investir em regulamentações. Por exemplo, poderia ser dito que tentar regulamentar envolveria um alto gasto de recursos (tempo, dinheiro, pessoas etc.) que poderiam ser utilizados de outra forma mais eficiente.

O segundo fator é a possibilidade do seguinte: suponhamos que as regulamentações diminuam o sofrimento dos animais explorados, mas façam o público se sentir mais confortável em consumir os animais e isso implique em um aumento na demanda por produtos de origem animal. Se a regulamentação tiver a implicação de aumentar o número de animais explorados por aumentar o consumo, já é então incerto se o seu saldo total é mais positivo do que não tentar regulamentar. Isso é algo que, para ser avaliado, teria de ser pesado o valor de diminuir o sofrimento dos animais que seriam explorados versus o desvalor de fazer nascer mais animais para serem explorados. Essa é uma questão que é crucialmente sobre [comensurabilidade em teoria do valor](#). Portanto, não é uma questão que poderia ser resolvida com pesquisas científicas.

11.4. Vários pontos adicionais de discussão

Além dos pontos que discutimos nos itens anteriores, há vários pontos adicionais de discussão que são importantes para respondermos as questões que abordamos até o momento. Nos próximos itens veremos os principais argumentos em discussão em relação a esses pontos adicionais.

11.4.1. Reformas aumentam os custos da exploração?

Defensores das reformas argumentam que estas aumentam os custos para os produtores, o que provavelmente enfraquece a indústria e, por tabela, diminui o consumo de produtos de origem animal, uma vez que os preços destes tendem a subir⁵⁷. Nesse mesmo sentido, é argumentado que, se as reformas aumentassem os lucros, a indústria as adotaria sem pressão dos ativistas⁵⁸.

Entretanto, a isso poderia ser respondido que, se os exploradores aceitam as reformas, embora isso inicialmente possa aumentar os custos, também é possível que ao longo do tempo aumente os lucros, devido ao aumento do consumo por conta de selos como "carne feliz" e similares, o que tenderia a aumentar a imagem positiva da empresa em relação ao público, embora os animais continuem a sofrer imensamente.

Outra possível resposta é apontar que, se a resistência dos exploradores é um problema para se conseguir efetivar as reformas, então é mais eficiente os ativistas investirem em apoiar o desenvolvimento, barateamento e implementação da [carne cultivada](#), pois, se esta vier a se tornar mais barata de ser produzida do que a carne convencional, não enfrentaria a mesma resistência que os exploradores têm em relação às reformas (na verdade, eles mesmos buscariam implementá-la, pois lhes seria mais lucrativa).

11.4.2. Reformas facilitam mudanças posteriores?

Um argumento por vezes endereçado para defender que reformas não facilitam mudanças posteriores é apontar que as empresas poderão se tornar mais resistentes a novas reformas depois de terem já implementado algumas, especialmente se as reformas já implementadas melhorarem significativamente a sua imagem e lhes custarem pouco.

Uma resposta a esse argumento é apontar que em vários países em 2015 e 2016 novas reformas se sucederam rapidamente. Por exemplo, logo após a transição para políticas sem gaiolas, foram aceitos compromissos para acabar com a prática de matar pintos⁵⁹.

⁵⁷ Ver, por exemplo, Miller (2012); Doward (2012); Mullally; Lusk (2018); Lusk et. al. (2019).

⁵⁸ Anthis (2020a, n. 160).

⁵⁹ Ver, por exemplo, Anthis (2020a, n. 151)

Um contra-argumento a essa constatação é apontar que ela aplica-se mais fortemente à facilitação de novas reformas do que à redução do número de animais explorados.

Outra preocupação em relação a reformas dificultarem mudanças posteriores é que a indústria de exploração animal pode influenciar e neutralizar as organizações de defesa animal por conta das parcerias que os ativistas constroem com a indústria, especialmente se houver investimento financeiro ou doações da indústria para as organizações de defesa animal⁶⁰.

11.4.3. Reformas facilitam ou dificultam a diminuição do consumo?

Um argumento a favor de que reformas facilitam a diminuição do consumo é o de que, quando ocorre uma reforma, as pessoas veem que a sua cultura inclui alguma preocupação com os animais, e então isso poderia influenciá-las a incorporar essa preocupação e posteriormente se sentirem mais indignadas quando descobrirem que os animais ainda sofrem tremendamente, mesmo com as regulamentações do chamado tratamento humanitário⁶¹.

Um argumento no sentido oposto é o de que as reformas podem tornar as pessoas mais propensas a consumirem mais produtos de origem animal e a defenderem a exploração animal, apontando que "agora os animais vivem vidas boas". Por exemplo, em uma pesquisa de 2017, 75% dos adultos norte-americanos disseram que os produtos de origem animal que compram vêm de animais tratados humanitariamente, apesar de mais de 99% dos animais explorados nos EUA serem criados em fazendas industriais⁶².

Por vezes esse argumento é respondido apontando-se que países que tiveram mais reformas na exploração tendem também a ter taxas mais altas de aderência ao vegetarianismo⁶³. Entretanto, a isso poderia ser respondido que isso não mostra que são as reformas que facilitam a diminuição do consumo. Pode muito bem ocorrer o contrário (nesses países haver mais reformas porque neles já havia mais pessoas preocupadas com os animais explorados para consumo) ou pode ser que a diminuição do consumo seja influenciada por outras variáveis, que não as reformas.

⁶⁰ Ver Anthis (2020a).

⁶¹ Ver, por exemplo, Anthis (2020a).

⁶² Anthis (2017).

⁶³ Ver, por exemplo, Mercy for Animals (2016a).

Outro argumento em defesa das reformas aponta que a cobertura midiática das reformas tende a focar mais nos problemas que ainda permanecem e nos progressos que virão do que em como as coisas estão melhores agora ou que o consumo é menos preocupante⁶⁴. Entretanto, poderia ser respondido que isso não necessariamente causa uma diminuição do consumo. Por exemplo, durante o período que antecedeu a votação de [uma reforma na Califórnia em 2008](#), não houve diminuição no consumo de ovos associada ao aumento da cobertura na mídia, embora a procura por ovos de galinhas exploradas fora de gaiolas tendesse a aumentar e a procura por ovos de galinhas confinadas em gaiolas tendesse a diminuir⁶⁵.

Outro argumento em defesa de que as reformas facilitam a redução do consumo é o de que estudos descobriram que os entrevistados que leram sobre reformas focadas no bem-estar dos animais eram mais propensos a dizer que reduziriam o seu consumo de produtos de origem animal do que um grupo de controle que leu sobre mudanças políticas não relacionadas aos animais⁶⁶.

11.4.4. Seriam as reformas os melhores passos graduais para a mudança?

Frequentemente as reformas são defendidas com base na alegação de que elas oferecem passos graduais rumo à abolição. Por vezes proponentes das reformas acusam seus opositores de terem a ilusão de que a abolição será alcançada da noite para o dia⁶⁷.

Entretanto, a isso os opositores das reformas poderiam responder que sabem muito bem que a abolição não será alcançada da noite para o dia, mas que os melhores passos graduais para alcançar a abolição não são as reformas, e sim, outras estratégias (como a difusão de uma visão antiespecista, o incentivo à carne cultivada, o veganismo, a redução do consumo etc.)

Assim, há duas questões em discussão aqui. A primeira é: reformas oferecem passos graduais rumo à abolição? A segunda é: mesmo se oferecerem, haverá outros passos graduais mais eficientes (rumo à abolição e/ou à uma mudança geral na situação dos animais)?

⁶⁴ Anthis (2020a, n. 157).

⁶⁵ Smith (2016).

⁶⁶ Ver, por exemplo, Tomasik (2015e) e Mercy for Animals (2016b).

⁶⁷ Ver, por exemplo, Morrison (2012).

Em defesa de que reformas oferecem passos graduais rumo à abolição por vezes são citados paralelos com a luta pelo fim da escravidão humana. Por exemplo, o movimento britânico contra a escravidão primeiro almejou abolir o comércio transatlântico de escravos (pois era mais fácil de se conseguir do que a abolição total), e quando conseguiu, passou a focar em eliminar a escravidão nas Índias Ocidentais e assim por diante⁶⁸.

Em resposta a esses paralelos poderia ser respondido que talvez o sucesso do movimento contra a escravidão tenha dependido de campanhas que são muito diferentes daquilo que é defendido pelos proponentes de reformas na exploração animal. Por exemplo, é possível que o sucesso do movimento contra a escravidão tenha dependido crucialmente de os defensores deixarem claro que cada ação era um passo em direção à abolição, algo que geralmente não ocorre nas campanhas de reformas na exploração animal⁶⁹.

Também poderia ser apontado que, no caso dos paralelos citados em relação ao movimento contra a escravidão, os passos graduais rumo à abolição foram *abolições* de práticas de escravidão específicas, e não *regulamentações* nas práticas existentes. Por exemplo, eliminar o comércio de escravos em certas regiões é um passo em direção à abolição, mas uma lei que regulamentasse o número de chicotadas permitidas nos escravos não seria.

Outro argumento por vezes endereçado para defender que as reformas facilitam a abolição aponta que, se a indústria se opõe às reformas, o público poderá chegar a concordar que a única maneira de resolver o problema é por meio da abolição⁷⁰. Entretanto, uma resposta a esse argumento é apontar que isso só acontecerá se houver uma boa parcela do público se preocupando seriamente com os animais, o que mostra que as reformas, por si só, não conduzem à abolição (pois, para existir um movimento pela abolição é necessário um aumento da consideração pelos animais não humanos na sociedade).

11.4.5. A possibilidade de vieses de ambos os lados

Proponentes das reformas por vezes argumentam que alguns ativistas podem estar enviesados ao pensarem que reformas facilitam a aceitação da exploração, devido ao desejo de que as

⁶⁸ Ver Anthis; Anthis (2017); Anthis (2020a, n. 161).

⁶⁹ Anthis (2020a, n. 162).

⁷⁰ Anthis (2020a, n. 163-4).

mudanças ocorram rapidamente e a conseqüente frustração devido à lentidão das mudanças⁷¹. Outro argumento que poderia ser endereçado nesse mesmo sentido seria apontar que o reconhecimento de que a exploração animal é injusta e deveria ser abolida poderia compelir as pessoas a afirmarem que as reformas não são eficazes para aboli-la (fariam isso para evitar o desconforto que surgiria de admitirem que reformas na exploração poderiam ser algo bom). Por fim, proponentes das reformas costumam citar que há um acordo majoritário entre os pesquisadores do movimento do altruísmo eficaz de que as regulamentações mais dificultam do que facilitam a exploração animal⁷².

Entretanto, há também vieses que podem influenciar as pessoas a terem uma posição pró-reformas. Por exemplo, devido ao [viés de compromisso](#) os pesquisadores que estiveram envolvidos durante muito tempo apoiando reformas podem enxergá-las como mais positivas do que realmente são (embora o viés de compromisso possa afetar também a visão oposta, caso alguém já tenha investido bastante em uma posição contrária a reformas). Além disso, por conta do viés do [efeito adesão](#), o fato de a maioria dos pesquisadores serem pró-reforma pode inclinar outros pesquisadores a serem a favor das mesmas, sem necessariamente avaliarem minuciosamente a sua eficácia. Outra possibilidade é o desejo de se ver um impacto mais imediato e mensurável (algo que é possível com as reformas) induzir alguém a acreditar que as reformas são mais eficientes do que realmente são.

Enfim, é possível que vários vieses influenciem a percepção de ambos os lados. É importante termos isso em mente ao avaliarmos não somente essa questão das reformas, mas ao avaliarmos estratégias de ativismo em geral.

Por exemplo, o [raciocínio motivado](#) nos induz a tentar confirmar as crenças que já tínhamos antes, em vez de tentar descobrir a verdade, produzindo então um [viés de confirmação](#), que consiste em reparar nas (ou dar maior peso às) informações que confirmam nossa crença inicial e em não reparar nas (ou dar menor peso às) que mostram que ela é equivocada. Outro efeito do raciocínio motivado e do viés de confirmação é o fato de as pessoas avaliarem de modo muito menos rigoroso os argumentos que confirmam suas crenças iniciais. Isto é, esses vieses fazem com que as pessoas sejam muito críticas em relação às posições das quais discordam, mas nada críticas em relação às suas próprias posições.

⁷¹ Ver Anthis (2020a), na seção "Arguments for momentum", itens 14 e 15.

⁷² Anthis (2020a, n. 167).

Relacionado a isso tudo está a [heurística escolha-a-melhor](#). Quando empregamos essa heurística, em vez de considerar todas as razões pelas quais poderíamos escolher uma alternativa em vez de outra, escolhemos uma razão qualquer e baseamos a nossa decisão exclusivamente nela. Um exemplo clássico é a tendência de se pensar que apontar um único efeito negativo de uma estratégia com a qual não se simpatiza inicialmente é suficiente para mostrar que não devemos adotá-la. Analogamente, outro exemplo é a tendência de se pensar que apontar um único efeito positivo de uma estratégia com a qual se simpatiza inicialmente é suficiente para mostrar que devemos adotá-la. Ambas as atitudes são tendenciosas, uma vez que não computam todos os prováveis efeitos positivos e negativos de cada estratégia.

11.5. Conclusão

Há quatro principais questões no debate sobre reformas na exploração animal. (1) Elas contribuem rumo à abolição? (2) Se contribuírem, defensores dos animais deveriam investir em reformas? (3) Elas realmente diminuem o sofrimento dos animais explorados? (4) Se diminuírem, defensores dos animais deveriam investir em reformas?

Vimos que em relação às questões 1 e 3 há uma grande controvérsia. Além disso, as questões 2 e 4 dependem crucialmente de se há ou não outras estratégias com maior potencial de eficiência do que as reformas. Vimos que uma dificuldade em relação a isso é que não há dados muito precisos sobre a eficiência de outras estratégias, uma vez que muito menos recursos foram até o momento investidos nelas. Exemplos dessas outras estratégias são a educação antiespecista, o investimento em carne cultivada e campanhas incentivando o veganismo e/ou a redução do consumo. Essa é, então, uma razão para se investir mais em tais estratégias do que em reformas, haja vista que já há muito mais recursos investidos em reformas e um número muito maior de ativistas investindo nelas. Assim, nosso [impacto marginal](#) será maior se focarmos mais nessas outras estratégias.

Vimos também que há várias dificuldades em relação às reformas, como o risco de aumento do consumo (e, portanto, do número de animais explorados), a resistência oferecida pelos exploradores e a dificuldade de implementação e fiscalização, mesmo quando reformas são aprovadas. Há pelo menos outra estratégia que evitaria esses problemas: investir os recursos

que seriam investidos em reformas em pesquisas sobre [carne cultivada](#) (seja lá se forem recursos da causa animal ou recursos dos exploradores).

A carne cultivada não teria o risco de aumentar o consumo de animais pois, quanto mais carne cultivada fosse consumida, menor o número de animais explorados (em comparação ao consumo padrão). Além disso, a proposta de se investir em carne cultivada provavelmente não sofreria a mesma resistência que os exploradores têm quanto as reformas, pois se os exploradores perceberem que a carne cultivada tem potencial para vir a ser mais barata de ser produzida do que a carne convencional, eles próprios investiriam nela.

Assim, em vez de investirem recursos em campanhas por reformas, os ativistas da causa animal poderiam exigir legislação no sentido de que cada empresa que explora animais investisse uma quantia "x" de seus recursos em pesquisas sobre carne cultivada, por exemplo.

O exemplo acima comparou a estratégia de investir em reformas com a estratégia de investir em carne cultivada. Entretanto, também é possível compará-la com outras estratégias, como a educação antiespecista e o incentivo ao veganismo ou à redução do consumo (e também comparar todas essas outras estratégias entre si). Isso é algo que, inevitavelmente temos de fazer se nosso objetivo é realmente termos o melhor impacto para os animais.

12. O debate sobre a carne cultivada

12.1. Introdução

Neste capítulo veremos primeiramente o que é a tecnologia da carne cultivada para, em seguida, abordarmos três debates sobre essa tecnologia. O primeiro debate discute as objeções endereçadas por quem defende a carne convencional. O segundo, as objeções endereçadas por defensores dos animais. Por fim, o terceiro discute as vantagens e desvantagens da carne cultivada em comparação a outras estratégias para mudar a situação dos animais.

12.2. O que é carne cultivada

A carne cultivada é também conhecida como carne celular, carne sintética, carne in vitro, carne limpa, carne artificial ou carne de laboratório. Trata-se da carne obtida a partir da cultura de células animais. As células são geralmente obtidas por biópsia de animais, que são em seguida cultivadas, resultando em estruturas semelhantes aos tecidos musculares encontrados na carne animal⁷³. Na etapa final o processo envolve moldagem, tempero e coloração, e o resultado é um produto final com a mesma aparência, sabor e textura da carne convencional⁷⁴.

A produção de carne cultivada normalmente utiliza a extração de células de um animal não humano (vivo ou morto) por meio de uma biópsia de tecido⁷⁵. Em seguida as células de interesse são isoladas e colocadas em um biorreator onde são expandidas para criar um maior rendimento de células, sendo depois colocadas em uma estrutura para o seu amadurecimento em uma forma específica⁷⁶. Para expandir as células no biorreator é utilizado um meio de cultura celular com uma solução rica em nutrientes. Em alguns casos essa solução contém soro fetal bovino (FBS), produzido a partir de sangue retirado de um feto de vaca morto. No entanto, a indústria da carne cultivada está mudando do FBS para os soros à base de plantas⁷⁷.

⁷³ Letti et al. (2021).

⁷⁴ Warner (2019); Zhang et al.(2020); Letti et al. (2021); Jairath et al. (2021); Huntley; McLaren (2024, p. 3).

⁷⁵ Huntley; McLaren (2024, p. 3).

⁷⁶ Huntley; McLaren (2024, p. 3).

⁷⁷ Swartz; Bomkamp (2021); GOOD Meat (2023); Huntley; McLaren (2024, p. 3).

As principais células utilizadas são os miócitos do músculo esquelético, os adipócitos (células de gordura) e os fibroblastos (tecido conjuntivo)⁷⁸. As amostras incluem células diferenciadas e células-tronco. Ambos os tipos são células primárias e exibem proliferação limitada uma vez retiradas, diferentemente do que ocorre em linhagens celulares imortalizadas (estas, devido a uma mutação casual ou induzida, evitam os mecanismos naturais da senescência celular e podem manter-se em divisão de forma praticamente indefinida⁷⁹).

As células-tronco embrionárias, por serem pluripotentes, são uma boa opção para o processo de carne cultivada⁸⁰. Mas, como é difícil obtê-las e diferenciá-las de forma eficiente nas linhas celulares desejadas, uma alternativa mais viável são as células-tronco adultas, pois são encontradas em uma variedade de tecidos, embora apresentem capacidade de diferenciação mais limitada⁸¹.

A carne cultivada não se limita à produção de carne bovina. Há já vários trabalhos em relação à carne cultivada de aves⁸², porcos⁸³, peixes⁸⁴, crustáceos decápodes como camarões e lagostas⁸⁵ e até mesmo para a produção de produtos lácteos⁸⁶. Teoricamente, é possível produzir carne cultivada de qualquer animal, incluindo de humanos⁸⁷.

12.3. Potencial de aceitação/rejeição da carne cultivada

A carne cultivada já está disponível para consumo humano em Singapura, EUA e Israel, e foi aprovada no Reino Unido para alimentação de animais como cães e gatos⁸⁸.

A indústria de carne cultivada tem potencial para crescer enormemente. Por exemplo, uma pesquisa revelou que 70% da população do reino unido está disposta a comprar carne

⁷⁸ Letti et al. (2021); Warner (2019).

⁷⁹ Letti et al. (2021); Ng; Kurisawa, 2021.

⁸⁰ Bogliotti et al. (2018); Letti et al. (2021).

⁸¹ Bogliotti et al. (2018); Letti et al. (2021).

⁸² Aleccia, Ungar (2023).

⁸³ Morrison (2023).

⁸⁴ Tsuruwaka, Shimada (2022), Tsui (2023).

⁸⁵ Wired Brand Lab (2022); BLUU Seafoods (2023); Nature Communications (2023).

⁸⁶ Remilk (2024).

⁸⁷ Huntley; McLaren (2024, p. 3).

⁸⁸ Jones (2024); Huntley; McLaren (2024, p. 2);

cultivada⁸⁹. Outro exemplo é o fato de que empresas de grande porte de carne convencional, como Cargill e Tyson, têm investido pesadamente em carne cultivada⁹⁰.

Entretanto, a carne cultivada também enfrenta rejeição. Por exemplo, em novembro de 2023 [a Itália proibiu completamente a carne cultivada](#), impedindo-a de ser desenvolvida ou vendida no país⁹¹.

12.4. Discutindo as principais objeções à carne cultivada

A grande vantagem da tecnologia da carne cultivada, em termos de evitar prejudicar os animais, é que ela proporciona um produto praticamente idêntico à carne convencional, só que (dependendo do método) sem necessitar matar animais nem submetê-los aos extremos de sofrimento que são tipicamente submetidos quando são explorados para fins alimentícios.

Entretanto, a carne cultivada também enfrenta objeções. Nos próximos itens discutiremos algumas das mais frequentes. Nos itens 5 a 8 discutiremos as objeções que não são focadas na preocupação com os animais. Nos itens 9 a 14 discutiremos objeções focadas na preocupação com os animais.

12.5. A objeção de que não é natural

Uma primeira objeção à carne cultivada acusa-a de não ser natural. Normalmente essa objeção é levantada em defesa da carne convencional. Essa foi, por exemplo, [uma das razões centrais para a proibição da carne cultivada na Itália](#).

Uma primeira resposta possível a essa objeção é manter que a carne cultivada é, sim, natural, pois é feita de células assim como a carne convencional. Além disso, é obtida com o crescimento das células, não envolvendo modificação genética nas mesmas. Entretanto, a isso poderia ser respondido que o que se quer dizer quando se afirma que a carne cultivada não é natural é que ela passa por vários procedimentos até resultar no produto final, e todos esses procedimentos envolvem o uso da tecnologia. Contudo, a isso poderia ser respondido que a

⁸⁹ Szejda et al. (2021); Huntley; McLaren (2024, p. 5).

⁹⁰ Starostinetskaya (2021); Huntley; McLaren (2024, p. 6).

⁹¹ Kirby (2023); Huntley; McLaren (2024, p. 5);

carne convencional também passa igualmente por uma série de procedimentos que também envolvem o uso da tecnologia.

Uma segunda maneira de responder (a maneira correta, ao meu ver) é apontar que, mesmo se a carne cultivada não for natural e a carne convencional o for, isso não implica que devamos rejeitar a carne cultivada, nem que a carne convencional esteja justificada. Afinal de contas, [assim como o fato de algo ser natural não implica que seja necessariamente bom](#)⁹², o fato de algo não ser natural não implica que seja necessariamente ruim. Por exemplo, suponhamos que fosse demonstrado que a carne convencional é natural e que a carne cultivada não é. Se fazer com que no mundo haja menos sofrimento e mortes for mais importante do que obter um produto natural, teremos que nesse caso rejeitar o produto natural.

Nesse ponto algumas pessoas poderiam alegar que obter um produto natural é mais importante do que evitar sofrimento e mortes. Entretanto, muito provavelmente essa posição é [especista](#) ou, no mínimo, egoísta. Por exemplo, se humanos estivessem sendo criados e mortos para a obtenção de sua carne, e nós mesmos tivéssemos que passar por esse destino, ninguém objetaria à carne cultivada alegando que ela não é natural. Isso mostra que a posição que defende que obter um produto natural é mais importante do que evitar sofrimento e mortes não passa no [teste da imparcialidade](#) e, portanto, não pode ser justa⁹³.

12.6. A objeção de que envolveria riscos para os consumidores

Outra objeção afirma que o problema com a carne celular é que ela poderia ter efeitos negativos não previstos sobre quem a consumiria. Por exemplo, Wrenn (2024, p.8) afirma que a proteína animal é tóxica para os humanos e que a normalização da carne in vitro agravará graves crises de saúde pública relacionadas com a alimentação, prejudicando desproporcionalmente as comunidades humanas vulneráveis que carecem de recursos e de infraestruturas para lidar com elas⁹⁴. A autora (2024, p.8) conclui que "veganos não deveriam promover produtos tóxicos, especialmente quando alternativas mais saudáveis e mais acessíveis estão disponíveis", em referência à alimentação de origem vegetal.

⁹² Sobre isso, ver Mill (1904).

⁹³ Sobre o teste da imparcialidade, ver Rowlands (2009 [1998], p. 118-175).

⁹⁴ Wrenn (2024, p. 8).

Há pelo menos duas respostas possíveis a essa objeção, discutidas a seguir.

A primeira resposta envolve observar que a carne cultivada se propõe a ser uma alternativa à carne convencional, e não ao consumo de vegetais. Assim, para se avaliar a alegação de que sua normalização agravará graves crises de saúde pública o que tem de ser comparado não é um cenário onde um número *x* de pessoas consome carne cultivada com um cenário onde elas se alimentariam somente de vegetais, e sim, um cenário onde um número *x* de pessoas consome carne cultivada com um cenário onde elas consumiriam carne convencional.

A carne cultivada não é menos insegura para a saúde dos consumidores do que a carne convencional. Na verdade, é muito mais segura, pois como nas instalações de carne cultivada há um alto grau de controle sobre o ambiente, as chances de contaminação com patógenos como a salmonela e a *E. coli* são bastante limitadas⁹⁵. Embora seja sempre possível a carne cultivada ser contaminada de outras formas (assim como ocorre com qualquer alimento, incluindo vegetais), esse risco é muitas vezes menor do que ocorre no caso da carne convencional⁹⁶.

Além disso, como a produção de carne cultivada não armazena animais vivos e os padrões de higiene são elevados, ela poderia contribuir muito para reduzir a frequência de surtos de doenças zoonóticas⁹⁷ e também reduzir a resistência a antibióticos⁹⁸. Se não for controlada, a resistência aos antibióticos corre o risco de fazer com que infecções simples sejam novamente fatais⁹⁹. O principal impulsionador da resistência a antibióticos é a pecuária, devido à enorme quantidade de antibióticos administrados rotineiramente aos animais explorados¹⁰⁰. Embora a carne cultivada também utilize antibióticos para diminuir o risco de contaminação, as pesquisas na área sugerem que no futuro os antibióticos não serão mais utilizados rotineiramente na produção de carne cultivada¹⁰¹.

⁹⁵ Chriki; Hocquette (2020); Huntley; McLaren (2024, p. 7).

⁹⁶ Chriki; Hocquette (2020); Huntley; McLaren (2024, p. 7).

⁹⁷ Huntley; McLaren (2024, p. 7).

⁹⁸ Bomkamp; McNamara (2022); Anomaly et al. (2023); Huntley; McLaren (2024, p. 6).

⁹⁹ Huntley; McLaren (2024, p. 7).

¹⁰⁰ Huntley; McLaren (2024, p. 7).

¹⁰¹ Bomkamp; McNamara (2022); Huntley; McLaren (2024, p. 7).

Já a segunda resposta aponta que, mesmo que a carne cultivada fosse mais insegura para os consumidores do que a carne convencional, o risco que os consumidores correriam nem de longe se comparam aos danos que os animais padecem quando são explorados.

Por exemplo, a carne convencional resulta [em uma quantidade gigantesca de mortes de animais](#), e [resulta que a maioria deles tenha vidas repletas de sofrimento](#). Além disso, esse dano é certo (e não meramente um risco), e os animais são forçados a tal destino. Do outro lado, mesmo que todas as pessoas que consumissem carne cultivada tivessem algum tipo de dano, o número de vítimas ainda seria muitíssimo menor do que o número de vítimas da exploração animal, e o dano por vítima ainda seria muitíssimo menor do que o dano sobre cada animal explorado (pelo menos, em comparação ao sofrimento a que são submetidos os animais explorados na pecuária industrial). Além disso, no caso dos consumidores, esse seria um risco (e, não, um dano certo, como ocorre para os animais), e um risco que escolheriam correr por conta própria, uma vez que não são obrigados a consumi-la (podem, por exemplo, se alimentar apenas à base de vegetais), diferentemente do que ocorre com os animais.

Em resumo, o fato de uma prática envolver um risco, ou mesmo um prejuízo real para os humanos, não implica que tenhamos razões conclusivas para rejeitá-la. Teriam de ser pesados de maneira não tendenciosa os riscos e os danos para todos os afetados (incluindo os animais não humanos) em cada um dos cursos de ação disponíveis. Vimos acima que a carne cultivada provavelmente é mais segura do que a carne convencional. Mas, mesmo que ela fosse menos segura, uma vez que levamos em conta os danos sobre cada uma das partes afetadas (humanos e não humanos), comparando-se a carne convencional e a carne cultivada, a balança ainda penderia a favor da carne cultivada.

12.7. A objeção de que ela ainda não é sustentável

Outra objeção acusa a carne cultivada de não ser uma tecnologia sustentável, pois gastaria muito mais recursos para produzir o equivalente em alimentos em comparação à produção de alimentos vegetais. Discutiremos a seguir três possíveis respostas a essa objeção.

A primeira resposta aponta que, como a carne cultivada é uma tecnologia muito recente, é provável que, se forem investidos mais recursos nela, com o tempo ela se torne cada vez mais barata de ser produzida, talvez até o ponto de vir a gastar no futuro menos recursos para

produzir o equivalente de alimento mesmo se comparada à produção de alimentos vegetais. É incerto se isso aconteceria de fato. Mas, é algo que só poderíamos saber se fosse investida a mesma quantidade de recursos em ambas as formas de produção de alimento durante o mesmo período de tempo.

Já a segunda resposta aponta que a carne cultivada visa ser uma alternativa à carne convencional (e não, uma alternativa à alimentação à base de vegetais) e que, ainda que faça sentido dizer que o cultivo de vegetais é mais sustentável do que a carne cultivada, não faz sentido dizer que a carne convencional é mais sustentável do que a carne cultivada.

Por exemplo, em comparação à carne convencional as instalações de carne cultivada requerem muito menos terra e água e são responsáveis por menos emissões de gases com efeito de estufa¹⁰², requerendo de 64% a 90% menos terra e causando 20% a 94% por cento menos poluição do ar¹⁰³.

Por fim, a terceira resposta aponta que, para saber se devemos investir em uma tecnologia A ou B, é insuficiente saber qual das duas é mais sustentável: o que é necessário saber é qual delas é melhor levando em conta todos os seres sencientes afetados. Assim, mesmo que a carne cultivada fosse menos sustentável do que a carne convencional, o fato de a carne cultivada evitar a morte e sofrimento de trilhões de indivíduos mostraria que ela ainda seria preferível à carne convencional, mesmo que fosse menos sustentável.

12.8. A objeção de que prejudica os humanos mais vulneráveis

Outra objeção à carne cultivada é a alegação de que ela prejudica os humanos menos favorecidos por conta do potencial que a tecnologia tem para ser aproveitada para gerar lucro em sociedades capitalistas.

Por exemplo, Wrenn (2024, p.8) se opõe à carne cultivada afirmando que "o esforço para globalizar dietas ricas em proteína animal está enraizado no colonialismo, no racismo e no classismo" e defende (em referência à alimentação à base de vegetais) que "alternativas mais

¹⁰² Swartz (2021); Chriki et al. (2022); Gursel et al. (2022); Sinke et al. (2023); Huntley; McLaren (2024, p. 6, 7).

¹⁰³ Swartz (2021); Chriki et al. (2022); Gursel et al. (2022); Huntley; McLaren (2024, p. 6, 7).

saudáveis e mais acessíveis estão disponíveis e já existiam antes do capitalismo ocidental começar a privatizar a terra e minar a produção alimentar tradicional em todo o mundo"¹⁰⁴. A autora conclui que, por causa disso, "a carne in vitro pode ser palatável para os capitalistas de risco, mas é pouco provável que crie mudanças sociais significativas para os animais não humanos"¹⁰⁵.

Uma primeira resposta possível a essa objeção é apontar que os capitalistas vão almejar maximizar os seus lucros de qualquer maneira, e que então é preferível que façam isso utilizando carne cultivada do que carne convencional, pois isso diminuiria em muito a quantidade de sofrimento e de mortes causadas aos animais. Portanto, não é verdade que a carne cultivada não criaria mudanças significativas para os animais não humanos. Na verdade, as mudanças provavelmente seriam muitíssimo significativas.

Isso também mostra que é falso que a carne cultivada aumentaria a desigualdade resultante no capitalismo (pois as empresas almejariam maximizar os lucros de qualquer maneira, seja com carne cultivada, com carne convencional ou com a produção de vegetais). A diferença seria que a carne cultivada resultaria em um mundo com menos sofrimento e mortes totais em comparação com um mundo com carne convencional.

Uma segunda resposta é apontar que, mesmo que a carne cultivada aumentasse a desigualdade resultante no capitalismo, disso não se segue que haveria razões conclusivas para a rejeitarmos. Teria de ser levado em conta o fato de ela ter o potencial de diminuir consideravelmente a quantidade total de sofrimento e de mortes de animais não humanos. Colocando-se na balança os danos e benefícios para todos os afetados, ela ainda teria um saldo muito mais positivo do que a carne convencional, mesmo se aumentasse a desigualdade entre humanos.

Uma objeção a essa resposta seria dizer que, então, o que devemos defender é a alimentação à base de vegetais, pois envolveria ainda menos sofrimento e mortes do que a carne cultivada. Novamente, a isso se poderia responder de duas maneiras, comentadas a seguir.

¹⁰⁴ Wrenn (2024, p. 8).

¹⁰⁵ Wrenn (2024, p. 8).

A primeira é apontar que, se a carne cultivada vier a se desenvolver, talvez no futuro ela envolva menos sofrimento e mortes de animais até mesmo do que o cultivo de vegetais, pois [a produção de vegetais também causa sofrimento e mortes a uma grande quantidade de animais de pequeno porte que vivem nas plantações \(com o uso de pesticidas, com os métodos de colheita etc.\)](#).

A segunda resposta é apontar que é muito pouco provável que os exploradores de animais aceitariam mudar para a produção de vegetais, mas é bastante provável que mudariam para carne cultivada caso ela vier a ser mais lucrativa do que a carne convencional. Assim, se uma campanha contra a carne cultivada obtiver sucesso, o resultado não seria os exploradores de animais mudando para a produção de vegetais, e sim, mantendo a produção de carne convencional. Portanto, não há razão para defensores dos animais serem contra a carne cultivada, mesmo que acreditem que há outras opções melhores do que ela.

12.9. A objeção de que os produtores não se importam com os animais

Algumas pessoas opõem-se à carne cultivada alegando que ela é produzida por grandes empresas que são movidas pelo lucro e não se importam com os animais¹⁰⁶.

Uma primeira resposta possível a essa objeção é apontar que as pessoas que são proprietárias de empresas de carne cultivada, que trabalham em tais empresas ou que são seus investidores, em sua vasta maioria são veganas ou vegetarianas¹⁰⁷.

Uma segunda resposta é apontar que saber se as empresas de carne cultivada se preocupam em ajudar os animais é irrelevante: o que é relevante é o impacto sobre os animais¹⁰⁸. Por exemplo, Bryant (2024, p. 10) defende que deveríamos preferir a empresa que não se preocupa com os animais, mas reduz os danos aos animais, do que a empresa que se preocupa com os animais, mas não tem a capacidade de fazer algo a respeito¹⁰⁹.

¹⁰⁶ Ver por exemplo Wrenn (2024, p. 8).

¹⁰⁷ Bryant (2024, p. 10) cita como exemplo investidores como Jeremy Coller e Jim Mellon, a Stray Dog Capital, Sentient Ventures, a New Crop Capital, além dos CEO de muitas das maiores empresas de carne cultivada, como Uma Valeti da UPSIDE Foods e Josh Tetrick da Eat Just.

¹⁰⁸ Bryant (2024, p. 10).

¹⁰⁹ Bryant (2024, p. 10).

12.10. A objeção de que a carne cultivada não resolve todos os problemas

Por vezes a carne cultivada é rejeitada apontando-se que ela "não é uma panaceia para os horrores do uso e exploração animal¹¹⁰", pois "não beneficiará os animais criados para produção de laticínios, ovos, lã, couro, experimentação ou entretenimento"¹¹¹.

Uma primeira resposta possível a essa objeção é apontar que, se a tecnologia da carne cultivada vier a ser desenvolvida, ela poderá vir a substituir também esses outros produtos ou práticas que atualmente usam animais. Por exemplo, como vimos, já há empresas de produtos lácteos que usam a tecnologia da carne cultivada¹¹².

Uma segunda resposta é apontar que o que precisa ser avaliado não é se a carne cultivada resolve todos os problemas dos animais, mas se ela é eficiente em resolver o problema a que se propõe a resolver. Afinal de contas, outras iniciativas que beneficiam os animais, como métodos substitutivos ao uso de animais na ciência, a adoção de animais abandonados e as tentativas de proibir práticas específicas de exploração não são rejeitadas porque não resolvem os problemas de todos os animais. Se o fato de uma forma de ativismo não abarcar todos os problemas que afetam os animais fizesse com que devêssemos rejeitá-la, então teria de ser rejeitado também o veganismo ou qualquer outra forma de ativismo focada nos animais explorados, pois não abordam [a questão dos animais que sofrem na natureza em decorrência dos processos naturais](#)¹¹³ nem os [problemas relacionados ao futuro](#)¹¹⁴, por exemplo.

12.11. A objeção de que o impacto poderá ser menor do que o esperado

Outra objeção à carne cultivada aponta que atualmente não há certeza sobre se ela poderá um dia crescer a tal ponto de substituir largamente a carne convencional e realmente fazer com que muito menos animais sejam utilizados no sistema alimentar¹¹⁵.

É verdade que não há essa certeza. Contudo, isso é insuficiente para concluirmos que não vale a pena investir em tal tecnologia. O que teria de ser avaliado é se o benefício em potencial

¹¹⁰ Huntley; McLaren (2024, p. 6).

¹¹¹ Wrenn (2016; 2024, p.8); Huntley; McLaren (2024, p. 6).

¹¹² Remilk (2024).

¹¹³ Para um tratamento detalhado dessa questão, ver Cunha (2022).

¹¹⁴ Para um tratamento detalhado dessa questão, ver Baumann (2022).

¹¹⁵ Huntley; McLaren (2024, p. 6).

compensa o investimento, e se há ou não alguma outra forma mais promissora de investimento em termos de beneficiar os animais na qual o mesmo recurso poderia ser investido. Apontar que não há certeza sobre se algum dia ela poderá vir a substituir largamente a carne convencional não responde a essas questões, até porque se isso realmente virá ou não a acontecer é algo que depende do quanto for investido na carne cultivada, em comparação com o investimento na carne convencional.

Além disso, já vem crescendo o investimento que as grandes empresas de carne convencional fazem na carne cultivada. Assim, se os defensores dos animais fizerem ativismo contra a carne cultivada, o máximo que podem conseguir com isso é que essas empresas invistam em carne convencional o recurso que poderiam investir em carne cultivada, e o resultado será, então, que a carne cultivada não virá a substituir a carne convencional.

12.12. A objeção de que carne cultivada ainda é de origem animal

Alguns defensores dos animais objetam à carne cultivada na base de que, por ser um produto com células animais, não seria um produto vegano.

Uma resposta a essa objeção é apontar que o conceito de veganismo diz respeito a evitar de prejudicar os animais e, sendo assim, o que importa é saber o impacto que a carne cultivada terá sobre os animais. Por exemplo, suponhamos que a carne celular não prejudicasse os animais de maneira alguma. Nesse caso, dada a definição de veganismo como a prática de evitar prejudicar os animais, a carne celular seria vegana (mesmo que fosse com células animais).

Entretanto, poderia ser objetado que o adjetivo vegano não pode ser aplicado a um alimento de origem animal, mesmo que não prejudicasse os animais de modo algum. Contudo, nesse caso poderia ser respondido que então saber se o alimento é ou não vegano não importa para saber se devemos apoiá-lo ou rejeitá-lo: importa é saber o seu impacto sobre os animais.

Assim sendo, parece crucial saber se a carne cultivada prejudica de algum modo os animais e, em caso positivo, se esse prejuízo é suficiente para que devamos rejeitá-la, ou se o seu benefício potencial para os animais poderia compensar esse prejuízo. É o que discutiremos a seguir.

12.13. A objeção de que a carne cultivada ainda prejudica os animais

Uma das principais objeções de defensores dos animais à carne cultivada é o fato de que, pelo menos no momento atual, ela requer retirar células de animais e, portanto, alguns animais teriam que ser mantidos como fonte de células¹¹⁶.

Além disso, também é apontado que na maior parte da literatura existente sobre o tema, seja em publicações acadêmicas ou em sites de empresas de carne cultivada, não é descrito o que acontece com os animais durante o procedimento de extração de células, nem o que acontece com o animal após a biópsia¹¹⁷. Alguns autores alegam que, presumivelmente, eles têm o mesmo destino que a maioria dos outros animais de criação, isto é, são mortos¹¹⁸. Entretanto, há empresas que afirmam que os animais que usam não são mortos¹¹⁹.

Um defensor da carne cultivada poderia responder apontando que, mesmo que isso seja um dano para esses animais, nem de longe se compara ao dano do qual padeceriam com a carne convencional, onde além de serem mortos provavelmente teriam uma vida repleta de sofrimento intenso. Continuaria sendo verdade que a carne cultivada poderia reduzir radicalmente o número de animais que sofrem e morrem na pecuária¹²⁰.

A isso, o opositor da carne cultivada poderia responder que deveríamos rejeitar tanto a carne convencional quanto a carne cultivada porque ambas usam os animais como recursos. Segundo essa resposta, o que deveríamos fazer é defender o veganismo. Por exemplo, a política da Vegan Society sobre carne cultivada atesta o seguinte:

“Tal como está atualmente, o processo de carne cultivada não é suficiente para o apoiarmos. [...] Já existe uma infinidade de alternativas de carne vegana que não derivam de carnes cultivadas ou cultivadas em laboratório¹²¹.

¹¹⁶ Chriki; Hocquette (2020); Huntley; McLaren (2024, p. 6).

¹¹⁷ Huntley; McLaren (2024, p. 6).

¹¹⁸ Huntley; McLaren (2024, p. 6).

¹¹⁹ Ver, por exemplo, Remilk (2024).

¹²⁰ Milburn (2019); Chriki; Hocquette (2020); Huntley; McLaren (2024, p. 6).

¹²¹ Huntley; McLaren (2024, p. 6).

Em resumo, o que os proponentes desse argumento querem dizer é que mostrar que a carne cultivada é melhor do que a carne convencional é insuficiente para justificá-la, pois há uma opção ainda melhor: o veganismo.

A isso o defensor da carne cultivada poderia responder de duas maneiras. A primeira seria apontar que no momento atual é necessário usar animais para obtenção das células, mas talvez no futuro algum procedimento permita obter células indefinidamente, como o uso de linhagens celulares imortalizadas ou a clonagem, por exemplo.

A segunda resposta aponta que não há uma possibilidade realista de se convencer os exploradores de animais a mudarem para a produção de alimentos de origem vegetal (pois a demanda por carne continuaria), mas há uma possibilidade realista de, se a tecnologia da carne cultivada vier a lhes ser mais lucrativa, mudarem para a carne cultivada.

Assim sendo, o defensor da carne cultivada poderia apontar que, se alguém causará um mal, obviamente que é preferível que cause um mal menor. Como nesse caso a carne convencional causaria um mal esmagadoramente maior, é importante defender a carne cultivada. Assim, o defensor da carne cultivada poderia acusar os seus opositores de não saberem lidar com *trade-offs* (perdas e ganhos). O resultado de alguém se recusar a defender a carne cultivada apontando que ela ainda causaria algum dano aos animais provavelmente seria os animais continuarem sendo explorados das piores formas possíveis, uma vez que os exploradores dos animais tem uma probabilidade baixíssima de aderir ao veganismo mas uma boa probabilidade de aderirem à produção de carne cultivada se esta lhes vier a ser mais lucrativa.

Nesse ponto alguns opositores da carne cultivada argumentam que não têm responsabilidade alguma sobre o que irá acontecer, pois isso dependerá das decisões dos exploradores, não das suas. Entretanto, se podemos influenciar a decisão de alguém parece que somos pelo menos parcialmente [responsáveis pelo que ocorrerá, quer decidamos influenciar, quer decidamos não influenciar](#). Por exemplo, imaginemos que, por ele mesmo, um explorador de animais não aderirá nem à carne cultivada nem ao veganismo. Imaginemos, contudo, que a probabilidade de o convenceremos a parar de usar animais é muito baixa, mas de o convenceremos a aderir à carne cultivada é alta. Se decidirmos não influenciá-lo a aderir à carne cultivada, nesse caso é muito alta a probabilidade de ele continuar a explorar os animais tanto quanto já explora. Esse

resultado é, pelo menos em parte, nossa responsabilidade, pois temos aí um papel crucial no desenrolar dos resultados.

Entretanto, o opositor da carne cultivada poderia apontar que, na vida real, não estamos em posição de influenciar cada explorador de animais como o exemplo sugere. Contudo, o defensor da carne cultivada poderia responder que é o próprio fato de a tecnologia estar ou não disponível, e o quão econômica for, aquilo que será o fator decisivo de influência, pois se a carne cultivada se tornar mais barata do que a convencional, os próprios exploradores vão preferir usá-la, e que podemos ter um papel nesse processo, defendendo a importância de se desenvolver a carne cultivada.

A isso o opositor da carne cultivada poderia responder que, se os próprios exploradores já vão aderi-la caso ela venha a se tornar mais barata de ser produzida do que a carne convencional, então não há necessidade de os defensores dos animais a apoiarem. Contudo, o defensor da carne cultivada poderia responder que, se o fato de os defensores dos animais apoiarem a carne cultivada ajudar a acelerar o seu desenvolvimento, barateamento e implantação, então devem fazê-lo, se o seu objetivo for realmente beneficiar os animais.

Por outro lado, se os opositores da carne cultivada obtêm sucesso, o máximo que conseguiriam com sua campanha contra a carne cultivada é fazer com que os exploradores dos animais não usem (ou usem menos) recursos em carne cultivada. Entretanto, os exploradores provavelmente não usariam esses recursos para criar produtos veganos, e sim, para explorar animais para fazer carne convencional.

O opositor da carne cultivada poderia negar que suas ações tenham alguma influência nas decisões dos exploradores. A isso poderia ser respondido, primeiro, que se o movimento contra a carne cultivada crescer poderia haver uma pressão social contra tal tecnologia ([a exemplo do que ocorreu na Itália](#)) e o resultado, novamente, seria prejudicial para os animais. Em segundo lugar, poderia ser respondido que, se o opositor da carne cultivada acreditasse que suas ações não têm influência alguma, então não faria ativismo contra carne cultivada.

Ademais, o defensor da carne cultivada poderia argumentar que, se ela no futuro for suficientemente desenvolvida, talvez venha a causar menos danos aos animais até mesmo do que a produção de alimentos de origem vegetal. [Por exemplo, nas plantações uma quantidade](#)

[muito grande de animais de pequeno porte morre como resultado dos métodos de cultivo e de colheita](#). Esse problema não existe (ou, existiria em muito menor medida) no caso da carne cultivada, pois esta seria desenvolvida em ambientes controlados. Assim, mesmo que se viesse a usar animais para obter as células, isso ainda teria um efeito negativo bem menor do que aquele decorrente da produção de vegetais. Além disso, como já dito, pode ser que no futuro venha a ser desnecessário usar animais para retirar as células para produzir carne cultivada.

Nesse ponto opositores da carne cultivada por vezes argumentam que, mesmo se o cultivo de vegetais prejudicar mais os animais do que a carne cultivada, o cultivo de vegetais ainda é preferível, porque nesse caso o dano é *colateral*, e no caso da carne cultivada o dano é *instrumental* (isto é, é um meio para o fim).

Novamente, aqui há duas respostas possíveis. A primeira é apontar que muitas vezes os danos para os animais decorrente do cultivo de vegetais não são colaterais. Por exemplo, nas plantações as mortes de animais decorrente do uso de pesticidas é um dano instrumental, pois o uso de pesticidas é um meio para o fim do cultivo de vegetais.

Entretanto, suponhamos que todos os danos decorrentes do cultivo de vegetais fossem colaterais. A segunda resposta, mais importante, aponta que saber se o dano é colateral ou instrumental é uma preocupação centrada nos agentes, e não uma preocupação com os afetados pela decisão. Em outras palavras, se o que nos importa é realmente evitar ao máximo prejudicar os animais, nos basearemos em averiguar qual curso de ação tem a melhor relação entre dano/benefício para os animais afetados, e não, em saber se o dano é colateral ou instrumental (pois, para os animais afetados, isso não faz a menor diferença). Isso revela que os ativistas que repudiam danos instrumentais mas não se importam em evitar danos colaterais (nesse caso, maiores do que os danos instrumentais) estão preocupados é em se sentir fingidamente puros, e não realmente preocupados com os animais.

12.14. A objeção de que a carne cultivada reforça o especismo

Uma objeção por vezes levantada contra a carne cultivada é a acusação de que ela reforça o especismo e pode, por isso, ser contraproducente em termos de mudar a situação dos animais.

Por exemplo, Wrenn (2024, p. 8) defende que "é importante reconhecer a violência simbólica que a carne cultivada sustenta"¹²². Ela compara a carne cultivada com incentivar supremacistas brancos a divertirem-se com simulações de escravidão geradas por inteligência artificial, e com incentivar adolescentes a terem prazer em videogames de tiroteios em escolas como uma alternativa à violência real¹²³. Ela argumenta que, assim como esses atos simbólicos de violência podem ter consequências negativas para humanos, a carne cultivada pode alimentar ainda mais a normalidade do especismo e do consumo de carne e ter consequências negativas para os animais¹²⁴.

Segundo a autora, a carne cultivada se tornará a próxima "carne feliz", onde os produtores empregarão táticas semelhantes às que empregam atualmente para bloquear o conhecimento público de como os animais são prejudicados durante a produção¹²⁵.

Ela defende que, por outro lado, os produtos vegetais que imitam de forma convincente o sabor e a textura da carne animal não ameaçam reforçar o especismo na mesma medida que a carne cultivada poderia reforçar, pois nesse caso os consumidores estão cientes de que esses análogos são de origem vegetal¹²⁶.

Críticas desse tipo apontam corretamente que a carne cultivada não está isenta de ter risco de causar danos (aliás, nenhuma prática está). Entretanto, isso por si só é insuficiente para se concluir que devemos rejeitá-la. O que teria de ser comparado são os prováveis danos/benefícios resultantes de um cenário onde os recursos seriam investidos em carne cultivada com outros cenários onde esses mesmos recursos seriam investidos em outras coisas (além de tentar imaginar onde provavelmente tais recursos seriam investidos se não fossem investidos em carne cultivada).

É possível que, se os mesmos recursos fossem investidos em [divulgação antiespecista](#), os resultados para os animais fossem melhores do que se fossem investidos em carne cultivada (ainda que isso seja também bastante incerto). Entretanto, é preciso levar em conta que, ainda que investidores veganos teriam uma probabilidade de investir em divulgação antiespecista se

¹²² Wrenn (2024, p. 8).

¹²³ Wrenn (2024, p. 8).

¹²⁴ Wrenn (2024, p. 8).

¹²⁵ Wrenn (2024, p. 8).

¹²⁶ Wrenn (2024, p. 8).

não investissem em carne cultivada, a probabilidade de os exploradores de animais que investem em carne cultivada fazerem isso é baixíssima, talvez nula. Assim sendo, devemos incentivar que pelo menos os exploradores de animais invistam em carne cultivada pois, de outro modo, investiriam tais recursos em explorar os animais. Isso não quer dizer que a carne cultivada está isenta de causar danos aos animais. Quer dizer apenas que o cenário que provavelmente ocorreria em sua ausência teria uma quantidade gigantesca maior de danos, além de não ter os benefícios que ela causaria.

Os danos e benefícios que provavelmente resultariam precisam ser pesados levando-se em conta o estado atual do mundo. Por exemplo, já que no momento atual a escravidão humana e assassinatos em escolas não são o padrão do dia-a-dia, pode ser que incentivar a criação de simulações virtuais de escravidão e assassinatos em escolas tenha potencial de causar mais danos do que benefícios. Entretanto, em um cenário onde a escravidão humana e assassinatos em escolas fossem a norma do dia-a-dia, se a criação de simulações virtuais dessas práticas fosse diminuir consideravelmente suas ocorrências reais, então fazê-lo teria saldo positivo, mesmo que tivesse também potencial de causar alguns danos.

Além disso, também é possível questionar a tese de que a carne cultivada reforçaria o especismo. Por exemplo, Bryant (2024, p. 9) argumenta que é provável que a carne cultivada na verdade contribua para diminuir o especismo, porque as atitudes especistas causam e também são causadas pelo consumo de animais, uma vez que as defesas do especismo são muitas vezes motivadas pelo desejo de continuar comendo carne¹²⁷. Assim, se as pessoas param de comer os animais, poder ser mais fácil que aceitem rejeitar o especismo.

12.15. Vantagens e desvantagens do foco em mudanças na tecnologia alimentar

Há uma grande polarização entre ativistas da causa animal em relação à carne cultivada. Há tanto ativistas que a repudiam fortemente quanto ativistas que veem nela a solução definitiva para os problemas que afetam os animais não humanos. Como vimos, ambas as posturas são completamente equivocadas. A polarização faz com que as pessoas tendam a ver as coisas em termos de "zero ou um", o que é algo completamente distante da realidade. Buscando evitar isso, a seguir tentaremos listar tanto algumas vantagens quanto algumas desvantagens de se

¹²⁷ Bryant (2024, p. 9).

focar em carne cultivada em comparação a outras estratégias de ativismo para beneficiar os animais. Isso proporcionará uma imagem mais realista da situação.

O debate sobre o foco em carne cultivada é um exemplo de um debate mais geral sobre [estratégias com foco em mudanças tecnológicas versus estratégias com foco em mudança social](#)¹²⁸. Assim, várias das coisas que forem ditas aqui sobre o caso específico da carne cultivada vale para outras tecnologias também.

Importante: nesse e em outros debates similares o que está em discussão não é necessariamente "devemos focar nessa ou naquela estratégia?" (apesar de essa ser também uma possibilidade). Outra possibilidade é: *o quanto* devemos focar nessa ou naquela estratégia? Outras questões adicionais são: (1) é melhor que todas as pessoas tenham o mesmo grau de foco em determinadas estratégias ou é melhor que pessoas diferentes foquem em estratégias diferentes? (2) É melhor uma mesma pessoa ter o mesmo grau de foco em certas estratégias o tempo todo, ou é melhor variar o grau desse foco, e de que isso depende? Não discutiremos essas questões aqui por motivos de espaço, mas é importante lembrar que elas são questões importantes se nossa meta é sermos eficientes no ativismo.

Independentemente das respostas para essas questões, é sempre possível tentar listar as vantagens e desvantagens de cada estratégia, seus alcances e suas limitações. É o que tentaremos fazer a seguir com a questão da carne cultivada.

Na lista a seguir, embora alguns pontos sejam claramente alcances e outros claramente limitações, há outros que são alcances/limitações no momento atual mas podem deixar de sê-lo no futuro, ou que são alcances/limitações dependendo de se o foco na carne cultivada vem ou não acompanhado de outras estratégias de ativismo. Por essa razão, cada ponto da lista a seguir não está classificado como alcance ou como limitação.

Pontos para levarmos em conta na hora de avaliarmos o grau de foco na carne cultivada:

(1) Quanto maior o consumo de carne cultivada em comparação à carne convencional, mais animais são poupados de sofrimento e de serem mortos.

¹²⁸ Ver Anthis (2020).

(2) A carne cultivada tem potencial de produzir mudanças comportamentais em [agentes que são indiferentes](#) ao destino dos animais. Isto é, a carne cultivada pode fazer com que mesmo pessoas que não se importam com os animais parem de consumi-los

(3) Se desenvolvida, a tecnologia da carne cultivada pode vir a substituir em larga escala também ovos, leite e produtos derivados, beneficiando um número ainda maior de animais.

(4) Talvez a tecnologia da carne cultivada ou tecnologias similares possam no futuro vir a ser usadas também como método substitutivo para a [experimentação animal](#) e para [xenotransplantes](#). Por exemplo, tecnologias próximas são a engenharia de tecidos e a medicina regenerativa, ambas desenvolvidas a partir de células humanas¹²⁹.

(5) Se a carne cultivada se tornar mais lucrativa para os exploradores, eles próprios vão querer abandonar o uso de animais.

(6) Para a carne cultivada de fato substituir o uso de animais em larga escala não basta que dê vantagens aos exploradores: precisa dar vantagens também ao público. Isso porque não necessariamente o público será receptivo à carne cultivada. Por exemplo, algumas pessoas podem levantar a bandeira "isso não é natural!" ou espalharem boatos de que ela é perigosa e assim por diante. Entretanto, se o público enxergar vantagens na carne cultivada, a probabilidade de aceitação é muito maior. Um exemplo de vantagem para o público seria ela se tornar mais barata e/ou mais saborosa do que a carne convencional.

Podemos traçar um paralelo com a substituição gradual da tração animal devido ao surgimento do automóvel. Um dos fatores-chave para tal substituição foi o fato de o automóvel oferecer muitas vantagens ao público em comparação às carroças (velocidade, conforto, proteção etc.).

¹²⁹ Coelho (2024, p. 36-8) explica que a engenharia de tecidos consiste no desenvolvimento e manipulação de moléculas, células, tecidos ou órgãos crescidos em laboratório, *in vitro*, enquanto a medicina regenerativa se refere às ferramentas empregadas para auxiliar o corpo a regenerar um tecido ou órgão *in vivo* no paciente. No entanto, ambas são consideradas complementares e muitas vezes são abreviadas em uma única sigla “TERM” (Tissue Engineering e Regenerative Medicine).

(7) Observe que, a exemplo do que ocorreu no caso da tração animal, a existência de um substituto, mesmo oferecendo vantagens ao público, não garante que a exploração animal naquela área terminará. Há hoje menos uso de tração animal, mas os animais ainda continuam sendo explorados para este fim. Da mesma maneira, é provável que, se a carne cultivada vier a se tornar mais barata de ser produzida e oferecer vantagens ao público, sua implementação em larga escala aconteça e isso venha a diminuir muito o número de animais explorados, mas não garante, sozinha, que a exploração animal para consumo terminará. Portanto, é necessário combinar o ativismo focado em tecnologia com o ativismo focado em mudanças em relação à consideração pelos animais.

Além disso, como a aderência à carne cultivada, por si só, não muda a mentalidade das pessoas em relação ao especismo, não previne retrocessos em relação ao que é feito aos animais. Por exemplo, se as pessoas continuarem especistas, e no futuro surgir alguma forma mais lucrativa de explorar os animais, provavelmente voltariam a explorar os animais. Assim, o ativismo focado em tecnologias substitutivas ao uso de animais não é substituto para o ativismo antiespecista. Aliás, precisa de tal ativismo para que não haja retrocessos.

Entretanto, por outro lado a adesão à carne cultivada pode vir a facilitar a mudança social em termos de rejeição do especismo. Muitas pessoas defendem o especismo não porque acreditam que ele esteja correto, mas simplesmente porque gostam do sabor dos produtos de origem animal. Assim, se no futuro as pessoas não tiverem que abandonar esse sabor devido a já estarem consumindo carne cultivada, pode ser mais fácil aceitarem uma visão de mundo antiespecista. Portanto, a aderência à carne cultivada pode ter também o potencial de facilitar a rejeição do especismo. Porém, há também a possibilidade de várias pessoas defenderem o especismo simplesmente por pensarem que ele está correto, e não porque gostam do sabor da comida de origem animal. Entretanto, nesse caso também a única maneira de combater tal visão é expondo os [argumentos contra o especismo](#). Assim, de qualquer maneira, o ativismo antiespecista é sempre necessário.

(8) Atualmente o foco do ativismo centrado em carne cultivada tem sido quase que exclusivamente diminuir a quantidade de animais explorados. Entretanto, a tecnologia parece ter potencial também para ser aplicada para diminuir o [sofrimento e as mortes que os animais](#)

[padecem em decorrência de processos naturais](#)¹³⁰. Por incrível que possa parecer à primeira vista, a quantidade de animais que sofre e morre em decorrência de tais processos (fome, sede, doenças, desastres naturais, conflitos entre animais etc.) [é gigantesicamente maior do que a quantidade de animais explorados](#). A tecnologia da carne cultivada poderia ser usada, por exemplo, para diminuir a incidência de casos de predação¹³¹. Assim como já há carne cultivada disponível para cães e gatos em certos locais, ela poderia vir a estar disponível no futuro para animais selvagens, e isso poderia ser aplicado tanto para o caso daqueles predadores que estão sob controle humano (por exemplo, em santuários), quanto para os que estão na natureza.

12.16. Conclusão

Acima vimos de que consiste a tecnologia da carne cultivada e abordamos três debates em torno dela.

O primeiro debate abordou as objeções à carne cultivada que não são centradas na preocupação com os animais. Vimos que todas essas objeções padecem de [especismo](#) e não passariam no [teste da imparcialidade](#) sendo, portanto, injustas.

Já o segundo debate abordou as objeções à carne cultivada que são endereçadas por defensores dos animais. Vimos que, apesar de no momento atual a carne cultivada ainda envolver o uso de animais como fonte de células, talvez isso seja desnecessário no futuro. Vimos também que, mesmo que a carne cultivada ainda cause algum dano aos animais, se os exploradores de animais não investirem em carne cultivada muito provavelmente investirão tais recursos em práticas que resultam em muito mais danos aos animais (e a um número muito maior de animais). Além disso, vimos que é possível que no futuro a produção de carne cultivada venha a causar menos danos aos animais até mesmo do que a produção de vegetais (por conta das mortes de animais nos procedimentos de plantio e colheita). Portanto, defensores dos animais devem ser favoráveis à carne cultivada.

¹³⁰ Para um exame detalhado dessa questão, ver Cunha (2022).

¹³¹ Para uma análise detalhada da questão da predação enquanto problema ético, ver o Capítulo 31 do [Volume VII desta coleção](#). Ver também Bonnardel (1996); Cowen (2003); Cunha (2022, p. 156-172); Fink (2005); McMahan (2015); Pearce (2009) e Sapontzis (1984).

Por fim, o terceiro debate listou alguns pontos importantes para levarmos em conta na hora de avaliarmos o quanto ativistas da causa animal deveriam focar em carne cultivada em comparação a focar em outros tipos de estratégia. Vimos que o ativismo focado em mudanças tecnológicas (como é o caso da carne cultivada) não substitui o ativismo educacional antiespecista, mas que, se for combinado com este, oferece boas oportunidades de mudanças positivas e previne retrocessos para os animais.

Por fim, vimos também que, apesar de no momento atual o uso da tecnologia da carne cultivada ter como foco diminuir a exploração animal, ela tem potencial para no futuro ser usada também para diminuir os danos que os animais padecem em decorrência de processos naturais, sobretudo em relação a casos de predação. É claro, pode haver outras formas mais eficientes de se diminuir o sofrimento dos animais selvagens, incluindo aquele que decorre da predação, do que investir na tecnologia da carne cultivada. Um exemplo é a redução da produtividade primária¹³². Entretanto, independentemente disso, a carne cultivada se revela uma tecnologia bastante promissora em termos de reduzir o sofrimento e as mortes dos animais, seja os explorados por humanos, seja os que estão fora do controle humano.

¹³² Sobre por que reduzir a produtividade primária tende a reduzir eficientemente o sofrimento e as mortes totais dos animais selvagens, ver os capítulos 36 e 37 do [Volume VII desta coleção](#).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, J. [Donation Preferences and Attitudes Among People Who Donate to Animal Causes](#). *Faunalytics*, 14 nov. 2018.

ALECCIA, O. UNGAR, L. [US approves chicken made from cultivated cells, the nation's first 'lab-grown' meat](#). *Appnews*, 21 jul. 2023.

ANIMAL CHARITY EVALUATORS. [Why farmed animals?](#) *Animal Charity Evaluators*, 2016.

ANOMALY, J., BROWNING, H., FLEISCHMAN, D., VEIT, W. [Flesh without blood: The public health benefits of lab-grown meat](#). *Journal of Bioethical Inquiry*, v. 21, n. 1, p. 167-175, 2024.

ANTHIS, J. R. [Summary of Evidence for Foundational Questions in Effective Animal Advocacy](#). *Sentience Institute*, 13 ago. 2020b.

ANTHIS, J. R. [Summary of Evidence for Foundational Questions in Effective Animal Advocacy.Momentum vs. Complacency from welfare reforms](#). *Sentience Institute*, 13 ago. 2020a.

ANTHIS, J. R. [Survey of US Attitudes Towards Animal Farming and Animal-Free Food October 2017](#). *Sentience Institute*, 20 nov. 2017.

ANTHIS, K.; ANTHIS, J. C. [Social Movement Lessons From the British Antislavery Movement](#). *Sentience Institute*, 1 dez. 2017.

BAUMANN, T. [Avoiding the worst final: how to prevent a moral catastrophe](#). *Center for Reducing Suffering*, 2022.

BAUMANN, T. [S-risks: An introduction](#). *Reducing Risks of Future Suffering: Toward a responsible use of new technologies*, 2017.

BOGLIOTTI, Y. S.; WU, J., VILARINO, M.; OKAMURA, D.; SOTO, D. A.; ZHONG, C.; SAKURAI, M.; SAMPAIO, R. V.; SUZUKI, K.; BELMONTE, J. C. I.; ROSS, P. J. [Efficient derivation of stable primed pluripotent embryonic stem cells from bovine blastocysts.](#) *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 115, n. 9, p. 2090-2095, 2018.

BLUU SEAFOODS [High Tech Seafood.](#) *BLUU Seafoods*, 22 jul. 2024.

BOMKAMP C.; MCNAMARA E. [Cultivating a future where antibiotics still work.](#) *The Good Food Institute*, 21 out. 2022.

BONNARDEL, Y. [Contra o apartheid das espécies.](#) *Les cahiers antispécistes*, v. 14, 1996.

BRYANT, C. B. Opinion Piece. In: [Cultured meat.](#) *The Vegan Society Research Briefing* v. 2, p. 9-11, 2024.

BRYANT, T. L. Sacrificing the sacrifice of animals: Legal personhood for animals, the status of animals as property, and the presumed primacy of humans. *Rutgers Law Journal*, v. 39, p. 247-330, 2008.

CHRIKI S., ELLIES-OURY M.P.; HOCQUETTE J.F. [Is "cultured meat" a viable alternative to slaughtering animals and a good compromise between animal welfare and human expectations?](#) *Anim Front*, v. 12, n. 1, p. 35-42, 2022.

CHRIKI S.; HOCQUETTE J.F. [The myth of cultured meat: a review.](#) *Frontiers in nutrition*, v. 7, n. 7, 2020.

COELHO, G. H. F. [Implicações éticas do transplante de órgãos entre animais não-humanos e humanos: uma avaliação crítica do xenotransplante.](#) Dissertação: Mestrado em Filosofia. Universidade Federal de Uberlândia, dez. 2023.

COWEN, T. Policing nature. *Environmental Ethics*, v. 25, p. 169-182, 2003.

CUNHA, L. C. *Razões para ajudar: o sofrimento dos animais selvagens e suas implicações éticas*. Curitiba: Appris, 2022

CUNHA, L. C. *Uma breve introdução à ética animal: desde as questões clássicas até o que vem sendo discutido atualmente*. Curitiba: Appris, 2021.

DICKENS, M. [Evaluation frameworks \(or: when importance / neglectedness / tractability doesn't apply\)](#). *Philosophical Multicore*, 10 jun. 2016.

DOWARD, J. [Price of bacon set to soar as producers are hit by new EU animal welfare laws](#). *The Guardian*, 12 ago. 2012.

ÉTICA ANIMAL. [A importância do futuro](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 24 out. 2018.

ÉTICA ANIMAL. [A situação dos animais na natureza](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 23 out. 2016a.

ÉTICA ANIMAL. [Animais usados por humanos](#). *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 26 abr. 2016c.

ÉTICA ANIMAL. [Introdução ao sofrimento dos animais selvagens](#). Oakland: Ética Animal, 2023 [2020].

ÉTICA ANIMAL. [Por que a visão popular dos animais que vivem na natureza está errada?](#) *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 24 fev. 2017.

FINK, C. The Predation Argument. *Between the Species*, v. 13. n. 5, p. 1-15, 2005.

FISHCOUNT. [Fishcount estimates of numbers of individuals killed in \(FAO\) reported fishery production](#). *Fishcount: Reducing suffering in fisheries*, 2019a

FISHCOUNT. [Numbers of farmed fish slaughtered each year](#). *Fishcount: Reducing suffering in fisheries*, 2019n.

FRANCIONE, G. L. *Animals, property and the Law*. Philadelphia: Temple University Press, 1995.

FRANCIONE, G. *Rain Without Thunder: The Ideology of the Animal Rights Movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1996.

FRANCIONE, G.; GARNER, R. *The Animal Rights Debate: Abolition or Regulation?* Columbia: Columbia University Press, 2010.

GOOD MEAT [GOOD Meat Receives Approval to Commercialize Serum-Free Media: Technical and regulatory milestone will lead to production efficiencies](#), *Good Meat*, 18 Jan. 2023.

GREIG, K. [Effects of farmed animal advocacy messaging on attitudes towards policies and decisions affecting wild animal suffering](#). *Animal Charity Evaluators*, 05 abr. 2017.

GURSEL I.V., STURME M., HUGENHOLTZ J.; BRUINS M. [Review and analysis of studies on sustainability of cultured meat](#). *Wageningen Food & Biobased Research* n. 2248, 2022.

HORTA, O. [O que é o especismo?](#) *Ethic@*, v. 21, n. 1, p. 162-193, 2022 [2010].

HUNTLEY, A. MCLAREN, L.F. [Cultured meat](#). *The Vegan Society Research Briefing* v. 2, 2024.

JAIRATH, G.; MAL, G.; GOPINATH, D.; SINGH, B. [A holistic approach to assess the viability of cultured meat: a review](#). *Trends in Food Science & Technology*, v. 110, p. 700-710. 2021.

JONES H. [Lab-grown meat set to be sold in UK pet food](#). *BBC*, 17 jul. 2024.

KATEMAN, B. [The Environment And Animals Deserve More Than Just 3% Of Our Charitable Giving](#). *Forbes*, 23 nov. 2021.

KIRBY P. [Italy bans lab-grown meat in nod to farmers](#). *BBC*, 17 nov. 2023

LETTI, L. A. J.; KARP, S. G.; MOLENTO, C. F. M.; COLONIA, B. S. O.; BOSCHERO, R. A.; SOCCOL, V. T.; HERRMANN, L. W.; PENHA, R. O.; WOICIECHOWSKI, A. L.; SOCCOL, C. R. [Cultivated meat: recent technological developments, current market and future challenges](#). *Biori*, v. 5., n. 1, p. e2021001, 2021.

LUSK, J. L.; THOMPSON, N. M.; WEIMER; S. L. [The Cost and Market Impacts of Slow-Growth Broilers](#). *Journal of Agricultural and Resource Economics*, v. 44, n. 3, p. 536–550, 2019.

MADDUX, E. A. Time to stand: Exploring the past, present, and future of nonhuman animal standing. *Wake Forest Law Review*, v. 47, p. 1243-1267, 2012.

MANNINO, A.; ALTHAUS, D.; ERHARDT, J.; GLOOR, L.; HUTTER, A.; METZINGER, T. [Artificial intelligence: Opportunities and risks – Policy paper by Effective Altruism Foundation](#). *Effective Altruism Foundation*, 12 dez. 2015.

MCCARTNEY-SMITH, E. Can nonhuman animals find tort protection in a human-centered common law? *Animal Law Review*, n. 4, p. 173-210, 1998.

MCMAHAN, J. The Moral Problem of Predation. In: CHIGNELL, A.; CUNEO, T.; HALTEMAN, M. C. (org.). *Philosophy Comes to Dinner: Arguments About the Ethics of Eating*. London: Routledge, 2015. p. 268-294.

MERCY FOR ANIMALS. [Why We Work For Policy Change](#). *Mercy for Animals*, 14 nov. 2016a.

MERCY FOR ANIMALS. [Welfare Reforms and Meat Consumption](#). *Mercy for Animals*, 14 nov. 2016b.

MILBURN J. [The Expert Series \(2\): How should vegans respond to in vitro meat?](#) *The Vegan Society*, 1 fev. 2019.

MILL, J. S. On Nature. In: MILL, J.S. *Nature, The Utility of Religion and Theism*. London: Rationalist Press Association, 1904, p. 07-33.

MILLER, J. [Egg prices set to rise after EU battery cage hen ban](#). *BBC*, 12 mar. 2012.

MORRISON, A. [Book Review: Rain Without Thunder](#). *National Animal Interest Alliance*, 15 jan. 2012.

MORRISON, O. [Behind the 'world's first 100% cultivated pork steak'](#). *Food Navigator*, 05 fev. 2023.

MULLALLY, C.; LUSK, J.L. [The Impact of Farm Animal Housing Restrictions on Egg Prices, Consumer Welfare, and Production in California](#). *American Journal of Agricultural Economics*, v. 100, p. 649-669, 2018.

NATIONAL MUSEUM OF NATURAL HISTORY & SMITHSONIAN INSTITUTION. [Numbers of insects \(species and individuals\)](#). *Encyclopedia Smithsonian*, 2008.

NATURE COMMUNICATIONS. [A conversation about cultivated meat](#). *Nature Communications* v. 14, n. 8331, 2023.

NG, S.; KURISAWA, M. [Integrating biomaterials and food biopolymers for cultured meat production](#). *Acta Biomaterialia*, v. 124, p. 108-129, 2021.

O'BRIEN, G. D. [Directed Panspermia, Wild Animal Suffering, and the Ethics of World-Creation](#). *Journal of Applied Philosophy*, v. 39, n. 1, 2022.

OUR WORLD IN DATA. [Number of animals slaughtered for meat, World, 1961 to 2018](#). *Our world in data*, [s.l.], 2018.

PEARCE, D. [Projeto para um mundo sem crueldade: reprogramar os predadores](#). *The Abolitionist Project*, [s.l.], 2009.

PIERSON, D. [The first lab-grown meat for sale could come from this Singapore startup that's re-creating shrimp](#). *Los Angeles Times*, 08 out. 2020.

PITNEY, N. [Scientists believe the chickens we eat are being slaughtered while conscious](#). *The Huffington Post*, 28 out. 2016.

REESE, J. [Summary of Evidence for Foundational Questions in Effective Animal Advocacy](#). *Sentience Institute*. 24 dez. 2019.

REMILK. [Our Science](#). *Remilk*, 20 nov. 2024.

ROWE, A. [Insects raised for food and feed — global scale, practices, and policy](#). *Rethink priorities*, 29 jun. 2020b.

ROWE, A. [Global cochineal production: scale, welfare concerns, and potential interventions](#). *Effective altruism forum*, 11 fev. 2020a.

ROWE, A. [Silk production: global scale and animal welfare issues](#). *Rethink priorities*, 19 abr. 2021.

ROWLANDS, M. *Animal rights: Moral, theory and practice*. 2. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2009 [1998].

SANDERS, B. [Global Animal Slaughter Statistics And Charts](#). *Faunalytics*, 10 out. 2018.

SCHUKRAFT, J. [Managed honey bee welfare: problems and potential interventions](#). *Rethink priorities*, 14 nov. 2019.

ŠIMČIKAS, S. [Effective animal advocacy resources](#). *Rethink Priorities*, 24 out. 2019.

SINKE, P., SWARTZ, E., SANCTORUM, H.; GIESEN, C. V. D; ODEGARD, I. [Ex-ante life cycle assessment of commercial-scale cultivated meat production in 2030](#). *The International Journal of Life Cycle Assessment*, v. 28, p. 234–254, 2023.

SMITH, A. ANIMAL CHARITY EVALUATORS. [Models of Media Influence on Demand for Animal Products](#). *Animal Charity Evaluators*, ago. 2016.

STAROSTINETSKAYA A. [This Cultured Meat Startup Just Raised a Record \\$347 Million with Help from Tyson](#). *VegNews*, 22, dez. 2021.

SWARTZ, E. [New studies show cultivated meat can have massive environmental benefits and be costcompetitive by 2030](#). *The Good Food Institute*, 9 mar. 2021.

SWARTZ, E.; BOMKAMP, C. [The Science of Cultivated Meat](#). *The Good Food Institute*, 27 jan. 2021.

SZEJDA, K.; BRYANT, C.J.; URBANOVICH, T. [US and UK Consumer Adoption of Cultivated Meat: A Segmentation Study](#). *Foods*, v. 10, n. 5, 1050, 2021.

TANNENBAUM, J. Animals and the law: Property, cruelty, rights. *Social Research*, v. 62, p. 539-607, 1995.

TOMASIK, B. [Applied Welfare Biology and Why Wild-Animal Advocates Should Focus on Not Spreading Nature](#). *Essays on Reducing Suffering*, 23 jun. 2013a.

TOMASIK. [A Small Mechanical Turk Survey on Ethics and Animal Welfare](#). *Essays on Reducing Suffering*, 18 nov. 2015e.

TOMASIK, B. [Convert Grass Lawns to Gravel to Reduce Insect Suffering](#). *Essays on Reducing Suffering*, 16 mai. 2015c.

TOMASIK, B. [How Cattle Grazing Affects Insect Populations on Pasture Fields](#). *Essays on Reducing Suffering*, 02 mar. 2016b.

TOMASIK, B. [How Cattle Grazing Affects Pasture Productivity](#). *Essays on Reducing Suffering*, fev./mar. 2016c.

TOMASIK, B. [How Many Animals are There?](#) *Essays on Reducing Suffering*, 07 ago. 2019 [2009].

TOMASIK, B. [Net Primary Productivity by Land Type](#). *Essays on Reducing Suffering*, 17 jun. 2018 [2016].

TOMASIK, B. [Risks of astronomical future suffering](#). *Foundational Research Institute*, 09 abr. 2015d.

TOMASIK, B. [Speculations on Invertebrate Population Dynamics Relevant to Reducing Suffering](#). *Essays on Reducing Suffering*, 11 jun. 2013b.

TOMASIK, B. [Why digital sentience is relevant to animal activists](#). *Animal Charity Evaluators*. 03 fev. 2015b.

TSUI, S. [Lab-grown seafood explained](#). *Earth.org*. 11 out. 2023.

TSURUWAKA, Y., SHIMADA, E. [Reprocessing seafood waste: challenge to develop aquatic clean meat from fish cells](#). *Npj Science of Food* v. 6, n. 7, 2022.

WALDHORN, D. AUTRIC, E. [Shrimp: The animals most commonly used and killed for food production](#). *Rethink Priorities*, 11 ago. 2023.

WARNER, R. D. [Review: Analysis of the process and drivers for cellular meat production](#). *Animal*, v. 13, n. 12, p. 3041-3058, 2019.

WARRICK, J. [They die piece by piece](#). *Washington Post*, 10 abr. 2001.

WIRED BRAND LAB. [Inside the Science of Cell-Cultured Shrimp: How Singapore became a global center of cell-based meat](#), *Wired*. 22 fev. 2022.

WRENN C.L. [If You Care about Animals, InVitro Meat is Not the Answer](#). *Corey Lee Wrenn, Ph.D. Sociologist and Social Justice Activist*, 30 mai. 2016.

WRENN, C. L. Opinion Piece. In: [Cultured meat](#). *The Vegan Society Research Briefing* v. 2, p. 8, 2024.

ZHANG, G.; ZHAO, X.; LI, X.; DU, G.; ZHOU, J.; CHEN, J. Challenges and possibilities for bio-manufacturing cultured meat. *Trends in Food Science & Technology*, v. 97, p. 443-450, 2020.